



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

número 53, abril, maio e junho de 1987

ano 13, ISSN 0101 2428

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Roberto de Abreu Sodré

Secretário Geral das Relações Exteriores

Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Subsecretário Geral de Administração e de Comunicações

Embaixador Marco Cesar Meira Naslausky

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação

Ministro Luiz Antonio Jardim Gagliardi

Chefe do Centro de Documentação

Conselheiro Carlos Alberto Simas Magalhães

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação trimestral do Ministério das Relações Exteriores, editada pelo Centro de Documentação (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Redator e Editor responsável: Antonio de Souza Rocha

Responsável pela Distribuição: Marinete Bernardino Boaventura

Redação, administração, distribuição e endereço para correspondência:

Centro de Documentação (CDO) – Palácio do Itamaraty, anexo I, prédio administrativo, salas 728/730, 7º andar.

Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF, Brasil.

CEP 70 170. Telefones: (061) 211-6410 e 211-6474.

Resenha de Política Exterior do Brasil

Ano 1 – nº 1 – junho de 1974 – Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1974.

v. trimestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos, I, Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

327 (081) (05)

R 433

visita do presidente de cabo verde, aristides pereira

**Discursos do Presidente José Sarney e do
Presidente de Cabo
Verde, Aristides Pereira, no Palácio do Itamaraty,
em Brasília, em 23 de abril de 1987.**

discurso do presidente José Sarney

Cabe-me a honra de, ao receber a visita de Vossa Excelência, expressar o afeto que sentimos pelo seu país, ao qual nos ligam profundas afinidades históricas e culturais.

A presença de Vossa Excelência no Brasil cria oportunidades para o aprofundamento do diálogo entre nossos países, empenhados que estamos na luta pelos mesmos ideais de paz e justiça.

As conversações que pudemos manter foram extremamente proveitosas.

São férteis e promissoras as vertentes de cooperação entre o Brasil e Cabo Verde. Impulsionada por nossa vontade política comum, a aproximação bilateral constitui, na realidade, imperativo ditado pelas convergências de toda ordem felizmente existentes entre nossos países. A visita que Vossa Excelência empreende ao Brasil ensejará novos e significativos avanços em benefício de nossos povos.

A cooperação entre o Brasil e Cabo Verde revela-se como exemplo bem sucedido de um esforço conjunto baseado no respeito mútuo e orientado pelo espírito de independência autêntica. Não nos faltam o empenho e a criatividade necessários para ampliá-la e diversificá-la, no contexto da cooperação Sul-Sul.

Ao reafirmar o propósito brasileiro de prosseguir na intensificação de nossos entendimentos, de incentivar os contatos já numerosos

desenvolvidos com os caboverdianos, faço-o na certeza de encontrar essa mesma intenção do lado de Cabo Verde.

Peço, pois, a todos os presentes, que comigo se unam num brinde à saúde do nosso amigo Presidente Aristides Pereira, da senhora Aristides Pereira, à felicidade e à prosperidade do povo irmão de Cabo Verde e ao crescente desenvolvimento das relações brasileiro/caboverdianas.

discurso do presidente aristides pereira

Senhor Presidente da República

Federativa do Brasil,

Exma. Sra. Marly Sarney,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Dentro de alguns dias terá decorrido um ano sobre a honrosa visita que Vossa Excelência, Senhor Presidente, realizou ao nosso País. Era, então, a primeira visita oficial ao continente africano do dirigente máximo de um Brasil em plena mudança, circunstância esta que também nos honrou particularmente. E não nos foi difícil ver, então, no privilégio de acolher Vossa Excelência, sua Excelentíssima Esposa e Ilustre comitiva, uma manifestação mais da amizade entre o povo caboverdiano e os 130 milhões de brasileiros, e a expressão do propósito que compartilhamos de preservar e desenvolver as nossas relações seculares, as quais se apoiam em valores que estão no

mais entranhado das culturas e das identidades dos povos do Brasil e de Cabo Verde, assentado ainda num parentesco de sangue selado pela história.

Tivemos ocasião, durante a visita de Vossa Excelência, de falar desse propósito. E foi-nos grato concluir, nesse primeiro e frutuoso encontro, que tudo nos apontava o caminho da cooperação e da solidariedade.

Para procurarmos vias de rentabilização do passado comum, a fim de que ele seja, como convém, um legado útil e não um mero suceder de episódios relegados aos arquivos históricos e aos museus, falamos então do futuro das nossas relações, do destino que é o nosso de viver juntos, de cooperar.

Evocando o espírito que animou esse primeiro contacto, ao encetarmos agora a visita oficial a este grande país irmão – a primeira que realizamos à América Latina – não queríamos deixar de cumprir o dever de transmitir, através de Vossa Excelência, Senhor Presidente, ao seu povo trabalhador e corajoso, a mensagem de amizade verdadeira e a expressão da solidariedade indefectível do povo caboverdiano. E afirmar-lhe que interpretamos a hospitalidade e o acolhimento fraternos com que nos privilegia, como a mais eloquente demonstração de quanto nos une e da força que nos impele para uma convivência marcada de solidariedade e do propósito sincero de agir juntos em tudo quanto possa servir o interesse comum dos nossos povos.

Teve Vossa Excelência a oportunidade, há um ano, de tocar a alma do povo caboverdiano que, de modo espontâneo, ocorreu a saudá-lo, numa bela manifestação do que é e do que pode a fraternidade existente entre brasileiros e caboverdianos. Atento às coisas do espírito – sois poeta de grande sensibilidade –, sabemos que não vos foram indiferentes essas marcas de simpatia e, em particular, aquelas que se traduziram por forma de expressão que são património cultural comum dos nossos dois povos.

Político avisado, homem de Estado experiente, nato e criado num ambiente geográfico e humano com que o caboverdiano também se pode identificar, não vos foi difícil surpreender os sinais da pesada herança que nos deixou o colonialismo. Com efeito, isolando-nos do mundo e mantendo o país no mais irresponsável dos abandonos com indiferença e quiçá impotente, assistiu o ocupante às trágicas mortandades provocadas pelas fomes que ciclicamente nos dizimavam, à destruição dos solos férteis pela erosão a que se deixava livre curso. Ao avanço do deserto que, no continente vizinho, espreita as nossas ilhas. E pôde, assim, Vossa Excelência, compreender melhor a determinação por nós posta na luta que, trazendo o fim da longa noite colonial, deu novos motivos para crer, nova esperança ao nosso povo.

Como o brasileiro, o povo caboverdiano sabe que, contrariamente aos que são impostos pela força bruta, os sacrifícios consentidos pelos homens verdadeiramente livres o são no seu próprio interesse, no do seu país, no das gerações que virão. Este, afinal, o segredo da tenacidade posta no trabalho pelo nosso povo, o qual, cotidianamente, faz dádiva de si mesmo, certo que está de que, como o de ontem, o inimigo de hoje – o subdesenvolvimento – pode ser vencido, apesar dos poderosos aliados que para ele representam os persistentes fatores naturais negativos e a cupidez de alguns homens que, noutras partes do mundo e não se conformando com a legítima ambição de não deixarmos por mãos alheias os nossos próprios destinos mas, não querem que pensem com as próprias cabeças agindo sob responsabilidade própria e inteira. Tendo sido sensíveis aos encômios com que Vossa Excelência, Senhor Presidente, distinguiu o nosso povo, cujo esforço na reconstrução nacional pôde apreciar diretamente, não nos foram menos gratas as referências, que então lhe ouvimos. À correção dos nossos propósitos e das vias por que enveredamos para atingir as grandes metas nacionais. Metas que, de resto, se exprimem em poucas palavras: Construir o progresso político, económico, social, cultural e científico no país, alcançar o bem estar e a felicidade a que o povo caboverdiano tem di-

reito. Sabemos que essa é a via verdadeira para a consolidação da independência cuja conquista tantos e tão pesados sacrifícios exigiu ao nosso povo. Por isso, essa é a nossa via. E dela não arredaremos pé, quaisquer que sejam os nossos sacrifícios necessários. De resto, serão estes menos pesados que os de ontem, já que, hoje, somos um povo livre. Um povo que como disse um dos nossos poetas, leva o destino na palma da mão.

Estamos seguros de que, na dura batalha que nos empenhamos poderemos contar sempre com a solidariedade do irmão do outro lado do Atlântico – o Brasil –, convosco presente na grande comunidade que fala português e a que nos ligam, além das afinidades étnicas, culturais e históricas já referidas, uma imensa ambição de progresso e de justiça social. E a determinação de cumprir integralmente o dever histórico de contribuir para a edificação de um Mundo onde a segurança e a paz sejam o apanágio de todos os Povos.

É para brindarmos ao sucesso da missão que cumpre o Senhor Presidente José Sarney à testa do povo irmão brasileiro, à saúde de Sua Excelência, a Senhora Sarney, sua dilecta Esposa, a quem presto as minhas homenagens, que peço que levantemos as nossas taças. Os nossos votos irão também à felicidade do povo amigo do Brasil e ao constante reforço da amizade e da solidariedade entre os nossos Povos.

comunicado conjunto

Comunicado Conjunto assinado em 24 de abril de 1987, entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Dr. José Sarney, e o Presidente da República de Cabo Verde, Dr. Aristides Pereira.

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor José Sarney, visitou oficialmente o Brasil, de 21 a 28 de abril de 1987, o Presidente da República de Cabo Verde, Sua Excelência o Senhor Aristides Maria Pereira.

O Chefe de Estado caboverdiano fez-se acompanhar de sua esposa, dona Carlina Pereira, e de uma importante comitiva. A composição da comitiva caboverdiana consta em anexo.

Além de manter conversações com o Presidente José Sarney, o Presidente Aristides Maria Pereira visitou suas Excelências os Senhores Presidente do Senado Federal, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e da Câmara dos Deputados e Presidente do Supremo Tribunal Federal, e os Estados da Bahia, do Rio de Janeiro, e de São Paulo.

A visita do Presidente Aristides Maria Pereira insere-se no processo contínuo de entendimentos entre os dois países e confirma o desejo mútuo de estreitar cada vez mais as relações bilaterais entre o Brasil e Cabo Verde e de situá-las em nível sempre mais elevado.

Durante os contatos mantidos entre os dois Chefes de Estado foram examinados, em clima de cordialidade fraterna e compreensão, questões relativas ao relacionamento bilateral, bem como temas internacionais da atualidade, atribuindo-se atenção especial à situação prevalecente nas regiões do mundo em que ambos os países se encontram localizados. Verificou-se grande convergência de opiniões em relação aos assuntos tratados.

No tocante às relações bilaterais, os dois Chefes de Estado trocaram opiniões sobre o progresso que vem sendo registrado e sobre as possibilidades do seu fortalecimento e expansão. Notaram, com satisfação, que essas relações se vêm desenvolvendo de forma acelerada e reciprocamente vantajosa, identificando ainda a existência de condições favoráveis para a sua intensificação.

Os dois Presidentes salientaram a importância das atividades de cooperação entre o Brasil e Cabo Verde, como se depreende das iniciativas tomadas, dos programas ora em curso e das perspectivas favoráveis no tocante à sua diversificação.

Acentuaram, a respeito, o interesse recíproco em aprofundar e ampliar, no quadro dos vários Acordos e Atas assinados entre os dois Governos, a cooperação técnica, sobretudo no que se refere aos setores da saúde, agropecuária, administração pública e formação de recursos humanos. Assinalaram, neste contexto, a importância que atribuem ao Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para o Estabelecimento de um Programa Plurianual de Cooperação, assinado em Brasília, em 19 de março de 1987, e que abre novas áreas de cooperação entre os dois países.

Os dois Presidentes manifestaram seu empenho em promover um ativo programa de intercâmbio cultural brasileiro – caboverdiano. O Governo brasileiro examinará com interesse a possibilidade de realizar em Cabo Verde, durante o segundo semestre do corrente ano, uma semana de cultura brasileira.

Ao avaliar ainda os resultados da cooperação bilateral, os dois Presidentes reconheceram o progresso dos esforços no sentido de inclusão de novas áreas nos programas e a necessidade de uma ação comum permanente no sentido de identificar terceiras fontes de financiamento e canalizar, na medida do possível, os recursos delas provenientes para projetos de interesse bilateral.

Os dois Chefes de Estado enfatizaram a importância da intensificação do intercâmbio comercial e, dentro do espírito do Acordo Comercial existente entre o Brasil e Cabo Verde, a sua disposição de examinar mecanismos e formas que permitam alcançar esse objetivo. A esse respeito, salientaram a necessidade de se promover ligações de transporte aéreo e marítimo entre os dois países.

Os dois Presidentes manifestaram a sua preocupação no que respeita à contínua deterioração da situação internacional e a consequente ameaça à paz e à segurança internacionais.

Os dois Chefes de Estado condenaram a persistência da corrida armamentista, que representa uma ameaça direta à paz e à segurança mundiais. Manifestaram, dessa forma, a necessidade urgente de que prossigam as negociações para reduzir os armamentos nucleares. Defenderam a colocação da fiscalização dos Acordos concluídos nesse campo sob controle internacional efetivo. Enfatizaram a importância da transferência de parte dos recursos atualmente afetados ao armamento para áreas de desenvolvimento econômico e social, especialmente nos países em desenvolvimento.

Os dois Presidentes salientaram a necessidade de uma ação urgente da comunidade internacional com vistas a buscar soluções satisfatórias para os problemas políticos e econômicos internacionais. A esse respeito, reafirmaram seu compromisso para com os princípios consagrados na Carta da Organização das Nações Unidas, especialmente a independência, a igualdade soberana dos Estados, a não-interferência nos assuntos internos e a autodeterminação dos povos.

Ao examinar a situação na África Austral, os dois Chefes de Estado manifestaram a sua intensa preocupação em face da deterioração das condições nessa parte do continente, do clima de crescente confrontação e do recrutamento dos focos de tensão que vêm comprometendo os anseios de paz dos povos da região. Concordaram os dois Chefes de Estado que o regime racista da África do Sul é responsável pelo crescente agravamento da tensão na região austral do continente africano e que o sistema do **apartheid**, declarado como crime contra a humanidade pelas Nações Unidas, constitui uma realidade inaceitável e uma constante ameaça à paz e à segurança internacionais. Reiteraram sua solidariedade com a luta das forças anti-**apartheid** da África do Sul, particularmente o ANC.

Os dois Presidentes condenaram energicamente as ações de agressão e desestabilização levadas a efeito por Pretória contra os países da Linha de Frente, em especial a Re-

pública Popular de Angola e a República Popular de Moçambique, e assinalaram o imperativo da cessação imediata de toda a assistência externa aos grupos armados que desestabilizam esses países. Ao mesmo tempo, manifestaram a sua solidariedade com os Estados da Linha de Frente, em particular com Angola e Moçambique.

Em relação às graves situações existentes em Angola e Moçambique, assinalaram a necessidade da suspensão imediata de toda assistência aos grupos armados e financiados a partir do exterior que desestabilizam aqueles países. Reiteraram sua firme disposição de apoiar o Governo angolano na sua luta pela preservação da soberania e da integridade territorial da República Popular de Angola, apelando a favor do estabelecimento da paz, com o estrito cumprimento dos princípios fundamentais do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas. Manifestaram ainda a sua solidariedade para com o povo de Moçambique pela grave situação econômica que atravessa.

Condenaram, energicamente, a continuação da ocupação ilegal da Namíbia pela República da África do Sul em desrespeito às Resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas, em particular a 435 (1978). A esse respeito, reiteraram com ênfase o seu apoio ao povo da Namíbia na sua justa luta pela independência, sob a direção da SWAPO, seu único e legítimo representante.

No que diz respeito à situação no Oriente Médio, os dois Presidentes expressaram sua preocupação pela persistência das tensões naquela região e reafirmaram sua convicção de que uma paz justa, global e duradoura não poderá ser realizada sem que seja terminada a ocupação de todos os territórios árabes, e sem que sejam exercidos, pelo povo palestino, cujo único e legítimo representante é a Organização pela Libertação da Palestina, os seus inalienáveis e legítimos direitos à autodeterminação e independência, de acordo com a Carta e as Resoluções pertinentes das Nações Unidas. Os dois Presidentes reafirmaram seu apoio à realização da Conferência Internacional sobre a Paz no Oriente Médio, decidida pela Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Em relação à América Central, os dois Presidentes reiteraram a sua oposição ao uso da força ou à ameaça de seu uso e a sua adesão aos princípios internacionalmente consagrados de não-ingerência e de não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados. O Presidente Aristides Pereira expressou sua satisfação com os esforços diplomáticos envidados pelo Grupo de Contadora, com o respaldo do Grupo de Apoio. O Presidente José Sarney reafirmou o propósito do Brasil, como membro deste Grupo, de continuar a dar o seu total apoio a todos os esforços conducentes à solução pacífica para o conflito regional. Ambos os Presidentes instaram as Partes envolvidas a privilegiarem a via do diálogo e da negociação, como forma de solução pacífica para a crise.

Os dois Presidentes afirmaram a sua convicção de que a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação – conforme a resolução 41/11 adotada na XLI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas – é condição essencial para permitir o desenvolvimento harmonioso, interdependente e estável dos países africanos e latino-americanos. Concordaram com a necessidade de continuar a identificar novas áreas de cooperação entre os países da região, no quadro da resolução aprovada, de forma a atingir os objetivos de paz e cooperação que orientaram a sua adoção.

O Presidente José Sarney acentuou ao Presidente Aristides Maria Pereira a importância que o Brasil atribui ao processo de entendimento entre os cinco países africanos de língua oficial portuguesa, com vistas ao desenvolvimento das suas relações de amizade e cooperação, e indicou a disposição de contribuir para fortalecer esse processo.

Passando em revista a atual situação econômica internacional, os dois Presidentes observaram, com pesar e preocupação, a ausência de progresso na eliminação dos desequilíbrios e desigualdades entre Nações ricas e pobres. A esse respeito, ambos os Presidentes enfatizaram a importância da Cooperação Sul-Sul como fator fundamental para a consecução de uma Nova Ordem Econômica Internacional mais justa e equitativa.

Os dois Presidentes salientaram que apenas uma verdadeira liberalização do comércio internacional e a abertura de novas oportunidades comerciais nos mercados dos países desenvolvidos para produtos e serviços de países em desenvolvimento poderiam criar as condições ideais para a reestruturação econômica e financeira dos países em desenvolvimento, com conseqüências globais positivas.

Os dois Estadistas assinalaram a importância da realização de encontros entre representantes de alto nível dos dois países, para a consolidação e maior desenvolvimento dos laços bilaterais. Com o objetivo de continuar e intensificar tais encontros, concordaram em que a Quinta Reunião da Comissão Mista Brasileiro – Caboverdiana deva realizar-se no mais breve prazo possível, em Cabo Verde, em data a ser oportunamente fixada pelos canais diplomáticos.

O Presidente Aristides Maria Pereira comunicou a decisão de abrir a Embaixada de Cabo Verde em Brasília, devendo a sua instalação ocorrer brevemente. O Presidente José Sarney acolheu com grande satisfação a decisão do Governo caboverdiano.

O Presidente José Sarney expressou a grande satisfação do Governo brasileiro em poder cooperar para a construção do Centro Histórico – Cultural de Cabo Verde, instituição que contribuirá decisivamente para uma maior aproximação dos povos de ambos os países. Nesse sentido, fez a entrega ao Presidente Aristides Maria Pereira do projeto arquitetônico preliminar do Centro Histórico – Cultural e de sua maquete.

O Presidente Aristides Maria Pereira expressou os agradecimentos do povo caboverdiano pela participação brasileira na construção do Centro Histórico – Cultural, que servirá de marco na história do relacionamento fraterno entre os dois países.

Os dois Presidentes manifestaram a sua satisfação com a assinatura do Protocolo de Intenções relativo à construção do Centro e que reflete a firme decisão de ambos os Governos de levar a cabo o projeto.

No final de sua visita oficial, o Presidente Aristides Maria Pereira expressou ao Presidente José Sarney sua profunda gratidão, bem como a de sua esposa e a de sua comitiva, pela calorosa e fraterna hospitalidade que lhe foi dispensada durante a sua estada no Brasil.

O Presidente Aristides Maria Pereira convidou o Presidente José Sarney para visitar oficialmente a República de Cabo Verde. O convite foi aceito com prazer, devendo a data da sua efetivação ser fixada por via diplomática.

protocolo de intenções

Protocolo de Intenções assinado em 24 de abril de 1987, entre o Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney, e o Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Maria Pereira.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Cabo Verde.

Reconhecendo, com grande satisfação, o excelente nível das relações entre os dois países;

Desejando fortalecer ainda mais os laços bilaterais de amizade, entendimento e cooperação;

Atribuindo, nesse contexto, particular importância ao desenvolvimento das atividades de cooperação cultural pelo seu significado na promoção de um maior conhecimento mútuo por parte dos povos brasileiro e caboverdiano,

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. O Governo brasileiro fará entrega, em breve prazo, ao Governo caboverdiano, de um projeto arquitetônico integrado que se denominará “Centro Histórico – Cultural de Cabo Verde”.

2. O Projeto do Centro Histórico – Cultural será composto de quatro partes: Memorial Amílcar Cabral, Museu Nacional, Biblioteca Nacional e Auditório.

3. Após aprovação pelo Congresso Nacional, o Governo brasileiro assegurará os recursos necessários para a construção do Memorial Amílcar Cabral e da Biblioteca Nacional.

4. Os dois Governos esforçar-se-ão para obter recursos nacionais e internacionais necessários à construção do Centro Histórico – Cultural.

5. O Governo caboverdiano proporcionará todas as facilidades necessárias para a elaboração do projeto arquitetônico do Centro Histórico – Cultural, seu posterior detalhamento e durante todo o período da construção. Entre essas facilidades, estão compreendidas:

- a) a importação, livre de direitos aduaneiros, taxas, impostos e outras imposições (gravames), do material destinado à construção;
- b) a isenção de quaisquer tributos, taxas e outras imposições (gravames) eventualmente incidentes sobre a construção;
- c) a permissão de utilização de mão-de-obra especializada brasileira na construção;
- d) a isenção de quaisquer tributos ou impostos sobre os salários que venham a ser pagos, pelo Governo brasileiro, ou por empresas eventualmente subcontratadas pelo Governo brasileiro para o projeto, à mão-de-obra brasileira;
- e) o oferecimento das necessárias facilidades de trabalho, bem como para a operação da mão-de-obra que for utilizada para a conclusão da obra.

6. Os dois Governos concordam em estabelecer uma Comissão Mista “ad hoc”, doravante denominada “Comissão”.

7. A Comissão reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

- a) a Comissão servirá de foro de consultas entre os dois Governos sobre a concessão das facilidades mencionadas no parágrafo anterior, e se encarregará de examinar quaisquer dificuldades dela decorrentes;
- b) a Comissão aprovará, em definitivo, o projeto do Centro Histórico – Cultural de Cabo Verde;
- c) a Comissão será presidida pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, e dela participarão aquelas instituições ou indivíduos que cada Governo designar para tal. A Comissão poderá, quando assim acordado, reunir-se em nível de representante dos dois Ministros;
- d) a Comissão reunir-se-á em época e local acordados após entendimento entre os Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países.

8. Além das consultas no âmbito da Comissão, os dois Governos darão prosseguimento às consultas numa base contínua por meio dos canais diplomáticos.

9. O presente Protocolo de Intenções entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 24 dias do mês de abril de 1987, em dois exemplares originais, no idioma português.

pelo Governo da República Federativa do Brasil

José Sarney

pelo Governo da República de Cabo Verde

Aristides Maria Pereira

memorando de entendimento

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para o estabelecimento de um Programa Trienal de Cooperação no campo da Administração Pública.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Cabo Verde,

CONSIDERANDO.

Os resultados positivos alcançados pela cooperação técnica entre os dois países no campo da Administração Pública, desde 1982;

A aprovação pela República de Cabo Verde do II Plano Nacional de Desenvolvimento para o período de 1986 a 1990, que inclui o Programa de Institucionalização da Reforma Administrativa e de Reorganização do Sistema de Recursos Humanos a ser implementado nesse período;

Que o Brasil foi considerado parceiro privilegiado de Cabo Verde na área de Administração Pública, no decorrer da II Mesa Redonda Ampliada dos Parceiros do Desenvolvimento de Cabo Verde, realizada em Praia, em novembro de 1986;

A ênfase conferida à cooperação bilateral no âmbito da visita ao Brasil de Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Cabo Verde Aristides Maria Pereira;

A visita ao Brasil de Missão técnica caboverdiana chefiada por sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública Renato Cardoso, para exame conjunto do programa de cooperação na área de Administração Pública a ser levado a cabo pelos dois países;

A proposta de trabalho apresentada pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo – FUNDAP, e intitulada Assessoramento Técnico e Metodológico da República de Cabo Verde para Desenvolvimento dos Programas de Institucionalização da Reforma Administrativa e de Reorganização do Siste-

ma de Recursos Humanos, e as modificações do documento em apreço, acordadas no decorrer da visita ao Brasil da referida Missão.

Decidem o seguinte:

1. As Partes designarão a Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo – FUNDAP, como órgão brasileiro para a execução do Programa em apreço, e, por Cabo Verde, a Secretaria de Estado da Administração Pública.

2. As Partes reiteraram sua disposição em apoiar a realização do Programa de Reforma Administrativa do Governo da República de Cabo Verde, apresentado na II Mesa Redonda Ampliada dos Parceiros do Desenvolvimento de Cabo Verde, inclusive no que se refere ao prazo de três anos mencionado na supracitada proposta.

3. Para o ano de 1987 a Parte brasileira contribuirá com montante equivalente a US\$ 100.000,00 destinados a custear parcialmente despesas relativas a serviços de consultoria brasileira destinadas à execução do Programa.

4. O montante da contribuição brasileira para os dois anos subsequentes será acordado em negociação a levar a cabo no decurso do 2º semestre de 1987.

5. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 12 dias do mês de maio de 1987, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República de Cabo Verde

Renato de Silos Cardoso

felipe gonzález no brasil

Discurso pronunciado pelo Presidente do Governo Espanhol, Felipe González, perante a Assembléia Nacional Constituinte, dia 16 de junho.

Excmo. Señor Presidente de la Cámara de Diputados y la Asamblea Nacional Constituyente,

Excmo. Señor Presidente del Senado y del Congreso Nacional, Señores Senadores y Señores Diputados:

Representa para mí un gran honor atender vuestra invitación a esta tribuna para dirigirles unas palabras, forzosamente precedidas de mi saludo a los legítimos representantes del pueblo brasileño y, através de ellos, de la expresión de mi respeto y admiración a todo el pueblo del Brasil.

Quiero, también, manifestar, de modo muy especial, mi agradecimiento por las palabras de bienvenida que acaban de dedicarme, en nombre de sus Cámaras respectivas, el Señor Senador Fernando Henrique Cardoso y el Señor Diputado Bonifacio de Andrada.

Quisiera aprovechar esta oportunidad que ofrecen, para hacer una reflexión breve, pero profundamente sentida, sobre el momento actual de España y Brasil y las perspectivas que ustedes y nosotros tenemos por delante, cada uno en su trayectoria nacional y también en nuestras relaciones mutuas.

Las circunstancias de este momento histórico nos imponen retos significativos.

Mientras España conmemorará próximamente la primera década de existencia de una Constitución consensuada entre todos, Brasil está recorriendo los pasos de su proceso constitu-

yente, con el objetivo de lograr un texto constitucional que recoja las aspiraciones del pueblo brasileño en el momento actual.

Si establecer un marco constitucional común, en el que nuestros ciudadanos se sientan integrados, es sumamente importante, nuestras sociedades nos exigen al mismo tiempo atender a las justas aspiraciones de nuestros pueblos. Para ello hay que crear riqueza, promoviendo el desarrollo y distribuyendo, con criterios de justicia social, los recursos generales. Los condicionantes económicos entre los que nos movemos, que nos llevan a la comprobación de que vivimos situaciones de crisis, hacen que debemos encarar la realidad con criterios realistas compatibles con las concepciones ideológicas de las que cada uno parta, y que lógicamente mantenga, en cuanto a las aspiraciones más profundas.

Estoy convencido de que, en definitiva, seremos juzgados en la medida en que podamos asegurar para nuestros pueblos, en medio de las dificultades que nos ha tocado vivir, cuotas de libertad y justicia crecientes. Y ello va a imponer a nuestros pueblos y a sus gobernantes decisión y coraje en la hora actual.

Con estas consideraciones como guía, desearía hacer unos breves apuntes sobre nuestro particular proceso constitucional. A ello me mueve, junto a una íntima satisfacción y alegría por encontrarme en Brasil, el hablar ante una Asamblea con un título tan excelso y tan exigente a la vez, como el de Asamblea Constituyente.

Hace justamente diez años Señorías, que España inició, con las elecciones de Junio de 1977, su andadura democrática y su proceso constituyente.

Al 90% de los representantes parlamentarios nos resultaba desconocida la experiencia. La sequía de libertades se había prolongado durante cuatro décadas y puedo afirmar, con la perspectiva de hoy, que nos unía, más allá de las diferencias, una clara voluntad colectiva de encontrar un marco de convivencia libre y pacífica para nuestro pueblo.

Ante empeño tan importante dudábamos sobre el camino a seguir para plasmar en la Carta Magna unas reglas de juego aceptables para todos.

Dudábamos sobre la conveniencia de conseguir, sobre todo, un texto jurídicamente riguroso, intelectualmente satisfactorio, con la mayor coherencia y sistemática posible. Esta aspiración, con frecuencia utópica comportaba el riesgo, ya conocido en nuestra historia, de que el resultado no se ajustara adecuadamente a nuestra realidad concreta como país y a nuestras necesidades históricas como pueblo.

O, bien, si alternativamente, nos esforzábamos por encontrar un texto constitucional que, aún con imperfecciones técnicas, pudiera recoger esa voluntad de convivencia en un marco jurídico político en el que todo el espectro político y social de España pudiera sentirse razonablemente cómodo, suficientemente representado. Por ello optamos, creyendo que la Constitución podrá servir a nuestra sociedad concreta para canalizar las energías nacionales, expresadas en cada momento por aquellos proyectos políticos que merecieran un mayor apoyo del cuerpo social.

España, a lo largo de los siglos XIX y XX, desde su primera constitución moderna promulgada en Cádiz en 1812 - se dotó de una serie de Constituciones que, en vez de ser la Carta Magna de todos sus ciudadanos, tuvieron un marcado carácter coyuntural, por su excesiva vinculación a las fuerzas políticas hegemónicas en cada momento.

De ahí su fragilidad y su carácter efímero, y con frecuencia, su utilización como bandera de lucha partidaria.

Esa realidad constitucional se complica en el caso de España, porque esta evolución coincide en el tiempo con un proceso de ensimismamiento, que encuentra precisamente su origen en la independencia de los pueblos hispanoamericanos respecto de España.

La introversión produjo un aislamiento político y un enquistamiento económico que, por una parte, nos llevó a la frágil estructura política española de aquellos años y, por otra, nos descolgó del proceso de desarrollo económico que se estaba produciendo entonces en el resto de Europa.

De la reflexión sobre nuestro pasado, los españoles hemos tratado de extraer unas consecuencias. Aspirábamos a superar, y creo firmemente que lo hemos conseguido, las secuelas de la última contienda civil entre españoles y estamos empeñados en recuperar y redefinir nuestra identidad como nación, en la modernización de nuestras estructuras y en la proyección de España fuera de sus fronteras.

Los españoles nos convencimos de la necesidad del diálogo y de la búsqueda del consenso los grandes temas, como único camino para la búsqueda de las soluciones a nuestros problemas. Problemas difíciles que tenemos que enfrentar superando a aquéllos, de uno y otro lado, que propugnan un cierto inmovilismo o pretenden llevar a la práctica aspiraciones maximalistas, inalcanzables por irreales. Optamos por hacer una Constitución consensuada que, ciertamente, no agradaba plenamente a cada uno, pero que logró erigirse en lugar de encuentro de los diversos grupos políticos y sociales representativos del 90% de los ciudadanos de España.

Esta tarea se ha llevado a cabo en un clima de paz social, que pareció difícil de alcanzar en un momento en que era necesario un ajuste en la economía del país, así como la restauración del marco de las libertades políticas y sociales que iban a permitir a los españoles una auténtica y plena vida en democracia.

Todos colaboramos al logro de esa meta: el conjunto de los ciudadanos y de sus organismos representativos, partidos políticos, sindicatos y asociaciones patronales.

A la cabeza del Estado, el Rey ha sabido impulsar este esfuerzo colectivo, fomentando la moderación y el respeto a las opiniones ajenas, que han hecho posible la consolidación de un régimen de libertades.

Creo que puede afirmarse que, entre todos, acertamos en nuestra opción por traer la democracia a España y por consolidarla. Con ello, España que, como bien conocéis, es un país que tiene raíces históricas muy hondas, hizo posible que del árbol viejo, evocado por Antonio Machado, pudieran nacer brotes nuevos que configuraran una nueva realidad nacional.

Hemos superado nuestra introversión histórica y hemos abierto nuestras fronteras integrándonos en la Comunidad Europea como país europeo y occidental que somos.

Sin embargo, nuestra condición de país europeo y occidental no nos hace olvidar nuestros especiales vínculos con el continente americano. Tenemos mayor conciencia que nunca de que nuestro futuro tiene que estar unido al futuro del continente latino-americano. De ahí que, desde el mismo momento en que España ha realizado su integración institucional en Europa, hemos hecho constar la necesidad de abrir una vía de diálogo entre la Comunidad Europea y los países de América Latina.

Y lo hemos hecho sin pretender desempeñar un papel protagonista en este proceso, pero sin renunciar a un objetivo que consideramos fundamental para los próximos años: la creación de un nuevo diálogo político y económico entre Europa y América Latina.

En nuestra opinión, ese diálogo debe ser un componente importante del devenir de ambos continentes, ya que los intereses objetivos de unos y de otros y, entre ellos los de España y Brasil, estarán mejor servidos por la cooperación y el diálogo, que por el aislamiento y la distancia que han presidido nuestro pasado.

Permítanme, Señores Senadores y Señores Diputados, que insista en la necesidad de llevar a cabo esfuerzos de imaginación y de creatividad para afrontar el porvenir con un nuevo impulso en nuestras relaciones bilaterales y en las relaciones entre los continentes a los que nuestros dos países pertenecen. Estamos convencidos de que las relaciones políticas hispano-brasileñas han entrado ya en su fase de madurez. Al nuevo régimen político democrático de España y de Brasil le corresponde un lógico afianzamiento de esas relaciones, que deben reflejar una mayor amplitud y profundidad de nuestros vínculos. La amistad que compartimos desde hace tantos años debe servirnos para proyectarnos conjuntamente, mucho más unidos, hacia un futuro que supere las actuales dificultades con las que todos nos enfrentamos.

Si los procesos integradores de Europa y de América Latina son una respuesta a la difícil realidad en que vivimos, un mayor acercamiento entre España y Brasil se inserta, lógicamente, en ese mismo contexto, pretendiendo tanto el enriquecimiento de nuestras relaciones bilaterales como nuestra contribución mutua a que se intensifiquen las vías de diálogo en marcha entre nuestras dos regiones.

De nuestros contactos continuos deben ir surgiendo nuevas propuestas que permitan crear un marco de relaciones, prioritariamente más intensas. La ausencia de contenciosos en nuestra relación bilateral puede servirnos de acicate para ir tejiendo un conjunto de proyectos.

Excmo. Señor Presidente de la Cámara de Diputados y de la Asamblea Nacional Constituyente,

Excmo. Señor Presidente del Senado y del Congreso Nacional,

Señores Senadores y Señores Diputados:

En este momento histórico difícil y esperanzador, debemos trabajar para conseguir aquello a lo que aspiramos, la consolidación de los sistemas democráticos, que han de es-

tar asentados en un Estado de Derecho que promueva los derechos humanos y que colme las aspiraciones de libertad y justicia de nuestros pueblos.

Debemos trabajar, también para superar la crisis económica y financiera. ¡Qué duda cabe de que el gran esfuerzo que realizan Brasil y otros países de América exige un horizonte más esperanzador que el que en este momento parece oscurecer el futuro! Es necesario compaginar los compromisos de la deuda exterior con el crecimiento económico, para que la deuda no se convierta en un estrangulamiento que ahogue el desarrollo económico y social y frustre la profunda aspiración de libertad de los pueblos.

Hoy día empieza a reconocerse que es imposible resolver el problema de la deuda con criterios exclusivamente técnicos. Deben pues, tenerse en cuenta consideraciones de carácter político-social, que a mi juicio son compatibles con la estabilidad del sistema financiero internacional, igualmente importante para las inversiones de capital que impulsen el desarrollo.

Consideramos, pues, de todo punto necesario el establecimiento del diálogo para llegar a una solución que, al tiempo que asuma el carácter financiero de la deuda, tenga en cuenta el enorme entramado de problemas políticos y sociales que pueden afectar a la misma viabilidad de los sistemas democráticos y a las necesidades de progreso económico-social.

Soy muy consciente de esta necesidad y por eso insisto aquí en la urgencia del diálogo entre países deudores y acreedores para conseguir el punto de encuentro que permita una adecuada salida de la crisis, que preserve el sistema financiero internacional y las expectativas legítimas de los países en desarrollo.

Esos grandes proyectos que consideramos imprescindible abordar a escala continental: la consolidación de la democracia y la colaboración para encontrar una vía de solución al problema económico y financiero, podrán tener un horizonte: el de 1992. España desea

que esa fecha tenga un contenido de futuro y no se convierta sólo en la efemérides del descubrimiento de las primeras tierras americanas. La fecha del 92 es, indudablemente, una fecha histórica, pero aspiramos a que pueda ser algo más: la definición de un horizonte nuevo para todos nosotros. Aspiramos a que se perfilen, mediante una reflexión común, una serie de metas concretas y ambiciosas: el 92 debería ser la fecha en la que se celebre la libertad y la democracia de todos los países de la región y la convivencia y la cooperación entre todos ellos.

Desde esta plataforma de libertad y cooperación, podríamos contribuir de manera efectiva a la paz internacional.

En este proyecto, Brasil tiene un gran papel que desempeñar. Estoy convencido, su camino democrático, tendrá consecuencias duraderas no sólo para vuestro propio país, llamado como está al gran protagonismo que la historia le reserva.

Junto a este ejemplo político debo resaltar también su sentido de la cooperación y su idea de la solidaridad, puestos de manifiesto con sus esfuerzos por contribuir a encauzar la crisis centroamericana, desarrollar la cooperación con los países limítrofes e impulsar el proyecto de la zona de paz y cooperación del Atlántico Sur.

Estas realidades, que ya operan actualmente, han de enriquecerse y convergir en lo que, idealmente, consideramos un punto de referencia para toda la región en las proximidades del 5º Centenario del encuentro entre dos mundos.

No puedo terminar mis palabras sin referirme al gran político brasileño Tancredo Neves, con quien tuve el honor de encontrar en Madrid, en enero de 1985. A todos nos impresionó su clara visión del futuro político del Brasil. Ello me lleva a recordar unas palabras suyas:

“Es hora de edificar un Estado que sirva a la plena madurez de nuestro pueblo. No debe ser un Estado que las élites otorguen a la Na-

ción, en un acto orgulloso de poder, sino que emerja de la conciencia colectiva como a sus deseos y necesidades”.

Señores Senadores, Señores Diputados: que este mensaje político tenga vigencia en el Brasil democrático y próspero que todos deseamos.

discurso do presidente brasileiro na assinatura do comunicado conjunto

Discurso pronunciado pelo Presidente José Sarney, por ocasião da assinatura do Comunicado Conjunto firmado entre Brasil e Espanha, em 16 de junho de 1987.

Senhor Presidente,

Há pouco mais de dez anos, a Espanha resurgiu para a democracia.

Junto a milhões de espanhóis, Vossa Excelência foi um líder incansável a empenhar a luz e o sonho.

Para a Espanha, hoje, descerra-se um futuro auspicioso.

É exemplo de dinamismo e de pujança. Hasteia em glória as bandeiras da democracia e da modernidade.

Conquista consciente e firme, a democracia projeta a Espanha e dá-lhe força para influir nas decisões mundiais.

A Espanha revive a glória e o esplendor de seu passado, realçado, entre tantas conquistas, pela epopéia dos descobrimentos que partilhou com Portugal nos séculos quinze e dezesseis, e pela projeção universal que, até hoje, suas ricas contribuições assumem nos planos do pensamento filosófico, das ciências, da literatura, das artes plásticas.

O prestígio de Vossa Excelência, Senhor Presidente, ultrapassa as fronteiras espanholas. Reconhecidas e admiradas internacionalmen-

te são suas qualidades de estadista afinado com as questões de seu tempo. As características de sua personalidade moldam todo um estilo de Governo.

Sua juventude, seu desempenho dinâmico e combativo na defesa dos postulados democráticos e da justiça social distinguem expressivamente a ação do governo de Vossa Excelência.

Fiel intérprete dos anseios do povo espanhol nesta hora de tão rápidas e amplas transformações, Vossa Excelência encarna nitidamente o espírito progressista e inovador que preside hoje a vida dessa grande nação.

Se as nações são formadas e se mantêm pelo fato de disporem de um programa para o amanhã, não cabe dúvida em afirmar que a Espanha, guiada pela habilidade e lucidez de Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos I e sob a Condução do governo de Vossa Excelência, pode encarar o futuro com entusiasmo e confiança.

Sr. Presidente,

A Espanha e o Brasil são irmãos de sangue e de cultura.

Fazemos parte da mesma tradição.

Nossas relações têm origem em passado longínquo, com raízes nos primórdios do Brasil colônia.

Durante a união real, que ligou as coroas lusitana e espanhola de 1580 a 1640, portugueses, espanhóis e brasileiros combateram lado a lado.

Uniram-se no mesmo objetivo de defender o nosso território de invasões.

Era espanhol o Padre José de Anchieta, o Apóstolo do Brasil.

Espanhóis ilustres aqui deixaram marcas de bravura.

Em épocas recentes, centenas de milhares de espanhóis para aqui vieram e contribuíram para a formação da nacionalidade brasileira.

O Diálogo fraterno entre nossos governos reflete a proximidade histórica entre nossos povos.

Com a visita de Vossa Excelência, reafirma-se o desejo de nossos dois países, plenamente reintegrados na vida democrática, de fortalecer e intensificar suas relações, já tradicionalmente marcadas pela amizade.

Recordo que o Presidente eleito do Brasil, Dr. Tancredo Neves, ao efetuar viagem pela Europa em janeiro de 1985, esteve em Madri, atendendo a convite expresso de Sua Majestade o Rei Juan Carlos I, e avistou-se com Vossa Excelência. Pouco depois, em março do mesmo ano, veio ao Brasil para as cerimônias da posse presidencial o vice-presidente do Governo da Espanha, Senhor Alfonso Guerra. No ano em curso, fomos honrados com a visita do Príncipe Felipe, herdeiro do trono espanhol, e do Ministro dos Assuntos Estrangeiros da Espanha, Senhor Francisco Fernández-Ordóñez.

Ao mencionar esta sucessão de visitas, a que vem agora se somar a presença de Vossa Excelência, registro minha grande satisfação pessoal com o processo de estreitamento e adensamento de contatos entre nossos países.

Acabamos de firmar um comunicado conjunto que traduz, claramente, sólidos interesses de cooperação e visões coincidentes acerca da realidade internacional. O documento evidencia, da mesma forma, a perspectiva de um relacionamento sempre mais estreito e frutífero entre os dois países.

Senhor Presidente,

A Espanha realizou uma transição política pacífica, assentada na elaboração de um pacto social. Os espanhóis souberam enxergar o futuro, por cima de seus interesses específicos.

O mundo assistiu, maravilhado, às profundas mudanças que a Espanha realizou sem recorrer ao confronto e sem atentados à ordem, que ao mesmo tempo sofria profundas reformas, dentro da lei.

Foi possível conciliar a mais rica tradição e o novo, a monarquia e a modernidade, uma cultura fortemente enraizada e o socialismo democrático.

A Espanha soube, Senhor Presidente, mostrar ao mundo a grandeza de sua arquitetura política, a capacidade de entendimento e de conciliação, a arte da negociação e o êxito do empreendimento democrático.

Fruto do consenso e do compromisso, a nova constituição espanhola coroou os esforços de uma transição política exemplar.

Dizia Ortega y Gasset que o direito surge espontaneamente da sociedade.

Constituições não se copiam, pois são expressão autêntica de cada povo.

País de história rica, com perfil próprio, a Espanha é inimitável.

Mas é possível compartilhar idéias e enriquecer-se com a experiência alheia, sobretudo quando, guardadas as peculiaridades, nossos povos vivem processos até certo ponto semelhantes.

A experiência espanhola inspira respeito e admiração. Serve como símbolo. É estímulo a todos os que confiam na vitória da sabedoria sobre a força, da paz sobre a discórdia, do desenvolvimento sobre a miséria, da democracia sobre a barbárie.

O Brasil encara de frente seus problemas. Estamos vivendo uma transição na paz, empenhados em consolidar uma democracia participativa e voltada para a solução dos graves problemas sociais que nos afligem.

A Assembléia Nacional Constituinte, agora reunida, moldará nossas instituições políticas,

na busca do desenho jurídico que, expressão de identidade nacional, possa corresponder aos anseios dos brasileiros, por cima de dificuldades e divergências conjunturais.

Senhor Presidente,

Assim como a irmandade que nos une repousa em muito de nossa experiência política, em nosso sangue e em nossa cultura, assim também está ela nas perspectivas de nossas relações bilaterais e em nossa visão dos problemas internacionais.

Isto ocorre antes de mais nada porque, como na imagem de um conhecido e ilustre escritor, a Península Ibérica é uma ilha que navega o Atlântico ao encontro da América Latina.

De fato, os destinos de nossas regiões estão de alguma forma associados.

A integração da Espanha no Mercado Comum Europeu não deve, pois, prejudicar vínculos tradicionais. Ao contrário, deve servir de estímulo à busca de um patamar mais elevado e profundo de cooperação.

Temos fé em que esse acontecimento, de tão marcante significado na atual fase do desenvolvimento político e econômico da Espanha, possa trazer uma contribuição positiva para o maior adensamento dos seus vínculos de comércio e de investimento com a América Latina.

As relações econômicas entre a Espanha e o Brasil têm-se desenvolvido com dinamismo, apresentam sinais promissores em áreas como as dos transportes, do equipamento ferroviário, da irrigação, das indústrias têxteis e de madeiras.

Não menos relevantes têm sido nossas atividades de cooperação nos domínios da ciência, da técnica, da educação e da cultura. Ao abrigo dos convênios de cooperação entre as entidades de pesquisa de nossos dois países, vem-se efetuando um intenso e profícuo intercâmbio de cientistas e técnicos, bem como uma útil troca de informações. Nos campos do

cinema, da música, do teatro e das artes plásticas, além da educação superior, são também expressivas as iniciativas promovidas.

Na América Latina, Senhor Presidente, o moderno hoje veste-se do espírito de solidariedade, traduzido no desejo de integração econômica e de busca de soluções autônomas para seus problemas políticos.

O drama da América Latina é o de ter que navegar num meio-ambiente adverso, contra a incompreensão e a ingerência, para obter a paz, a democracia e o desenvolvimento.

A crise na América Central é um caso concreto desse drama. Naquela zona, já não antecipamos o pior. Já se vive ali a fase do pior. Não apenas em relação à América Central espanhóis e brasileiros têm convergido no repúdio à política de transposição dos conflitos Leste/Oeste para as situações regionais. Esta é, aliás, a ocasião para manifestar nosso reconhecimento pelo apoio espanhol à posição brasileira, dos países latino-americanos e africanos de tornar o Atlântico Sul uma zona de paz e de cooperação, imune às interferências e às disputas entre as grandes potências.

Os países da América Latina – e esta é claramente a posição do Brasil – não têm por que interiorizar conflitos que não lhes pertencem, sobretudo quando estão confrontados com a tarefa maior de consolidar suas democracias.

É imprescindível que os países ocidentais se convençam de uma vez por todas de sua corresponsabilidade na construção da democracia e na preservação dos direitos humanos em nossos países. E democracia e direitos humanos não florescem no meio da cinzenta e espinhosa paisagem da fome, da miséria e do sofrimento.

O problema da dívida externa não é, portanto, apenas econômico. É também político e, sobretudo, moral.

Disso falo a Vossa Excelência porque o Brasil sabe que, nas horas difíceis, encontra apoio na amizade do povo e do Governo espanhóis.

Nas conversações que mantive com Vossa Excelência, notei-o extremamente receptivo à urgência de um esforço concentrado da comunidade internacional com vistas a encontrar soluções justas para esta e outras questões.

Creio que fizemos progressos sensíveis. Fomos capazes de harmonizar critérios. Aprofundamos as coincidências de posições entre nossos dois países.

Senhor Presidente,

Desejo ressaltar o expressivo significado das atividades que marcarão, em 1992, as comemorações do quinto centenário do descobrimento da América e, no ano 2000 do descobrimento do Brasil. O Governo brasileiro participa com vivo interesse dessas atividades, que fazem transparecer nitidamente a comunhão histórica entre o nosso povo e os da Península Ibérica, nascida da união de culturas e regiões que marcou a epopéia dos descobrimentos, no lançamento das bases da civilização moderna.

Em nome dessa comunhão histórica, expresso a Vossa Excelência minha profunda satisfação ao recebê-lo aqui no Brasil.

O diálogo que se intensificou com a visita de Vossa Excelência deve ter seguimento pronto e eficaz. Acredito que o ato que acabamos de assinar bem reflete este desiderato. Cabe-nos agora utilizar toda a nossa capacidade de imaginação e toda a nossa vontade empreendedora para transformar em realidades concretas, como é desejo de nossos povos, as perspectivas de cooperação ora abertas.

Formulo os mais calorosos votos de saúde e felicidade a Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos I e à Rainha Sofia – que já tivemos, em mais de uma ocasião, a subida honra de acolher entre nós – e os votos de contínuo êxito e ventura pessoal a Vossa Excelência, Senhor Presidente e amigo Felipe González. Saúdo também na pessoa de Vossa Excelência o grande e nobre povo espanhol, augurando-lhe crescente progresso e prosperidade, bem como a fraternidade perene entre nossos povos.

Discurso do Presidente do Governo Espanhol na assinatura do Comunicado Conjunto.

Discurso pronunciado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo Espanhol, Felipe González, por ocasião da assinatura do Comunicado Conjunto firmado entre Brasil e Espanha, em 16 de junho de 1987.

Excmo. Señor Presidente de la República Federativa de Brasil, Señores Ministros de Estado, Señoras y Señores:

Quiero aprovechar mis últimas horas de estancia en Brasilia para reiterar mi agradecimiento por la invitación del Presidente de la República Federativa de Brasil para que visitase oficialmente este apasionante país. Le ruego Señor Presidente que acepte el reconocimiento de toda la delegación española por las muestras de amistad y cordialidad de que hemos sido objeto durante nuestra estancia en Brasil.

En los últimos diez años, y paralelamente a la recuperación y consolidación de la democracia, España ha completado su apertura al exterior. Ese proceso pasaba por la actualización de la amistad con aquellos países con los que España mantenía especiales vínculos; por la elevación del nivel de las relaciones con aquellos otros con los que se mantenía una relación más alejada o, incluso, por el establecimiento de esas relaciones en los casos en que aún no existían.

Al mismo tiempo, España alcanzaba su integración en la Comunidad Europea y decidía su presencia en la Alianza Atlántica. En este marco, España ha llevado a cabo un importante esfuerzo que ha sido especialmente importante en relación con los países del Continente Americano, vinculados con España por razones históricas y culturales y por la coincidencia de metas políticas compartidas.

Esto no sería completo sin la búsqueda decidida del reforzamiento de nuestras relaciones con Brasil que, por sus peculiares antecedentes históricos, cuenta con elementos diferen-

ciales que le dan identidad propia respecto de su entorno. El deseo español es el de impulsar los anteriores lazos bajo una nueva visión.

Los Reyes de España visitaron su país en 1983, cuando ya se dibujaba el proceso de transición política brasileña. Mi visita ahora supone proseguir este reencuentro incrementando nuestro diálogo.

El momento histórico para la maduración de nuestro encuentro es propicio, ya que en nuestros dos países existen sistemas democráticos con clara voluntad de progreso social-económico.

Deseo referirme, con la sinceridad que permite el clima óptimo de nuestro diálogo político, al estado de nuestras relaciones bilaterales, para subrayar la confianza que anima nuestro quehacer común.

Creo, en efecto, que es hora de materializar las buenas intenciones para conseguir hechos concretos. Las conversaciones que hemos tenido, durante estos días, me convencen de esa oportunidad para concretar nuestro común enfoque de la realidad internacional. Todos convenimos en la necesidad de buscar unas nuevas bases que permitan establecer un orden económico internacional más justo y más equilibrado, pero mientras esto se estudia en los foros internacionales, urge adoptar, desde ahora, medidas que sirvan para encontrar soluciones a los problemas inmediatos con que nos enfrentamos.

En este sentido, ya he tenido ocasión de referirme al importante desequilibrio que existe en nuestro intercambio comercial. Por esa vía, mi país ha venido contribuyendo de manera positiva, a lo largo de los últimos años, al apoyo de la economía brasileña. Aunque comprendemos las razones conjunturales de ese desequilibrio, deseáramos que España incrementase sustancialmente su participación en el comercio entre los dos países.

Esta voluntad española de colaboración con Brasil se ha venido manifestando constantemente y, por citar un ejemplo, voy a referirme

tan sólo a un producto, muy sensible en la exportación de Brasil, del que es primer productor mundial: el café. Nosotros hemos mantenido e incluso aumentado nuestras compras el pasado año respecto del de otras procedencias.

En el ámbito industrial, afortunadamente ya hemos rebasado la fase de los contactos previos para conseguir un mejor conocimiento de nuestras posibilidades mutuas de cooperación. Unos y otros sabemos cuales son nuestros productos más competitivos y aquéllos que pueden mejorar las cifras de nuestro intercambio.

Desde hace ya años, hemos venido realizando un gran esfuerzo en aquellas áreas en las que creemos tener más experiencia y en las que nuestra presencia puede ser útil en Brasil. Me refiero, concretamente, a la cooperación tecnológica en materia de regadíos y de lucha contra la sequía o las inundaciones. Casi 100 técnicos brasileños han seguido cursos de especialización en España y se acaba de inaugurar en Brasilia un ciclo de curso que se desarrollará, igualmente, en otras tres ciudades, para la especialización de 480 técnicos más en materia de regadíos.

Nuestra cooperación es intensa, como hemos podido analizar en el transcurso de mi visita, en los sectores agrario y agropecuario. Pero, igualmente, deseáramos participar en los diversos programas en marcha para el desarrollo del transporte, el sector textil o de la industria del automóvil.

Otra gran área de colaboración se nos brinda en el campo del conocimiento y de la difusión cultural por medio de la industria editorial. El libro siempre fue parte importante de nuestras relaciones bilaterales y, aunque haya decaído su nivel en los últimos años, queremos que recobre su vigor e importancia. Numerosas bibliotecas públicas y universitarias de este país contienen un gran número de libros técnicos editados en idioma español. No en vano, la industria española figura entre las primeras del mundo, con más de 35.000 títulos al año, de los que un número considerable son tra-

ducciones de libros técnicos que constituyen la vanguardia del conocimiento de nuestros días.

Señor Presidente, España está convencida de que el momento actual nos abre un conjunto de nuevas y amplias posibilidades para nuestra cooperación bilateral, está dispuesta para que los empresarios y técnicos de nuestros dos países llenen de contenido esas oportunidades que hoy se nos presentan.

Por último, Señor Presidente, hemos podido constatar la existencia de enfoques comunes frente a los distintos problemas internacionales, que puede permitirnos la búsqueda de soluciones coordinadas.

Coincidimos, así, en la necesidad de encontrar respuestas urgentes a los problemas de fondo que inciden en la realidad cotidiana latinoamericana. Por un lado, la lucha por el desarrollo; por otro, la consolidación de la democracia. Estos dos esfuerzos han de ir paralelos, puesto que ambos están encaminados a resolver aspiraciones profundamente sentidas por los pueblos de la región. Todo ello ha de hacerse en medio de ingentes problemas sociales aún no resueltos, y en el marco de la crisis internacional y de la deuda externa. Hoy, más que nunca, la existencia de serios problemas económicos plantea a las democracias del continente un reto aún mayor para su definitiva consolidación.

Vemos con satisfacción los avances en los procesos integracionistas, como el que se ha gestado recientemente entre Brasil, Argentina y Uruguay. Es alentador, asimismo, que ocho países de la región – con una estructura democrática y con un porcentaje muy mayoritario de la población latinoamericana – hayan decidido crear un mecanismo de consulta, al que Brasil pertenece, y que ha tomado el nombre de Grupo de Río.

Se está dando actualmente una manifestación especialmente aguda de la crisis en centroamérica. Brasil forma parte del Grupo de Apoyo a Contadora, mecanismo que busca la solución integral de los problemas de la región.

España, asimismo, ha prestado siempre su más decidido apoyo a este esfuerzo, sin duda el más completo de los realizados para poner fin a esta larga crisis. Es, por lo tanto, un deseo compartido el que progresivamente se vaya instaurando en Centro-América un clima de confianza y de paz que haga posible un mayor desarrollo de sus pueblos, en justicia, libertad y democracia.

El Gobierno español sigue con atención las iniciativas y proyectos de la política exterior brasileña. Apoya la iniciativa brasileña, expuesta por usted, Señor Presidente, hace dos años en la Asamblea General de las Naciones Unidas, de crear una Zona de Paz y cooperación en el Atlántico Sur, y espera que esa idea pueda pronto plasmarse en la realidad.

España, integrada recientemente en las instituciones europeas, tiene cada vez mayor conciencia de la necesidad de que se establezca un diálogo amplio entre nuestras dos regiones. Quiero aprovechar este momento para subrayar, una vez más, las múltiples gestiones que hemos venido realizando en la Comunidad Europea, para llegar a una intensificación de vínculos entre los países comunitarios y de América Latina, con el fin de reducir el desequilibrio que aún existe en detrimento de los países americanos, si lo comparamos con el grado de relación que han logrado otros países y otros continentes.

Consideramos fundamental que el diálogo entre los doce países europeos y los países de América Latina tenga un carácter amplio, abarcando tanto los aspectos políticos como económicos y tecnológicos.

Por parte europea, se han dado los primeros pasos que, espero, encontrarán respuesta a este lado del Atlántico, ya que existen situaciones que exceden de la estricta relación bilateral de cada país latinoamericano con la comunidad. Además, ese diálogo tendría la virtud, al institucionalizarse, de superar el marco y el contenido de la realidad actual, en la que Europa sólo parece preocuparse – y no siempre – de las situaciones de crisis latinoamericanas. Sería deseable que el diálogo

no sólo enfoque a los países americanos en sus crisis, sino que implique características de permanencia y generalidad. Sencillamente, que sea un diálogo normal entre partes que comparten muchos ideales políticos y sociales comunes y trabajan conjuntamente para alcanzarlos.

Señor Presidente, tengo el convencimiento de que se nos abren, a Brasil, y a España, amplios espacios de colaboración profunda en un horizonte ya cercano: el del V Centenario, primer encuentro del Viejo Mundo con el Nuevo, dentro de aquella era prodigiosa de las exploraciones y los descubrimientos que dieron a la humanidad conciencia de su unidad y abrieron la puerta a la edad moderna.

Para colmar esos espacios es preciso el esfuerzo y la voluntad de todos: de nuestros dos Gobiernos que defienden la libertad y la democracia, de nuestras administraciones, de los trabajadores y los empresarios de nuestros dos países, con el fin de superar todos los obstáculos que entorpezcan el acercamiento de manera continua, entre Brasil y España, entre Europa y América-Latina.

Es una tarea en la que todos, ilusionados, podemos colaborar, como he podido comprobar tras esta visita a Brasil, que me ha resultado personalmente tan grata como esclarecedora y provechosa.

comunicado conjunto

Comunicado Conjunto Brasil Espanha firmado pelos Presidentes da República Federativa do Brasil e do Governo ao Brasil, em 16 de junho de 1987.

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Dr. José Sarney, o Presidente do Governo espanhol, Sr. Felipe González Marquez, realizou visita oficial ao Brasil no período de 13 a 19 de junho de 1987. O Presidente do Governo espanhol visitou as cidades de Salvador, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo e se fez acompanhar do Ministro de

Assuntos Exteriores, Senhor Francisco Fernández Ordóñez; do Ministro da Economia e da Fazenda, Senhor Carlos Solchaga; e do Ministro da Cultura e Porta-Voz do Governo, Senhor Javier Solana, bem como de importante comitiva.

Durante sua permanência no Brasil, o Presidente do Governo espanhol visitou o Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena; o Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães; o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Rafael Mayer, bem como os Governadores dos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, e o Governador do Distrito Federal. Pronunciou, ademais, discursos perante a Assembleia Nacional Constituinte e o Supremo Tribunal Federal.

As conversações mantidas entre o Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente do Governo espanhol transcorreram no ambiente cordial e construtivo que caracteriza as tradicionais relações de amizade e cooperação entre os dois países. Os Mandatários brasileiro e espanhol assinalaram, prazerosamente, que a referida visita, ocorrida sob o signo do reencontro com a democracia e a liberdade em seus países, comprova, antes de tudo, a vontade política dos dois Governos de ampliar substancialmente as relações hispano-brasileiras.

Levando em conta primeiramente a sintonia e a identidade dos regimes democráticos existentes no Brasil e na Espanha, respaldados amplamente pela opinião pública, as conversações entre o Presidente José Sarney e o Presidente do Governo Felipe González tomaram como ponto de partida as reformas institucionais e econômicas em curso nos dois países. Nesse contexto, o Primeiro Mandatário brasileiro referiu-se aos proflucos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e o Presidente do Governo espanhol discorreu sobre os efeitos do recente ingresso do seu país na Comunidade Econômica Européia (CEE).

Considerando as grandes afinidades históricas e culturais que unem o Brasil e a Espanha, bem como as características democráticas e pluralistas dos regimes políticos dos dois países, os Mandatários do Brasil e da Espanha concordaram na utilidade de que suas Chancelarias mantenham consultas frequentes e intensas sobre os grandes temas das relações internacionais, tal como foi previsto durante a recente visita do Ministro dos Assuntos Exteriores espanhol, Francisco Fernandez Ordóñez, a Brasília.

Passando em revista a atual conjuntura das relações internacionais, o Presidente José Sarney e o Presidente do Governo Felipe González saudaram como fato auspicioso os sinais de distensão, observados nos últimos tempos, da confrontação Leste-Oeste. Nessa perspectiva, consideraram que o desanuviamiento das tensões entre as superpotências deve ser encorajado e conduzir o mundo ao desarmamento geral e completo, assegurando a paz e a segurança coletiva. Manifestaram também seu integral apoio ao sistema das Nações Unidas, que consideram o marco institucional apropriado para o encaminhamento de soluções para as pendências e conflitos internacionais contemporâneos.

Ambos Presidentes renovaram seu propósito de continuar trabalhando em prol do respeito e da promoção dos direitos humanos, aos quais atribuem valor universal. Outrossim, manifestaram a convicção de que o sistema democrático é o melhor sistema político para promover a defesa e a garantia dos direitos humanos.

No tocante ao diálogo Norte-Sul, os dois Mandatários reafirmaram seu irrestrito apoio ao conceito de Nova Ordem Econômica Internacional, expressando preocupação diante da persistência dos graves desequilíbrios da economia mundial e do contínuo alargamento da distância que separa os níveis de vida dos países desenvolvidos dos países em desenvolvimento. Nesse contexto, salientaram a necessidade urgente de se encontrarem soluções justas e duradouras para as desigualdades econômicas e sociais do mundo.

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente do Governo espanhol manifestaram sua profunda preocupação quanto às questões relativas ao protecionismo comercial e à dívida externa. Levando em conta a inter-relação entre os aspectos comerciais e financeiros da economia mundial, ressaltaram a urgente necessidade de reduzir o protecionismo ainda existente no intercâmbio comercial internacional, bem como de se buscarem conjuntamente novos mecanismos para enfrentar o problema da dívida externa num contexto que inclua a co-responsabilidade entre credores e devedores.

Ao analisarem a situação da América Central, os Mandatários brasileiro e espanhol reafirmaram sua convicção de que os graves conflitos que assolam essa região têm raízes históricas e estruturais que se refletem no atraso econômico e nas desigualdades sociais aí observados, o que requer soluções por via pacífica e negociada. Em vista disso, atribuíram a maior relevância aos esforços do Grupo de Contadora, respaldado pelo Grupo de Apoio formado pelos Governos da Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, que se constitui numa genuína contribuição latino-americana para a solução da crise regional. Nesse sentido, os Mandatários manifestaram seu agrado quanto ao prosseguimento do diálogo político entre todos os Presidentes dos países centro-americanos, com vistas à superação do conflito regional.

Os dois Presidentes recordaram a Resolução da Assembléia-Geral das Nações Unidas que declarou o Atlântico Sul Zona de Paz e de Cooperação, e salientaram a importância de que todos os Estados a respeitem como tal e cooperem para a eliminação dos focos de tensão na área.

Passando ao exame da situação da África, os dois Mandatários expressaram sua preocupação diante da tensa conjuntura observada em várias áreas desse continente e, sobretudo, na região meridional. Reiteraram sua condenação à política de discriminação racial do **apartheid**, praticada na África do Sul, e formularam votos no sentido de que o território

da Namíbia venha brevemente a alcançar sua independência, consoante as Resoluções sobre o assunto adotadas pela Organização das Nações Unidas.

Os dois Mandatários concordaram com a necessidade de se envidarem redobrados esforços com o objetivo de alcançar uma paz justa e duradoura no Oriente Médio, baseada na retirada completa das forças estrangeiras de todos os territórios árabes ocupados desde 1967, no respeito aos direitos legítimos do povo palestino e no direito de todos os Estados da região de viverem em paz e segurança, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas, de acordo com as Resoluções 242 (1967) e 338 (1973) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No tocante às questões do relacionamento bilateral, os dois Mandatários congratularam-se primeiramente pelo seu excelente estado, em todos os níveis, o qual não é empanado por qualquer divergência. Coincidiram também na opinião de que as trocas de visitas de altas personalidades entre os dois países, tais como as efetuadas ao Brasil por Suas Majestades os Reis da Espanha, em 1983; e pelo Príncipe das Astúrias e pelo Ministro de Assuntos Exteriores espanhol, em 1987; bem como pelas que fizeram à Espanha o Presidente João Figueiredo, em 1984, e o Presidente-eleito Tancredo Neves, em 1985, foram extremamente úteis e devem ser mantidas com frequência. Esta visita do Presidente do Governo espanhol representa um firme impulso nas relações bilaterais entre os dois países.

Analisando as relações econômicas bilaterais, os dois Mandatários concordaram que estas se podem desenvolver com maior dinamismo, especialmente através de fórmulas que permitam uma elevação global das trocas bilaterais, tendo presente a conveniência de se procurar impedir a ocorrência de desequilíbrios. Nesse sentido, examinaram uma série de medidas a serem adotadas para facilitar e dinamizar o comércio recíproco.

Registraram com satisfação a existência de promissoras perspectivas de cooperação eco-

nômica bilateral em matéria de transporte, de equipamentos ferroviários, de irrigação, de indústria têxtil, de produtos químicos e de máquinas-ferramentas para a indústria automobilística brasileira.

Manifestaram, outrossim, o interesse em apoiar a constituição de empresas mistas com capitais brasileiros e espanhóis capazes de contribuir para a intensificação das relações entre o Brasil e a Espanha; com esse objetivo, foram considerados diversos mecanismos que permitam facilitar o estabelecimento das referidas empresas.

O Presidente José Sarney e o Presidente do Governo Felipe González concordaram em que o ingresso da Espanha, recentemente completado, como membro de pleno direito na CEE, abre novas e interessantes possibilidades de dinamização do comércio bilateral. Ao mesmo tempo, declararam que as correntes tradicionais de comércio entre a Espanha e a América Latina não deveriam ser afetadas negativamente por seu ingresso no mercado europeu comunitário. Por sua vez, o Presidente José Sarney manifestou sua satisfação pela atuação da Espanha nos foros comunitários, em termos de aproximação de posições e interesses da CEE com os dos países latino-americanos. Ambos Mandatários concordaram quanto à conveniência de se reforçarem os vínculos políticos entre as duas regiões, e manifestaram sua vontade de impulsionar a institucionalização de um diálogo global entre a Europa e a América Latina.

Referindo-se à cooperação bilateral nos domínios da ciência e da tecnologia, os dois mandatários assinalaram a relevância dessas atividades, que têm trazido benefícios consideráveis para o Brasil e a Espanha. Observaram que, ao abrigo dos convênios de cooperação entre as entidades de pesquisa científica e tecnológica do Brasil e da Espanha, particularmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do lado brasileiro, e o Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC) e o Instituto de Cooperação Ibero-Americana (ICI), do lado espanhol, se vem processando um proveitoso intercâmbio de cientistas e técnicos e uma útil troca de dados e informações.

O Presidente José Sarney e o Presidente do Governo Felipe González manifestaram especial satisfação com o desenvolvimento e os projetos de cooperação bilateral nos setores agrícola, pecuário, florestal, pesqueiro e agroalimentar. Nesse contexto, consideraram válida a atividade que vem sendo desenvolvida pelo Grupo de Trabalho constituído com aquela finalidade.

Os dois Mandatários tomaram nota com igual satisfação do bom andamento das conversações a respeito de um novo programa complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica Espanha-Brasil na área de irrigação, para o Nordeste brasileiro.

Os dois Mandatários concordaram em intensificar a cooperação bilateral na área judiciária, e iniciar a negociação de um Acordo de Extradição.

No tocante às relações hispano-brasileiras no campo da educação e da cultura, o Presidente José Sarney e o Presidente do Governo Felipe González também registraram o seu notável progresso ocorrido em anos recentes. O intercâmbio de estudantes e professores de nível superior, bem como as atividades conjuntas

nos campos da cooperação educacional e da difusão cultural e nas áreas do cinema, da música, do teatro e das artes plásticas se têm revelado extremamente proveitosas. Ambos os Mandatários decidiram reforçar a cooperação nesse terreno.

O Presidente José Sarney referiu-se à decisão do Brasil de participar da Exposição Universal de Sevilha, em 1992, e sublinhou o entusiasmo com que seu Governo vem participando da organização das comemorações do V Centenário do Descobrimento da América. Nesse sentido, os dois Mandatários concordaram em estimular os trabalhos das respectivas comissões nacionais, tanto em suas atividades próprias, quanto nos programas bilaterais e multilaterais em curso.

O Presidente do Governo espanhol fez entrega ao Presidente José Sarney de uma carta de Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos I, convidando-o a visitar oficialmente a Espanha, em época a ser determinada pelos canais diplomáticos, o que foi aceito com especial satisfação.

Brasília, em 16 de junho de 1987.

ministro dos negócios estrangeiros da espanha visita Brasília

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da visita do Senhor Francisco Fernandez Ordoñez, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, em 8 de abril de 1987, no Palácio do Itamaraty.

Excelentíssimo Senhor
Ministro Francisco Fernandez Ordoñez,

Con grande satisfação, damos a Vossa Excelência nossas calorosas boas-vindas, em nome do povo e do Governo brasileiro, fazendo-as extensivas à ilustre comitiva que o acompanha.

Nutrimos pelo país de Vossa Excelência sentimentos de estima e admiração. Alegra-nos saudar a presença entre nós do Ministro dos Negócios Estrangeiros de uma Nação à qual o Brasil está ligado por antigas e profundas afinidades.

A Espanha sempre constituiu um dos pontos focais da civilização européia. É o berço de uma cultura altaneira, rica e diversificada, que proporcionou contribuições de valor universal em vários domínios da arte e do conhecimento. É uma das origens do movimento histórico que faz florescer neste continente a comunidade de nações latino-americanas, orgulhosa de sua herança, de sua identidade, e hoje empenhada solidariamente na construção de seu destino. É, enfim, uma nação que irradia sua presença em todos os quadrantes da terra.

No Brasil, onde essa presença é marcante, o espanhol que aqui aportou foi acolhido de braços abertos – assim como outros nacionais de tantas outras procedências – e sua contribuição para o nosso desenvolvimento econômico-social foi das mais relevantes. A Espanha, devo dizer, não nos cativa apenas pelo

seu patrimônio cultural e humano, nem apenas pelo seu passado de glórias e realizações.

A Espanha moderna, a Espanha que saiu re-vigorada e confiante de suas crises, a Espanha que é hoje exemplo de plenitude democrática, a Espanha que se incorpora com dinamismo à obra da integração européia – esta é a Espanha cuja projeção internacional adquire nova e acentuada relevância. E esta é a Espanha que também desejamos homenagear na pessoa de Vossa Excelência.

A transição democrática vivida recentemente por seu país, com base num pacto social que encontra o consenso da sociedade, é objeto de constante referência e análise pelos cientistas políticos brasileiros. O interesse que essa experiência desperta entre nós é acrescido pelo fato de o Brasil viver hoje uma fase de excepcional importância de sua própria evolução política. Consolidam-se aqui as instituições democráticas e a Assembléia Nacional Constituinte, já plenamente engajada em seu trabalho, deverá em breve elaborar o novo marco institucional do país.

Todos os brasileiros admiram a personalidade, a coragem e a visão de estadista que distinguem os atuais governantes espanhóis. Sua Majestade o Rei Juan Carlos I encarna, simultaneamente, as arraigadas tradições do Estado e da Nação Espanhola, assim como a modernidade de suas instituições democráticas e pluralistas. No Primeiro-Ministro Felipe González, identificamos claramente o espírito progressista e inovador que anima hoje a vida do povo espanhol.

Menor não é o nosso apreço pela figura de homem público e pela ação política de Vossa Excelência, que nos concede o prazer desta visita ao Brasil. Sua longa experiência no trato de assuntos econômicos, que o levou a ocupar o cargo de Ministro da Fazenda durante dois anos, sua importante e proffua atividade parlamentar e, agora, sua atuação hábil e segura à frente da diplomacia espanhola são momentos de uma marcante trajetória política e administrativa.

Senhor Ministro,

O diálogo entre nossos Governos tem-se fortalecido continuamente através de intercâmbio de visitas de alto nível, que consolidam um clima de franqueza e entendimento recíproco. Nossos vínculos não são afetados por qualquer divergência, havendo, pelo contrário, numerosos pontos de coincidência nas políticas exteriores de ambos os países.

No campo econômico, as relações bilaterais se desenvolvem também com apreciável dinamismo, abrindo promissoras perspectivas de cooperação em diferentes setores como os do transporte, do equipamento ferroviário e da irrigação.

A recente adesão da Espanha como membro de pleno direito da Comunidade Econômica Européia oferece também possibilidades interessantes de dinamização do nosso intercâmbio. Esperamos contar, da parte do Governo de Madri, com uma atitude de compreensão e apoio no tocante às nossas posições quanto às temáticas do protecionismo comercial e do endividamento externo, junto aos órgãos colegiados de decisão da CEE.

São também relevantes as atividades de cooperação hispano-brasileira nos domínios da ciência, da técnica e da cultura. Cabe aqui recordar, como é do conhecimento de Vossa Excelência, o proveitoso intercâmbio de cientistas e a troca de informações que se vêm processando no âmbito de convênios de cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de um lado, e o Conselho Superior de Investigações

Científicas e o Instituto de Cooperação Ibero-Americana, de outro. Nos campos do cinema, da música, das artes plásticas e do teatro, têm sido também, nos últimos anos, numerosas e expressivas as atividades de cooperação bilateral.

Senhor Ministro,

Observa-se atualmente no cenário das relações internacionais um certo desanuviamiento das tensões Leste-Oeste, que não podemos deixar de saudar como um fato positivo. Fazemos votos sinceros por que essa tendência prospere e se fortaleça. Mas não há infelizmente como negar a persistência do desequilíbrio Norte-Sul, com seu grave conjunto de consequências negativas e que põe em risco, a longo prazo, os próprios fundamentos da paz mundial.

É no campo econômico, como bem sabe Vossa Excelência, que as dificuldades características do desequilíbrio Norte-Sul se agudizam particularmente. Nesse contexto, ressaltam as graves questões do protecionismo comercial dos países altamente industrializados e do endividamento externo dos países em desenvolvimento. As interrelações entre os aspectos comerciais e financeiros da economia internacional se tornam cada vez mais evidentes, reclamando uma solução global e política.

Estou certo, Senhor Ministro, de que Vossa Excelência, com sua sensibilidade e ampla percepção dos problemas econômicos que afetam os países em desenvolvimento, pode avaliar a gravidade e a extensão dos desafios que o Brasil enfrenta nesse campo. Como pode compreender, em particular, os motivos que levaram o Governo brasileiro a suspender temporariamente o pagamento dos juros de sua dívida externa e, ao mesmo tempo, propor uma renegociação justa que não comprometa nosso crescimento econômico.

Pelo vulto de seus recursos naturais e pela sólida infra-estrutura industrial de que dispõe, o Brasil tem um papel relevante a desempenhar no sistema econômico internacional. Não poderemos, contudo, desenvolver plenamente

nosso potencial se, ao invés de receber poupanças externas, somos obrigados a transferir recursos para o exterior em proporções insuportáveis.

Senhor Ministro,

Senhoras e Senhores,

O Brasil reconhece, com apreço, a importância do legado cultural ibérico à América Latina. Estão presentemente em curso as atividades que marcarão, em 1992, as comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento da América e, no ano 2000, do Descobrimento do Brasil. A epopéia dos Descobridores, que teve em Cristóvão Colombo e Pedro Álvares

Cabral, os marcos basilares da História da América e do Brasil, constituiu uma das facetas mais brilhantes e fecundas do Renascimento, ao integrar todas as regiões do mundo e lançar as bases da civilização moderna.

Com o pensamento voltado para essa comunhão histórica entre nossos povos, e em nome dos ideais e aspirações que nos aproximam, convido todos os presentes a me acompanharem neste brinde que faço pela saúde e felicidade dos Chefes de Estado e de Governo do Brasil e da Espanha, pelo êxito contínuo da missão de Vossa Excelência, Senhor Ministro Fernandez Ordóñez, por novas e venturosas realizações e pelo bem-estar e progresso de nossos povos.

visita do chanceler da cote d'ivoire ao brasil

**Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da visita do
Chanceler da Côte d'Ivoire, em 11 de maio de 1987.**

Excelentíssimo Senhor Ministro Simeon Aké,

É com grande prazer que acolho Vossa Excelência e sua delegação nesta Casa.

Foi excelente a oportunidade que nos ofereceu a celebração da Quarta Reunião da Comissão Mista Brasil-Côte d'Ivoire para discutirmos assuntos de interesse mútuo, identificarmos objetivos comuns e analisarmos os resultados da frutífera cooperação entre nossos países.

Diplomata talentoso, de notável trajetória à frente da Chancelaria de seu país, Vossa Excelência é velho amigo do Brasil e profundo conhecedor da história de nossas relações bilaterais. Tê-lo como interlocutor constitui experiência não somente grata, mas também sobremaneira enriquecedora para um entusiasta de assuntos africanos, como eu, que tenho particular admiração e respeito pela Côte d'Ivoire e pelas realizações de seu operoso povo, conduzido sob a benévola e sábia orientação de um dos maiores estadistas e líderes que o Continente vizinho já produziu, o Presidente Félix Houphouët-Boigny.

Como deve saber Vossa Excelência, temos acompanhado, com grande interesse, o processo de desenvolvimento da Côte d'Ivoire, que, pela vontade férrea de seu Presidente e pela incansável capacidade de iniciativa e de trabalho de seu povo, transformou-se, nesses 27 anos de vida independente, num dos países mais desenvolvidos da África e em indiscutível potência agrícola a nível mundial, como atesta a sua posição como importante

produtor de cacau, café, madeiras tropicais e cêtricos.

O Brasil, Senhor Ministro, sente pela Côte d'Ivoire grande afinidade, que deriva de processos históricos semelhantes e traços culturais e étnicos comuns. É natural, pois, que ambos os povos nutram um pelo outro grande simpatia.

Essa simpatia, amizade mesmo que nos une, é o mais forte elo do irreversível processo de aproximação e de integração, em todos os campos, entre nossos países. A luta que brasileiros e ivoarianos travam, ombro a ombro, contra injunções econômicas e comerciais injustas, que nos são impostas pelos países industrializados, vem fortalecendo nosso relacionamento, ampliando e aprofundando nosso diálogo.

Mas o diálogo brasileiro – ivoariano não se limita apenas à coordenação da luta em defesa de interesses econômicos. Ele transcende o âmbito bilateral e torna-se voz unânime, que se faz ouvir cada vez mais forte, a favor da dignidade humana, da liberdade e da democracia em nossos continentes. Partilhamos fortes convicções de irrestrita adesão aos princípios internacionalmente aceitos da autodeterminação dos povos, da soberania dos Estados, da não-ingerência nos assuntos internos de outros países e da solução pacífica de controvérsias. Condenamos firmemente tentativas aventureiras de desestabilização de Governos legitimamente estabelecidos, e manifestamos consistentemente nosso repúdio ao **apartheid** e à continuação da ocupação colonialista ilegal da Namíbia.

Senhor Ministro,

Nesses dois dias de trabalho da Comissão Mista, posso afirmar que o Brasil e a Côte d'Ivoire estão dando um novo e decisivo passo no caminho da cooperação entre nossos países, dentro do objetivo maior de unir, em torno a ideais e interesses comuns, a América Latina e a África, continentes que partilham processos históricos semelhantes, e que almejam o mesmo futuro de paz, prosperidade e felicidade para seus povos.

Tenho afirmado, em diversas ocasiões, que, nas iniciativas de aproximação e entendimento entre os povos de ambos os continentes, o Atlântico Sul desempenha papel de fundamental importância. Foi esse justamente o sentido básico da resolução aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, declarando esse oceano Zona de Paz e Cooperação.

Hoje, aqui estamos, mais uma vez, para dar prova de nossa decisão irreversível de estreitar e ampliar continuamente os laços de amizade que nos unem.

Gostaria, pois, de erguer um brinde ao Presidente Houphouët-Boigny, ao constante progresso das relações entre o Brasil e a Côte d'Ivoire, bem como à saúde e à felicidade de Vossa Excelência.

IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Côte d'Ivoire

**Discurso pronunciado pelo Senhor Ministro de
Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu
Sodré, por ocasião da abertura dos trabalhos da IV
Reunião da Comissão Mista Brasil-Côte d'Ivoire,
em 11 de maio de 1987.**

Excelentíssimo Senhor
Ministro Simeon Aké,

É com especial satisfação que, ao abrir os trabalhos da Quarta Sessão da Comissão

Mista Brasil-Côte d'Ivoire, dou as boas-vindas a Vossa Excelência, Senhor Ministro, e a sua ilustre comitiva, em nome do Governo brasileiro e no meu próprio.

Estou certo de que, ao cabo do exame da agenda de nossa reunião, teremos contribuído para estreitar ainda mais os laços de entendimento e cooperação que unem nossos países.

Vossa Excelência tem tradição de contatos com o Brasil e bem conhece a amizade e simpatia que nutrimos por nossos irmãos ivoarianos. Presidiu a Terceira Sessão da Comissão Mista celebrada em Abidjan, em março de 1983, e antes já nos dera a honra de visitar o Brasil, chefiando a Delegação de seu país à Segunda Sessão da Comissão, em setembro de 1979.

Parceiros leais no mercado produtor de café e de cacau, o Brasil e a Côte d'Ivoire têm sabido manter um diálogo franco e aberto, com vistas à necessária defesa de preços justos e remunerativos para nossos produtos de base.

Vossa Excelência sabe de minha ligação com esse setor da economia e, conseqüentemente, do interesse com que sempre acompanhei o desenvolvimento das relações entre nossos dois países.

Ambos – é bom reiterá-lo – temos a perfeita consciência de nossa responsabilidade na política de produção e comercialização desses bens, que deve sempre visar a sua valorização no mercado internacional. Temos também a perfeita consciência da necessidade imperativa de unir nossos esforços no combate às injustiças do atual sistema imposto à economia mundial, o qual vem provocando uma sangria, cada vez mais preocupante, dos poucos recursos dos países em desenvolvimento para o mundo industrializado.

A contínua deterioração dos termos de troca para os países produtores de matéria-prima dificulta, ou mesmo impossibilita, o pagamento dos elevados juros de nossa dívida externa. Contudo, a força resultante de nossa união

permite-nos vislumbrar algum tipo de saída para o impasse. Tanto isso é verdade que ainda ecoam as manifestações de contentamento pela aprovação do IV Acordo Internacional do Cacau, viabilizado em grande parte pela coesa unidade dos países produtores, particularmente o Brasil e a Côte d'Ivoire, responsáveis por cerca de cinquenta por cento da produção mundial no setor.

Senhor Ministro,

Não apenas nossos interesses comuns no campo da economia internacional, mas também as afinidades culturais, geográficas, históricas constituem quadro adequado para a intensificação e diversificação de nossas relações bilaterais.

A Leitura da agenda desta Quarta Sessão da Comissão Mista bem demonstra a ampla e variada gama de setores de nossa cooperação, verdadeiro exemplo de relações horizontais, isentas dos padrões tradicionais de dominação vertical. Nesses dois dias, nossas delegações explorarão todos os meios viáveis para aprimorar e facilitar o intercâmbio de nossas experiências de desenvolvimento nos mais diversos campos – comercial, técnico, educacional, cultural, social, buscando sempre fórmulas originais e adequadas às condições específicas que compartilhamos como países em desenvolvimento de clima tropical.

E não poderiam ser menos intensas as relações brasileiras com a Côte d'Ivoire, país que ocupa posição proeminente no Continente africano. Como já tive a ocasião de assinalar anteriormente a África – nossos vizinhos a Leste – constitui área de interesse prioritário para a política externa brasileira. Por isso mesmo, e por ser o Brasil um país multirracial em que a contribuição da etnia africana muito nos enriquece, não podemos ficar alheios às justas aspirações de nossos irmãos.

É comum ao Brasil e à África a preocupação pela crueldade do sistema do **apartheid** imposto pelo Governo da República da África do Sul, o qual constitui crime contra a humanidade e ameaça constante à paz e à segurança.

Igualmente, condenamos energeticamente a ocupação ilegal da Namíbia, cuja única representação autêntica é constituída pela **SWAPO**, conforme os termos das resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas. Na busca de uma solução justa e duradoura para esses problemas, que já ultrapassam o âmbito regional, revela-se fundamental o papel da Côte d'Ivoire, não apenas por seu relevante peso específico no concerto das nações africanas, mas também pela inegável posição de liderança e respeitabilidade do Presidente Félix Houphouët-Boigny.

Justamente com o propósito de evitar a introdução das tensões extra-regionais no contexto geográfico em que estamos inseridos, o Brasil, a Côte d'Ivoire e os demais países em desenvolvimento do Atlântico Sul conseguiram fosse aprovada, pela maioria esmagadora da Quadragésima Primeira Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a resolução que declara esse oceano zona de paz e cooperação. A tal respeito, caberia assinalar que se coaduna perfeitamente com os termos da referida Resolução o amplo programa de cooperação Sul-Sul emanado das deliberações da Comissão Mista Brasil-Côte d'Ivoire.

Senhor Ministro,

Além de reforçar e atualizar esse extenso programa cooperativo, nossas delegações certamente tratarão de identificar – com vistas à sua eliminação – eventuais obstáculos que possam entorpecer o comércio bilateral, pois o Brasil e a Côte d'Ivoire, pelo grau de desenvolvimento econômico já alcançado, são países destinados a usufruírem de uma parceria ainda mais significativa nesse e noutros campos.

Estou plenamente convencido de que, com o mesmo espírito de colaboração que caracterizou as reuniões anteriores desta Comissão Mista, conseguiremos estabelecer programas sólidos e duradouros em relação a todos os itens de nossa agenda. Formulo, pois, meus mais sinceros votos pelo êxito do trabalho a ser empreendido pelas duas Delegações.

abreu sodré em lima

Discurso pronunciado em Lima, em 21 de maio de 1987, pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião de sua visita oficial ao Peru.

Excelentíssimo Senhor Chanceler Allan Wagner,

É para mim uma grande honra e satisfação pessoal visitá-lo neste país irmão. Revivo, na casa de Vossa Excelência, o privilégio de encontrar o amigo com quem tenho compartilhado uma experiência de trabalho intensa e proveitosa.

Em ocasiões anteriores, sobretudo nas conversações realizadas no âmbito do mecanismo de consulta e concertação política e no processo de Contadora, já pudemos trocar idéias sobre temas diversos de interesse comum – e aprofundamos que com grande benefício para mim.

Tenho podido apreciar, em nossos frequentes contatos, as notáveis qualidades de Vossa Excelência, cuja juventude e dinamismo, aliados ao seu talento e criatividade, são marcas que distinguem sua atuação à frente da Chancelaria peruana.

Aqui, nesta histórica e hospitaleira cidade de Lima, um dos autênticos berços da cultura hispano-americana, não poderia haver melhor cenário para continuarmos nosso diálogo, sempre inspirado nos sentimentos de amizade e fraternidade que unem nossos povos. Esse diálogo, em clima de confiança e maturidade, desenvolve-se dentro de uma agenda aberta, em proveito de um entendimento ainda mais estreito.

Na medida em que, como representantes de nossos governos e, por extensão, de nossos povos, esforçamo-nos para transmitir e fazer conhecidas nossas inquietações, nossas realidades e particularidades, estaremos certamente contribuindo para elevar o nível de compreensão recíproca e permitindo-nos, como bons vizinhos, o aprimoramento da nossa cooperação.

A boa convivência entre o Brasil e o Peru apóia-se em sólidos fundamentos que identificam, na herança comum, a formação histórico-geográfica do continente sul-americano. Saindo de um passado colonial, nossos países, como outros da América Latina, atravessaram diferentes fases em seu desenvolvimento econômico, momentos de crise ou rupturas sócio-políticas, mas todos construindo obstinadamente os seus destinos de sociedades livres e democráticas e perseverando na afirmação de suas próprias identidades.

Tem sido lugar comum afirmar que a liberdade política, alcançada pelos povos da América Latina nas primeiras décadas do século dezenove, não correspondeu avanço igual no campo econômico. Formas diversas de dependências têm, com efeito, dificultado os esforços de desenvolvimento no continente, assumindo a cada dia formas mais complexas.

Faz-se, pois, necessário indagar quais os meios disponíveis para superá-las. Situações e problemas diversos costumam exigir respostas distintas. O importante, contudo, está, a meu ver, no embasamento comum que nos dá a adesão a um conjunto de valores e aspirações semelhantes.

A consolidação democrática em nossos países é, hoje, precisamente um fator que nos aproxima. O inegável renascimento da democracia na América Latina contribui para o maior entendimento e a maior cooperação entre nossos povos.

Essa evolução se torna ainda mais importante ao permitir que as realidades dos países da região de um quadro conceitual comum, de natureza pluralista e participante. A legitimidade que esse quadro confere à ação de nossos governantes cria um terreno propício para uma avaliação mais nítida de nossos problemas, e uma troca frutífera de experiências.

A conquista de liberdade democráticas nos permite, ao mesmo tempo, enfrentar em melhores condições o desafio permanente do desenvolvimento sócio-econômico. E nesse desafio não podemos deixar de mencionar o pesado ônus que representa para os países em desenvolvimento a questão da dívida externa.

O Brasil e o Peru têm formado um quadro de relações bilaterais de densidade crescente. Noto com satisfação a participação crescente do setor privado brasileiro em empreendimentos neste país irmão. O volume de comércio se apresenta consistente e dinâmico. Em todos os setores, há um interesse comum de dinamização. Há todo um campo de cooperação a ser explorado na extensa região da fronteira comum. Ressalto, a tal propósito, a satisfação com que recebi, da chancelaria peruana, sugestões para um esquema de integração fronteiriça, que agora iremos, em conjunto, tratar de melhor definir.

Creio que estamos, o Brasil e o Peru, diante de um novo momento do relacionamento bilateral. Há espaço para seu aprimoramento, em termos concretos, dependendo apenas de empenho mútuo na identificação de oportunidades e na superação de obstáculos. Peço a Vossa Excelência que interprete a minha visita como um passo nessa direção.

A todos os presentes, convido a levantarem suas taças num brinde ao Presidente Alan Garcia, à paz e à prosperidade do povo irmão

peruano, à saúde e à felicidade pessoais de Vossa Excelência.

comunicado de imprensa

Comunicado de Imprensa divulgado em Lima, em 22 de maio de 1987, durante a visita oficial do Ministro Roberto de Abreu Sodré.

Com o propósito de iniciar os trabalhos preparatórios do encontro que os Presidentes do Brasil e do Peru manterão proximamente na região de fronteira, e atendendo a um convite do Chanceler Alan Wagner Tizón, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Doutor Roberto de Abreu Sodré, efetuou visita a Lima nos dias 21 e 22 do corrente mês.

Nessa ocasião, o chanceler brasileiro foi recebido em audiência especial pelo Senhor Presidente da República, Doutor Alan Garcia Perez, bem como pelo Primeiro Vice-Presidente da República e Presidente da Comissão Consultiva de Relações Exteriores, Doutor Luis Alberto Sanchez, pelo Presidente do Senado da República, Senador Armando Villanueva del Campo, e pelo Presidente da Câmara de Deputados, Deputado Fernando León de Viveiro.

Durante as conversações mantidas pelos dois Chanceleres, examinaram-se os aspectos mais importantes das relações entre os dois países, bem como os vários pontos de coincidência na sua ação internacional nos planos regional e mundial, particularmente no que se refere à concertação política e à cooperação entre os países da região latino-americana.

Os Chanceleres de ambos países conferiram especial atenção à elaboração de um programa de trabalho preparatório do encontro presidencial, ao qual ambos Governos atribuem a maior importância e transcendência e cujo objetivo comum será o de intensificar ao máximo suas relações bilaterais em todos os campos.

inauguração da nova sede do centro de informações da onu, no palácio itamaraty

Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da cerimônia de inauguração da nova sede do Centro de informações da ONU, no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, em 03 de abril de 1987.

Esta cerimônia pode ser singela em seu formato, mas não lhe falta o sentido nobre e elevado de momentos mais solenes.

Aqui me encontro com grata satisfação para inaugurar o escritório do Centro de Informações das Nações Unidas, ao qual o Itamaraty cedeu parte das instalações de sua antiga sede no Rio de Janeiro.

Com esse ato, o Governo brasileiro está reafirmando de modo não apenas simbólico, mas também efetivo, a importância que atribui às Nações Unidas como órgão vital para a manutenção e o fortalecimento da paz e da segurança.

Em meu pronunciamento na Assembléia-Geral, no ano passado, salientei que o Brasil não conhece alternativa para a Organização das Nações Unidas. Se ela não existisse, caberia ao talento e ao engenho humano imaginá-la, criá-la, em suma, reinventá-la.

A ONU é instrumento fundamental de diálogo e negociação. A ela devemos grandes conquistas no aperfeiçoamento político-jurídico da ordem internacional. Contribuiu para o movimento irreversível da descolonização, a proteção dos direitos humanos, a luta contra o racismo e outras formas de discriminação, a maior conscientização das desigualdades econômicas e sociais entre os povos, a codificação do direito internacional em diversos campos de interesse no relacionamento entre os Estados.

Não ignoramos que, nas quatro décadas decorridas desde a sua criação, nem sempre foi facultado, à ONU, solucionar as graves crises por que passou o mundo. Mas nisso, não revelou, esta Organização qualquer debilidade do marco ético e jurídico que o sustenta, e sim a falta de vontade política dos principais atores da cena internacional em relação ao fiel cumprimento dos princípios e finalidades da Carta de São Francisco. Haveria que considerar, também, o que ela evitou pelo simples fato de existir, como o maior foro internacional.

Membro fundador das Nações Unidas, o Brasil sempre se interessou pelo fortalecimento da Organização, particularmente no terreno da segurança internacional, do desarmamento e da promoção de estruturas econômicas mais justas e equilibradas. Consideramos, assim, que a diplomacia multilateral não é apenas uma simples opção de política externa, mas uma necessidade real para o encaminhamento satisfatório de questões que preocupam toda a humanidade.

O sistema das Nações Unidas representa o que de mais aperfeiçoado foi possível conceber como ordenamento da vida internacional. Corresponde aos ideais democráticos tão arraigados no povo brasileiro e à própria visão que temos de um mundo melhor.

Senhores,

A criação do Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil data de 1947, tendo coincidido com a abertura pela Organização dos primeiros escritórios do gênero em Washington, Moscou, Paris, Londres e Genebra. Ao lado do instalado em Portugal, o Centro de Informações da ONU no Brasil é o único a desenvolver atividades em país de língua portuguesa.

O Centro vem desenvolvendo em nosso país notável trabalho de divulgação do ideário e

dos propósitos da Organização. A sua instalação nesta sede histórica da diplomacia brasileira possibilitará o aumento de sua capacidade operacional e portanto a difusão mais efetiva das normas da Carta e das atividades daquela Organização.

O Palácio do Itamaraty, ao acolher tão ilustres hóspedes, dá mais um testemunho da vocação de paz e entendimento da diplomacia brasileira. Faço votos para que o Centro possa cumprir aqui sua Missão de forma sempre mais profficua.

chanceler brasileiro visita o egito

Discurso pronunciado pelo Ministro Roberto de Abreu Sodré, no dia 10 de junho de 1987, no Cairo, durante almoço oferecido em sua homenagem pelo Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe do Egito, Senhor Ahmed Esmat Abdel Meguid.

Excelentíssimo Senhor
Vice-Primeiro Ministro Ahmed Esmat Abdel
Meguid,
Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Em meu nome e no de minha comitiva, agradeço as palavras amáveis e generosas com que Vossa Excelência acaba de nos saudar.

Esta visita à República Árabe do Egito desperta em mim sentimentos de profunda emoção e sincera reverência.

Emoção por reencontrar-me, após décadas, neste grande país e aqui ser acolhido de maneira tão atenciosa por seu Governo. Reverência pelas tradições ricas e milenares do nobre povo egípcio, por suas remotas e contemporâneas realizações, pela determinação e confiança com que esta nação empunha hoje o seu destino.

No amanhecer da História, as margens do Nilo foram o berço de uma civilização que deu origem a inúmeros avanços materiais e intelectuais da humanidade. Foi também esta nação um centro onde floresceram idéias, religiões e culturas que aqui se entrecruzaram ao longo dos séculos e enriqueceram o patrimônio universal.

Li certa vez que o Egito se distingue por ser uma encruzilhada entre o Islã e a Cristandade, ponte entre o mundo árabe e a Europa, a África e a Ásia, transição entre a civilização do Deserto e a do Mediterrâneo. Vejo, também,

que o Egito é uma nação moderna, que segue o caminho do progresso, sem perder suas tradições e sua identidade. Vejo, igualmente, um país consciente de seu papel proeminente na promoção das causas da Nação Árabe.

O Brasil mantém com este país admirável laços de antiga e estreita amizade. Encaro como um privilégio a oportunidade de acrescentar, no curso de minha visita, novo capítulo à história de nossas relações.

Com esse ânimo, trago ao povo egípcio, por intermédio de Vossa Excelência, a palavra de estima e solidariedade de todos os brasileiros.

Ao mesmo tempo em que avança na construção de instituições autenticamente representativas de seu povo, o Brasil acompanha, com interesse, os êxitos que o Egito vem alcançando na consolidação de seu processo democrático, no fortalecimento das bases de convivência política e social, no desenvolvimento econômico e na estabilidade institucional.

Por suas dimensões, recursos e potencialidades, por seu peso político regional e mundial, o Egito sobressai, no contexto diplomático, como importante parceiro e interlocutor. Temos, no Brasil, plena consciência do significado e do alcance que, conseqüentemente, tende a assumir o aperfeiçoamento crescente de nossos vínculos com esta nação amiga.

O Brasil reconhece e valoriza o papel construtivo que o Egito desempenha no cenário internacional. Sua política externa, como a brasileira, orienta-se por princípios basilares como os da soberania e igualdade jurídica dos Estados, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção em assuntos internos, da solução pacífica e negociada das controvérsias. Membro fundador do Movimento de Países Não-alinhados, o Egito se destaca como defensor das genuínas concepções e finalidades que inspiraram a criação daquele foro, dentro do espírito de moderação e equilíbrio que vem pautando sua conduta internacional.

Senhor Vice-Primeiro Ministro,

Em um registro mais pessoal, gostaria de dizer que não sou, por formação, diplomata. Como o Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Agricultura egípcio, combino uma experiência político-partidária com a do cultivo da terra. Sei, entretanto, através de meus assessores, quão brilhante foi o desempenho de Vossa Excelência, Ministro Meguid.

A promoção de uma nova ordem econômica mundial, mais justa e equilibrada, continua sendo um objetivo de crucial importância a unir o Brasil e o Egito, bem como os demais países em desenvolvimento.

Juntamente com outras nações, participamos ativamente das iniciativas precursoras que, sobretudo a partir da criação da UNCTAD, contribuíram para aprofundar o debate internacional sobre as grandes questões econômicas que afligem o Terceiro Mundo.

Cumpr-me saudar, a esse respeito, os esforços conjuntos que o Brasil e o Egito vêm intensificando no âmbito do Grupo dos 77, em Nova York, Genebra e, mais recentemente, na exitosa reunião do Cairo de 1986, em benefício do progresso e unidade dos países em desenvolvimento.

Na esfera política internacional, vislumbramos de maneira realista e construtiva possibilidades de ampliar nosso entendimento. É nesse espírito que vejo, com bons olhos, a institui-

ção de um mecanismo bilateral permanente de consultas sobre temas que compõem a agenda da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

O Brasil e o Egito coincidem, por exemplo, na condenação persistente da corrida armamentista e na defesa do desarmamento geral e completo, sobretudo no campo nuclear. Esperamos que as recentes iniciativas em matéria de diálogo e negociação entre as superpotências nesse terreno possam ter desdobramentos positivos.

Acompanhado por um grupo de nações latino-americanas e africanas, e contando com significativo apoio da comunidade internacional, o Brasil lançou, no ano passado, nas Nações Unidas, uma iniciativa que reputamos de grande relevância. Refiro-me à criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Devo reiterar, a tal propósito, o reconhecimento do Governo brasileiro pelo valioso apoio com que o Egito nos honrou por ocasião do exame dessa iniciativa, a serviço exclusivo da paz, da cooperação e do entendimento.

São claras e amplamente conhecidas, Senhor Ministro, as posições brasileiras a respeito da questão do Oriente Médio. Admitimos a complexidade e a delicadeza inerentes a esse problema, mas, no entender de meu Governo, os passos e medidas requeridos para uma solução justa e duradoura não comportam tergiversação.

Admiramos, nesse sentido, o papel protagônico que sempre será chamado a exercer, como o vem exercendo, o Egito, no difícil processo de negociação dessa paz, por todos almejada.

Como temos reiteradamente afirmado, a paz no Oriente Médio só será possível pela retirada completa das forças de ocupação presentes nos territórios árabes desde 1967, pelo exercício dos direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação, independência e soberania e pelo reconhecimento do direito de todos os Estados da região a viverem em segurança dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Coerentes com esses princípios, manifestamos nosso apoio à realização da Conferência Internacional de Paz sobre o Oriente Médio, a ser realizada sob os auspícios das Nações Unidas e com a participação de todas as partes interessadas, o que inclui a presença da Organização que naquele foro reconhecemos como representante legítima do povo palestino, a Organização para a Libertação da Palestina.

Idêntica aspiração de paz tem encorajado o Governo brasileiro no seu decidido suporte aos esforços e gestões realizados pelo Grupo de Contadora em favor de uma solução pacífica e negociada para o conflito da América Central. Integrante do Grupo de Apoio a Contadora, o Brasil agradece o respaldo político que o Egito vem emprestando àquela iniciativa.

Reconhecemos neste país um fator importante de estabilidade na África como um todo e, em tal sentido, notamos com satisfação a proximidade das posições entre nossos Governos tanto no que se refere à condenação da política cruel e abominável do **apartheid**, praticada pelo regime racista da África do Sul, quanto no apoio ao legítimo e intransferível direito do povo da Namíbia à sua independência e integridade territorial.

Senhor Vice-Primeiro Ministro,

As relações entre o Brasil e a República Árabe do Egito têm sido assinaladas por eventos significativos. Mais recentemente, em setembro de 1985, visitou-nos o Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Boutros Ghali. Em março daquele ano, nossos Governos haviam firmado o Acordo que instituiu a Comissão Mista brasileiro-egípcia, destinada a dinamizar o intercâmbio econômico comercial e tecnológico entre os dois países.

Agora, através da troca dos instrumentos de ratificação daquele Acordo, criam-se condições para que sejam avaliadas, em profundidade, no foro adequado, as possibilidades de maior cooperação entre os dois países. E ambos Governos, demonstrando sua vontade de

estender e intensificar essa cooperação, acabam de convir na vinda, ao Cairo, dentro dos próximos meses, de uma missão brasileira, preparatória da reunião da Comissão Mista de Coordenação.

A esse foro, caberá analisar todos os aspectos do relacionamento bilateral e, em especial, os do intercâmbio econômico, comercial e técnico. Ali serão certamente encontradas modalidades inventivas de cooperação a desenvolver, à luz do êxito que temos alcançado em algumas áreas, como no programa entre a Empresa Brasileira de Aeronáutica e a Organização Árabe para a Industrialização, exemplo notável de colaboração Sul-Sul em setor que envolve alto grau de tecnologia. Nesse espírito, estou plenamente convencido também da importância do prosseguimento de visitas de alto nível entre nossos países. Relembro, nesse sentido, o convite formulado, pelo Ministro do Exército do Brasil, ao Ministro da Defesa, Marechal Abu Ghazala, para que visite nosso país ainda no corrente ano.

Senhor Vice-Primeiro Ministro,

Sabemos da prioridade que é atribuída, pelo Governo egípcio, à cooperação Sul-Sul. Esta constitui uma necessária opção política, que o Brasil também segue, para diversificarmos a cooperação internacional, de forma a evitarmos uma excessiva dependência com relação aos países desenvolvidos, em uma conjuntura internacional que nos é ainda desfavorável no plano econômico, comercial, financeiro e tecnológico.

A cooperação Sul-Sul torna-se indispensável quando compreendemos o interesse em realizar empreendimentos de cooperação que se referem a campos e áreas em que a experiência peculiar aos países desenvolvidos não pode aplicar-se por motivos óbvios, determinados pela própria natureza, pela diversidade cultural ou pelos diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social.

A cooperação Sul-Sul adquire sua plena expressão quando extravasa o quadro das afinidades de vizinhança e aproxima países em

desenvolvimento situados em continentes afastados, aconselhando a cooperação entre eles, por ditames de similaridade e complementaridade biogeográfica, que tornam sua tecnologia mais adequada à solução dos problemas específicos que compartilham.

Como afirmei nas Nações Unidas, o mundo em desenvolvimento não pode ficar à margem da revolução tecnológica, sob pena de ver consolidado, em definitivo, e ampliado, o já tão largo fosso que o separa do mundo desenvolvido. Não nos resignaremos a ser espectadores passivos de uma nova divisão internacional do trabalho, com base na discriminação do acesso à tecnologia, e que cinda o mundo em dois universos distintos - o das sociedades pós-industriais e o das sociedades atrasadas e caudatárias.

Senhor Vice-Primeiro Ministro,

Além de manifestar minha satisfação pelo bom resultado das conversações que venho mantendo com Vossa Excelência, quero deixar consignados minha gratidão e meu apreço pela elevada honra que me concedeu o Presidente Mohamed Hosni Mubarak, ao receber-me para um encontro que considero altamente proveitoso. Tive a grata satisfação de entregar nesta oportunidade a Sua Excelência uma mensagem do Presidente José Sarney.

Quero também agradecer a acolhida que me reserva o Primeiro Ministro Atef Naguib Sedki, assim como as demais altas autoridades com quem já me pude reunir e me reunirei aqui no Cairo, no decorrer desta visita.

Receba, Senhor Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe do Egito, Ahmed Abdel Meguid, meus agradecimentos pessoais, e os de meus acompanhantes, pela fidalguia de todos quantos nos acolhem e que sabem traduzir fielmente, durante nossa estada no Cairo, os sentimentos de amizade que ligam nossos países.

É, assim, com profundo contentamento que convido os presentes a erguerem suas taças

num brinde à Sua Excelência o Senhor Presidente Mohamed Hosni Mubarak, à cooperação fraterna entre o Brasil e o Egito, à prosperidade do povo egípcio, e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

instituída a comissão mista brasileiro-egípcia de coordenação

**Alocução pronunciada no dia 10 de junho de 1987,
no Cairo, pelo Ministro Roberto de Abreu Sodré por
ocasião da troca dos Instrumentos de Ratificação do
Acordo que instituiu a Comissão Mista Brasileiro-
Egípcia de Coordenação.**

Excelentíssimo Senhor
Vice-Primeiro Ministro e
Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Ahmed Esmat Abdel Meguid,

É para mim uma grande honra participar, juntamente com Vossa Excelência, desta cerimônia de troca dos instrumentos de ratificação do Acordo que instituiu a Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação.

Congratulo-me vivamente com Vossa Excelência por este acontecimento, que, estou certo, representa um marco significativo no processo de intensificação e aprimoramento das relações entre o Brasil e o Egito.

Com a entrada em vigor do Acordo, a Comissão Mista começará a funcionar regularmente. Trata-se de um instrumento de inegável utilidade, passível de contribuir para a maior fluidez do diálogo e da cooperação entre nossos países, facilitando o acompanhamento periódico e uma avaliação aprofundada de nossas iniciativas conjuntas.

Poderemos doravante, através da Comissão Mista, imprimir o necessário impulso às atividades e projetos de interesse mútuo. O Governo brasileiro atribui especial importância a esse foro e confia no êxito de seus trabalhos. Eles permitirão estabelecer prioridades, avaliar experiências e abrir caminhos novos e imaginativos para o adensamento de nossa colaboração nos mais diversos setores.

A Comissão é chamada, pois, a desempenhar um papel dinamizador no desenvolvimento das relações bilaterais, presididas por um clima permanente de amizade e entendimento.

Com esse propósito, estamos, desde já, fixando as datas para a primeira reunião da Comissão Mista, a realizar-se daqui a poucos meses.

Esta solenidade, Senhor Vice-Primeiro Ministro, me concede a oportunidade de reiterar o vivo interesse e a firme disposição de meu Governo no sentido de fortalecer e expandir as bases da parceria brasileira com o Egito. Tenho certeza de que esse interesse e essa disposição são reciprocados, com a mesma intensidade, pelo Governo de Vossa Excelência.

No âmbito desta Comissão, o Brasil e o Egito estão prontos, como sempre, para dedicar-se com entusiasmo e perseverança a um trabalho conjunto que deverá render valiosos frutos em benefício de uma aproximação cada vez mais estreita.

comunicado de imprensa

Comunicado sobre a visita oficial do Ministro das Relações Exteriores ao Cairo, dias 9, 10 e 11 de junho de 1987.

A convite de Sua Excelência o Dr. Ahmed Esmat Abdel Meguid, Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe do Egito, Sua Excelência o Sr. Roberto de Abreu Sodré, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, realizou uma visita oficial à República Árabe do Egito, no período de 9 a 12 de junho de 1987.

Sua Excelência o Ministro Abreu Sodré foi recebido em audiência especial por Sua Excelência o Senhor Hosni Mubarak, Presidente da República Árabe do Egito.

Nesse encontro, o Chanceler brasileiro fez entrega ao Senhor Presidente da República de mensagem escrita de Sua Excelência o Senhor José Sarney, Presidente da República do Brasil. A mensagem incluía, entre outros assuntos, convite de Sua Excelência o Presidente José Sarney para que o Senhor Presidente da República Árabe do Egito visite oficialmente seu país. O convite foi aceito com prazer.

Sua Excelência o Ministro Abreu Sodré foi recebido pelo Primeiro Ministro Dr. Atef Sedki e pelos Vice-Primeiros Ministros Kamal Ahmed El Ganzoury, Ministro do Planejamento e da Cooperação Internacional, o Youssef Amin Waly, Ministro da Agricultura e Recuperação de Terras, pelo Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr. Boutros Boutros Ghali e pelo Tenente General Abdel Ghaffour El Orabi, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Nas conversações mantidas entre o Ministro Abreu Sodré e o Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdel Maguid, as quais transcorreram em clima de cordialidade e compreensão, característico das relações egípcio-brasileiras, foram abordados temas de atualidade internacional, nos campos político e econômico, bem como assuntos de interesse bilateral.

Os dois Ministros, ao reiterarem a determinação de seus governos de defender os propósitos da Carta das Nações Unidas, ressaltaram que as políticas externas de ambos países se orientam por princípios inabaláveis, como os de soberania e igualdade jurídica dos Estados, o direito de autodeterminação dos povos, da não intervenção em assuntos internos de outros Estados e do respeito por sua independência e integridade territorial, assim como o da solução pacífica e negociada das controvérsias.

Tendo passado em revista a situação política internacional e concentrado sua atenção nos conflitos e nas áreas de tensão, expressaram sua comum e profunda preocupação com essas ameaças à paz e a segurança mundiais.

Ambas as partes consideraram a situação no Oriente Médio e concordaram com a necessidade de que sejam empreendidos renovados esforços para que se chegue a uma solução global e negociada para a obtenção de uma paz justa na região. Reiteraram, nesse sentido, a importância da realização da Conferência Internacional de Paz sobre o Oriente Médio, sob os auspícios das Nações Unidas e com participação de todas as partes interessadas, com o objetivo de alcançar uma paz justa e duradoura na região, baseada no respeito aos direitos legítimos do povo palestino e no direito de todos os estados da região de viverem em segurança, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas, de acordo com as resoluções 242 (1967) e 338 (1973) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Considerando a Guerra do Golfo, os dois Ministros concordaram quanto à importância de negociações para alcançar uma solução pacífica do confronto entre os dois países.

Ao examinar a situação do Líbano, os dois Ministros manifestaram seu empenho em que possam ser encontradas condições favoráveis à retirada de todas as tropas estrangeiras e soluções que atendam aos direitos, interesses e anseios de todos os segmentos da sociedade do Líbano, cuja soberania, independência e integridade territorial devem ser salvaguardadas.

Quanto a situação na África, ambas as partes condenaram veementemente a prática do **apartheid** e a ocupação ilegal da Namíbia pelo regime de Pretória. Salientaram a importância de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas imponha sanções econômicas mandatórias contra a África do Sul. Expressaram seu inteiro apoio ao legítimo direito do povo da Namíbia à sua independência, sob a liderança da **Swapo**, e à sua integridade territorial.

Com relação à situação na América Central verificou-se concordância de pontos-de-vista sobre a importância de se chegar a uma solução negociada para o problema e a importância dos esforços envidados pelo Grupo de

Contadora e pelo seu Grupo de Apoio, que incluiu o Brasil, no estabelecimento de paz na região.

Ambas as partes salientaram a importância da adoção da Resolução 41/11 pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, que declarou o Atlântico Sul zona de paz e de cooperação, da Resolução 41/48, que exorta todas as partes interessadas a considerar seriamente tomar medidas práticas e urgentes necessárias à implementação da proposta de estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio, assim como da resolução 41/09 sobre o fortalecimento da segurança e cooperação no Mediterrâneo, considerando essas resoluções medidas significativas para a consecução dos objetivos mundiais de paz, cooperação, segurança e desarmamento.

Analisaram a grave crise econômica internacional, que penaliza desproporcionalmente os países em desenvolvimento, bloqueia suas aspirações, deteriora suas condições de vida e compromete o futuro de seus povos. Ambos os Ministros concordaram em que são necessárias mudanças substanciais na cooperação e no diálogo internacionais, a fim de transformar as atuais estruturas adversas do comércio e das finanças internacionais e promover a construção de nova ordem econômica mundial justa e equilibrada.

A este respeito enfatizaram a importância do papel exercido pelo Grupo dos 77 e concordaram ser necessário ampliar os esforços em favor da cooperação Sul-Sul.

Foram igualmente, trocados pontos-de-vista sobre o efeito negativo causado pelo fardo da dívida externa nos planos de desenvolvimento dos países em desenvolvimento e acerca de suas respectivas experiências nesse campo. Ambas as partes insistiram na importância de fortalecer a cooperação e coordenação entre os países do Terceiro Mundo neste campo.

No campo das relações bilaterais, ambas as partes expressaram seu interesse mútuo em fortalecer e desenvolver a cooperação nos campos político, econômico, cultural, técnico e científico, em razão do peso e das potencialidades de ambos os países.

Com esse objetivo, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito procederam à troca dos instrumentos de ratificação do Acordo para a criação da Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação e concordaram em que essa Comissão se reúna, no Cairo, em novembro do corrente ano.

Resolveram, ainda, dinamizar a implementação dos acordos bilaterais existentes e intensificar os contactos políticos entre ambos os Governos em todos os níveis.

Ministro Abreu Sodré convidou Sua Excelência o Vice-Primeiro Ministro Abdel Meguid para visitar o Brasil, o que foi aceito com prazer.

Ao deixar o Egito, o Ministro Abreu Sodré manifestou ao Vice-Primeiro Ministro Abdel Meguid seu reconhecimento pela calorosa acolhida, hospitalidade e atenções dispensadas pelo Governo e pelo povo egípcio a ele próprio e à sua comitiva.

no brasil o ministro das relações exteriores da venezuela

Discurso pronunciado pelo Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, dia 1º de junho de 1987, no Itamaraty, por ocasião do jantar oferecido ao Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Senhor Simón Alberto Consalvi.

Excelentíssimo Senhor
Ministro Simón Alberto Consalvi,

É uma grande satisfação poder receber Vossa Excelência em Brasília e dar-lhe minhas cordiais boas-vindas, extensivas à Senhora de Consalvi e à sua ilustre comitiva.

Há muito desejava ter a oportunidade de homenagear não só o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, mas também o amigo que tanto estimamos nesta Casa, o eminente homem público de destacados serviços à sua Pátria e à América Latina, o intelectual de sólida cultura política e humanística.

Vossa Excelência bem pode avaliar minha alegria ao reencontrá-lo no Brasil, onde procuro retribuir a fraterna e calorosa acolhida que me foi dispensada, no mês de março último, em Caracas. Naquela ocasião, além da honra que tive de ser recebido pelo Presidente Jaime Lusinchi e dele ouvir valiosas apreciações sobre a realidade de nosso continente, pude manter gratas e extensas conversações com Vossa Excelência. Foram igualmente muito proveitosos os encontros que mantive com os Ministros e outras autoridades das áreas econômicas, energéticas, de defesa e de programas ligados à cooperação fronteiriça.

Pude então comprovar em todos meus interlocutores a firmeza de propósitos do Governo venezuelano no sentido de avançar, de modo eficaz e construtivo, nas mais variadas ques-

tões de interesse comum. Aqueles contatos se desenvolveram excepcionalmente durante um domingo, dia que, embora reservado ao descanso, transformou-se, naquela oportunidade, numa intensa e frutífera jornada de trabalho para todos nós, nítida prova da relevância dos temas que compõem a agenda do relacionamento brasileiro-venezuelano.

Meu Governo, Senhor Ministro, é profundamente reconhecido pela dedicada contribuição que Vossa Excelência tem prestado para o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação entre nossos países. Como político e intelectual, como estudioso e conhecedor de meu país e, por duas vezes, chefe da diplomacia venezuelana, Vossa Excelência sempre demonstrou interesse e simpatia pelo Brasil e uma aguda sensibilidade para a importância de nossa relações.

Não é por acaso que o Brasil e a Venezuela têm vivido um dos períodos mais férteis e dinâmicos em seu relacionamento, não só em termos estritamente bilaterais, como também nas percepções comuns a respeito dos problemas regionais.

Creio haveremos superado definitivamente a fase em que éramos apenas bons amigos, mas virados de costas um para o outro. Hoje, na verdade, o estado e o nível de nossas relações refletem uma comunhão cada vez mais estreita de interesses e aspirações.

Nossos vínculos já contam com uma moldura institucional bastante aprimorada e, entre os instrumentos disponíveis para expandi-los e diversificá-los, sobressai, por sua importância e utilidade, a Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana. Quando de sua última reunião, celebrada em novembro do ano passado em Caracas, dedicamo-nos ao exame de múltiplas questões de caráter político e econômico. Chegamos, então, a entendimentos significativos, logo a seguir implementados, sobre a renegociação do Acordo de Alcance Parcial nº 13 e o acerto de novos contratos de importação de petróleo venezuelano pelo Brasil. Muito esperamos do próximo encontro da Comissão, a realizar-se desta feita nesta Capital.

Os resultados do nosso intercâmbio comercial, embora longe ainda de traduzirem todo o potencial de complementaridade entre ambas as economias, têm sido encorajadores. Não posso deixar de ressaltar, aqui, a importância que a Venezuela passou a ter como fornecedor seguro e confiável de petróleo para o Brasil, no contexto da crise energética de tão determinante influência no cenário econômico internacional na última década.

O comércio no setor petrolífero vem ensejando, por sua vez, possibilidades de complementação nas mais diferentes áreas. O Brasil acredita existir um horizonte praticamente ilimitado de oportunidades no campo econômico-comercial e está consciente de seu papel de relevante parceiro da Venezuela como supridor e comprador seja no setor agrícola, seja no setor industrial e tecnológico.

A vontade política que anima nossos Governos exprime-se, igualmente, em nossa firme disposição de trabalharmos juntos para o desenvolvimento da fronteira comum. É para nós motivo de grande satisfação ver que as iniciativas nesse campo evoluem positivamente, como as obras de infra-estrutura de transporte na região e a intensificação do comércio fronteiriço. Atribuímos especial significado ao vigoroso impulso que vem recebendo as relações entre Roraima e o Estado Bolívar.

Senhor Ministro,

A América Latina, área prioritária na política externa do Presidente José Sarney, redescobre hoje um convívio mais íntimo, fruto da necessidade de conjugar esforços, trabalhar em coordenação, juntar nossas inteligências e potencialidades. Sentimo-nos mais unidos e solidários em torno dos grandes ideais que nos são comuns: paz, liberdade, democracia, justiça, desenvolvimento.

Recentemente, com a participação do Brasil, da Venezuela e de outras nações irmãs da região, deu-se início ao mecanismo de consulta e concentração política, levado a efeito pelo Grupo dos Oito e cuja próxima reunião meu país terá o grande prazer de sediar em agosto vindouro. O Brasil espera que esse mecanismo, original dentro da tradição diplomática latino-americana, possa gerar resultados práticos, para o que a contribuição da Venezuela se revela indispensável.

Vive também a América Latina, com o fortalecimento de suas instituições democráticas, um momento de renovadas esperanças na construção firme e definitiva da integração econômica. Buscamos, nesse sentido, a constante revitalização dos mecanismos regionais de integração, como a ALADI e o SELA.

Hoje, mais do que nunca, o continente precisa integrar-se para crescer e prosperar. Como afirmei em meu pronunciamento na Terceira Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da ALADI, a integração e o crescimento são dois grandes desafios que têm acompanhado a América Latina em sua história recente. Repetindo o que disse naquela oportunidade, necessitamos vencê-los com realismo e confiança, em benefício da própria estabilidade política e social do continente.

Com essa mesma preocupação, o Brasil e a Venezuela têm-se batido incansavelmente nos mais diferentes foros contra a persistência das condições adversas que nos impõe a realidade econômica internacional. Sem a superação dessas dificuldades, como as que en-

frentamos na questão da dívida externa, do protecionismo comercial adotado pelas nações industrializadas, a queda nos preços das matérias-primas e as restrições ao nosso desenvolvimento científico-tecnológico, os países da América Latina continuarão a ter seu crescimento econômico e justiça social seriamente comprometidos.

A dívida externa, em particular, é um problema que vem assumindo proporções verdadeiramente dramáticas para nossos povos. De acordo com os princípios defendidos pelo Consenso de Cartagena, cuja validade tem sido amplamente comprovada, o Brasil e os demais países da região não podem, absolutamente, abdicar de seu direito de crescer, garantir trabalho às suas populações e oferecer-lhes, assim, condições de uma vida digna e honrada.

O Brasil é uma nação pacífica, livre e democrática. É de forma mais serena e construtiva que buscamos sempre encontrar soluções para nossos problemas.

Não tem sido outra a postura que mantemos em relação ao delicado e preocupante conflito da América Central. Vossa Excelência e eu, ao lado de nossos colegas dos Grupos de Contadora e Apoio, e na companhia dos Secretários Gerais da ONU e da OEA, tivemos a oportunidade de visitar os países centro-americanos, em janeiro último, e testemunhar, com nossos próprios olhos, a gravidade da situação lá imperante. Aquela viagem e o diálogo mantido com os líderes da região reforçaram nossa convicção acerca da importância da iniciativa de Contadora na busca de uma solução pacífica e negociada para a crise.

Senhor Ministro e caro amigo Simón Alberto,

Vossa Excelência se encontra no Brasil acompanhado de uma comitiva de empresários venezuelanos e, durante sua estada entre nós, que se estenderá a São Paulo e ao Rio de Janeiro, irá manter contatos com diversas autoridades brasileiras e representantes do setor privado. Hoje, pela manhã, iniciamos nossas reuniões de trabalho, que, para minha

satisfação, serviram para adiantar questões referentes à nossa cooperação.

Sinto-me, portanto, extremamente feliz ao constatar, pela própria agenda de seus compromissos no Brasil e pela própria natureza dos interesses recíprocos que desperta a visita de Vossa Excelência, a crescente densidade e o notável dinamismo que vão atingindo as relações entre o Brasil e a Venezuela.

É com esse sentimento, Senhor Ministro, que desejo reiterar-lhe o empenho brasileiro em estreitar nossos vínculos em todos os níveis e setores. Para tanto, Vossa Excelência sabe que contará com o melhor de meus esforços.

Concluo minha saudação recordando expressivas palavras de Vossa Excelência, proferidas nove anos atrás, em Brasília, quando da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica: "a Pátria não é um território, nem uma população, nem um conjunto de interrelações econômicas; é uma consciência, um sentimento de solidariedade e unidade de destino entre os seres humanos que a integram, consciência e sentimento que não se legisla, mas que nasce do esforço comum, do trabalho conjunto, das dificuldades compartilhadas e superadas". Recorrendo àquelas palavras, diria que, hoje, a América Latina revela autenticamente essa consciência e esse sentimento de Pátria.

Convido todos os presentes a levantarem suas taças em um brinde à prosperidade dessa grande Nação vizinha, berço do Libertador Simón Bolívar, à felicidade e bem-estar de seu povo, ao contínuo progresso das relações entre o Brasil e a Venezuela, à saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora de Consalvi.

comunicado conjunto brasil-venezuela

Comunicado Conjunto Brasil-Venezuela, firmado dia 03 de junho ao término da visita oficial do Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Senhor Simón Alberto Consalvi.

Atendendo a um convite do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Doutor Roberto de Abreu Sodré, o Ministro das Relações Exteriores da República da Venezuela, Doutor Simón Alberto Consalvi, realizou visita oficial ao Brasil de 1 a 6 de junho de 1987.

Durante sua estada no Brasil, o Chanceler Consalvi foi recebido pelo Presidente José Sarney, em uma atmosfera de cordialidade, reflexo dos laços de amizade que unem os dois países. Nessa ocasião, examinou-se uma série de questões de importância tanto bilateral quanto regional, sublinhando-se a vontade política dos Presidentes Sarney e Lusinchí de aprofundar as relações de cooperação e entendimento entre os dois países. O Presidente Sarney expressou seu desejo de visitar a Venezuela, em data próxima, atendendo a convite que lhe formulara o Presidente Lusinchí.

Durante sua permanência no Brasil, o Chanceler Consalvi visitou o Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena, e o Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Também entrevistou-se com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Doutor Rafael Mayer, e com o Reitor da Universidade de Brasília, Doutor Cristovam Buarque. Posteriormente, viajou para a Cidade de São Paulo, onde visitou o Governador do Estado, Orestes Quércia, e compareceu a um almoço oferecido conjuntamente pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pela Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Venezuela.

Em clima de franca comunicação e compreensão, reflexo fiel dos crescentes vínculos entre o Brasil e a Venezuela, os Chanceleres Sodré e Consalvi fizeram exaustivo exame de diversas questões de interesse comum, destacando especialmente o que se refere às relações bilaterais. Como resultado desse diálogo, ambos os Chanceleres decidiram subscrever o seguinte:

1. Reafirmaram a adesão de seus Governos aos propósitos e princípios consagrados na

Carta das Nações Unidas e sua decisão de continuar contribuindo para o fortalecimento do sistema da ONU e suas instituições, estimulando medidas e ações que favoreçam a paz e a segurança internacionais, a fim de assegurar a eliminação dos conflitos, favorecer a distensão e propiciar o desenvolvimento e o progresso econômico e social dos povos.

2. Conseqüentes com essa posição, os dois Chanceleres expressaram seu total rechaço e seu mais firme repúdio a todas as formas de discriminação, particularmente aquelas que, como o **apartheid**, representam uma violação flagrante e sistemática dos direitos humanos e que se constituem em um crime contra a humanidade, e resolveram formular um chamado à comunidade internacional para somar esforços com vistas à independência da Namíbia no mais breve prazo possível.

3. Os dois Chanceleres, ao expressarem sua satisfação pelo crescente fortalecimento da democracia no Continente, reafirmaram sua convicção de que o indivíduo só pode realizar-se plenamente no contexto de um sistema pluralista e de ampla participação, que garanta o pleno exercício das liberdades cívicas.

4. Os dois Chanceleres reafirmaram seu comprometimento com os ideais de paz, de liberdade e de democracia que inspiram as políticas exteriores de seus respectivos países, o que possibilita manter um processo de permanentes consultas, sobre a base da solidariedade e da cooperação.

5. Da mesma forma, ao considerarem que o respeito aos direitos humanos é componente essencial da democracia, os dois Chanceleres ratificaram o compromisso de seus Governos de somar esforços para a promoção e defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, desenvolvendo ações coordenadas nos foros internacionais competentes.

6. Ao avaliarem a crise centro-americana, os Chanceleres do Brasil e da Venezuela reafirmaram o compromisso de seus Governos com o esforço histórico de paz empreendido pelos países membros dos Grupos de Contadora e

de Apoio, e expressaram sua mais séria preocupação com a persistência de fatores tanto internos como externos que interferem nos processos de pacificação e democratização da região. Em consequência, ao reiterarem a tese de uma solução latino-americana para um problema latino-americano, fizeram um chamado urgente aos Estados que têm vínculos e interesses na região para que propiciem a manutenção do diálogo e as possibilidades de entendimento, respeitando estritamente o princípio de não-intervenção nos assuntos internos dos Estados centro-americanos.

7. Nesse contexto, sublinharam a importância da proposta do Presidente Oscar Arias, da Costa Rica, que se inscreve no esforço de paz promovido por Contadora, e manifestaram sua satisfação pela próxima reunião de cúpula presidencial em Antigua, que contará com a presença de todos os Chefes de Estado dos países centro-americanos, na esperança de que suas deliberações constituam uma oportunidade propícia para concretizar uma genuína vontade de negociação, a fim de se chegar a uma solução integral, pacífica e permanente, apoiada no exercício efetivo da democracia.

8. Consideraram fato altamente positivo o processo de crescente concertação política que se desenvolve na América Latina, coincidindo em que, com base na solidariedade e na ação coordenada, apresentar-se-á uma contribuição significativa para a solução dos múltiplos problemas que afligem a região. Nesse sentido, saudaram como fato de inegável importância a criação de um Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, firmado no Rio de Janeiro em dezembro de 1986, bem como os resultados da recente reunião de Bariloche. Concordaram, com vista à próxima reunião de chanceleres, a celebrar-se proximamente no Brasil, em aprofundar o diálogo e a concertação política.

9. Ao examinarem o grave problema criado pelo tráfico e uso ilícito de entorpecentes, renovaram a decisão de seus Governos de continuar lutando, tanto no âmbito bilateral como no âmbito multilateral, para obter a erradica-

ção desse flagelo que solapa as bases da sociedade e põe em risco a segurança dos Estados. Reiteraram a importância do Plano de Ação do Rio de Janeiro, aprovado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), como marco do desenvolvimento e aperfeiçoamento da cooperação regional no combate ao tráfico e uso ilícito das drogas. Nesse sentido, comprometem-se a intensificar seus esforços para combater o tráfico ilícito e abuso de drogas, reconhecendo que a cooperação internacional é um meio eficaz para utilizar ao máximo os recursos humanos e materiais disponíveis para atacar o mal em todas as suas manifestações.

10. Ao trocarem pontos de vista sobre a gravidade da economia mundial, na qual persistem e se multiplicam os fatores adversos que negam possibilidades de crescimento às economias dos países em desenvolvimento, expressaram sua preocupação pelo fato de que a situação forçou os países em desenvolvimento a aplicarem políticas restritivas de ajuste que limitam suas possibilidades de expansão e geram tensões sócio-econômicas internas. Nesse contexto, sublinharam os efeitos negativos das constantes flutuações e a brusca queda dos preços das matérias-primas de exportação; o protecionismo praticado pelas nações industrializadas; as políticas de subsídio aplicadas pelos referidos países, prejudicando os produtos da região nos mercados internacionais; e, ademais, o elevado serviço da dívida externa e as altas taxas de juros que determinam grave falta de liquidez nos países em desenvolvimento devedores.

11. Ao tratarem especificamente do tema da dívida externa, reiteraram a necessidade impostergável de assegurar o crescimento das economias latino-americanas, e reafirmaram seu decidido respaldo aos esforços que desenvolvem os países membros do Consenso de Cartagena, exemplo de solidariedade regional, e seu apoio às medidas que, no exercício de sua soberania, adota cada país da área para enfrentar a situação. Nesse contexto, sublinharam a importância do problema e sua dimensão política, destacando a corresponsabilidade entre devedores e credores para alcançar uma solução justa.

12. Do mesmo modo, ao denunciarem as crescentes restrições que afetam e ameaçam suas exportações para os mercados internacionais, coincidiram na necessidade de intensificar os esforços conjuntos e as ações coordenadas nos foros pertinentes, a fim de propiciar, em bases multilaterais, a estabilidade e o desenvolvimento de seus fluxos comerciais. A esse respeito, reafirmaram sua convicção de que existe estreita interdependência entre o comércio, o financiamento para o desenvolvimento e a dívida externa.

13. Os dois Chanceleres, ao constatarem as possibilidades que se oferecem à região em matéria econômica e comercial, assinalaram a particular importância de que se reveste o fortalecimento das distintas instâncias de consulta, cooperação e integração regional. Animados por esse propósito, coincidiram em que o futuro de suas economias nacionais e da América Latina como um todo está estreitamente vinculado aos esforços de diversificação e modernização, nos quais deve representar papel determinante a complementação econômica entre países da região.

14. Assim, reafirmaram a importância do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) como organismo representativo dos interesses da América Latina e do Caribe, comprometendo-se a fortalecer seu papel político como foro de consulta e coordenação regional.

15. Da mesma maneira, decididos a intensificar ao máximo a cooperação regional e propiciar o crescente aproveitamento do mercado latino-americano, expressaram sua firme intenção de contribuir para o fortalecimento da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e dar cumprimento aos resultados do III Conselho de Ministros das Relações Exteriores, com vistas a obter que os acordos alcançados permitam um incremento substancial no intercâmbio intra-regional.

16. Ao examinarem as relações comerciais bilaterais, os Chanceleres reiteraram sua disposição de empreender os esforços necessários para conseguir um incremento substancial do comércio, torná-lo mais estável e equilibra-

do, de acordo com os interesses de ambas as nações e com os propósitos definidos no marco da ALADI, e, em tal sentido, expressaram sua satisfação pela assinatura, em 13 de março do corrente ano, do VIII Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 13, a entrar em vigor proximamente, no qual se ampliam e se diversificam as preferências tarifárias outorgadas pelos dois países.

Sublinharam a importância de implementação efetiva do Tratado de Cooperação Amazônica e destacaram o significado do Plano de Ação elaborado pela Secretaria **Pro Tempore** do Conselho de Cooperação Amazônica, que se orienta para atingir esse objetivo.

Assinalaram a conveniência de trocar regularmente informações sobre medidas de preservação do meio ambiente aplicadas nos dois países, e de promover posições coordenadas, nos foros internacionais apropriados, sobre iniciativas de cooperação internacional em questões ambientais.

Convencidos da importância de fortalecer a cooperação cultural, instrumento efetivo de compreensão e comunicação entre os povos, decidiram estimular as ações necessárias para a conclusão, no menor prazo possível, das negociações sobre um Acordo de Co-produção Cinematográfica entre o Brasil e a Venezuela.

Do mesmo modo, ao avaliarem as conclusões da III Reunião da Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana, realizada em Caracas, em novembro de 1986, reiteraram o interesse dos dois países em negociar Acordos de Complementação Econômica.

Nessa mesma ordem de idéias, os Chanceleres registraram, com grande satisfação, os resultados obtidos entre Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS) e Petróleo de Venezuela (PDVSA), que levaram a um incremento das vendas de petróleo da Venezuela e ampliaram as perspectivas de cooperação em outras áreas do setor energético. Nesse sentido, os Ministros julgaram conveniente que as duas empresas identificassem novas áreas de intercâmbio, com vistas a aprofundar a colaboração entre os dois órgãos estatais.

Paralelamente, sublinharam o fato de ter-se concretizado uma série de contatos proveitosos entre outros setores básicos dos dois países, que exploraram a possibilidade de cooperação entre as indústrias nacionais do ferro, aço, alumínio, de mineração, e de papel e celulose. Em consequência, decidiram estimular a realização de uma reunião entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Corporação Venezuelana de Guayana (CVG) no decorrer do segundo semestre do corrente ano.

Ao examinarem as questões fronteiriças, os dois Chanceleres reiteraram a disposição de seus Governos de continuar favorecendo o incremento da cooperação entre o Território de Roraima e o Estado de Bolívar, especialmente em matéria comercial, consular e de transporte e comunicações. A esse respeito, saudaram, satisfeitos, o encontro entre os Governadores das entidades fronteiriças, realizadas na Cidade de Bolívar no mês de abril passado, que produziu frutífero intercâmbio de pontos de vista, tanto entre os Governadores como entre os setores privados das duas regiões, sobre assuntos de interesse comum.

Com vistas a estreitar e intensificar ainda mais as relações entre os dois países, os Chanceleres concordaram em reforçar e dinamizar os mecanismos de cooperação existentes e em estabelecer novos instrumentos orientados no sentido de aprofundar os vínculos entre as duas nações.

Nesse contexto,

1. Assinaram novo Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, e decidiram reunir a Comissão Mista estabelecida no âmbito de novo Acordo, imediatamente após sua entrada em vigor;

2. Assinaram um Acordo Complementar na Área das Comunicações;

3. Decidiram convocar, para antes do final do corrente ano, a IV Reunião da Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana;

4. Levando em conta as recomendações da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites, comprometeram-se a assinar, com a possível brevidade, um Acordo sobre o Estabelecimento de uma Zona **non aedificandi** e de características especiais, ao largo da fronteira entre ambos países e a cada lado desta;

5. Concordaram em reunir, em outubro do corrente ano, a Comissão Mista criada no marco do Convênio Cultural existente entre os dois países, com o objetivo de definir um programa de intercâmbio para o biênio 1987-1988, e, para tal, as Partes brasileira e venezuelana iniciarão imediatamente consultas junto aos organismos pertinentes em ambos os países, com a finalidade de preparar a agenda de conversações;

6. Concordaram em realizar uma reunião entre representantes dos dois países, em Puerto Ordaz, no transcurso dos próximos dois meses, na qual se examinarão as questões consulares e o fortalecimento da cooperação nesse campo;

7. Houve acordo quanto à convocação, em setembro do presente ano, de uma reunião da Comissão Mista (CNPq e CONICYT) prevista no Acordo Complementar de Cooperação Científico-Tecnológica;

8. Decidiram acelerar os trabalhos para o estabelecimento de mecanismos de cooperação em matéria de transporte marítimo, conscientes da importância do mesmo para o intercâmbio comercial entre os dois países;

9. Concordaram em iniciar contatos para elaborar um programa de cooperação e intercâmbio entre o Instituto Rio-Branco, do Brasil, e o Instituto de Assuntos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores e a Academia Diplomática Pedro Gual, da Venezuela;

Ao despedir-se do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Doutor Roberto de Abreu Sodré, o Chanceler Simón Alberto Consalvi manifestou-lhe seu agradecimento pelas numerosas demonstrações de hospitalidade e amizade que receberam tanto ele quanto sua

esposa, bem como a Comitiva que o acompanhou durante sua permanência no Brasil, e estendeu-lhe cordial convite para que visitasse oficialmente a Venezuela, convite que o Chanceler Sodré aceitou com particular satisfação.

Assinado na Cidade de Brasília aos 3 dias do

mês de junho de mil novecentos e oitenta e sete.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República da Venezuela

Simón Alberto Consalvi

Itamaraty comemora o “Dia das Américas”

**Discurso pronunciado pelo Ministro de Estado, interino,
das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso
Flecha de Lima, por ocasião das comemorações
do “Dia das Américas”, em 14 de abril de 1987, no
palácio do Itamaraty.**

Ilustríssimo Sr. Representante da OEA no
Brasil,
Senhor Guillermo Piernes,

Ilustríssimos Srs. Colegas do Corpo Diplomá-
tico,

Caros Colegas,

Senhoras e Senhores,

É-me duplamente grato, como diplomata e brasileiro, nesta data em que comemoramos o “Dia das Américas”, ouvir a mensagem lúcida e abalizada do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos, Embaixador Baena Soares, e receber, da Organização, a imagem fotográfica admiravelmente preservada do Embaixador Joaquim Nabuco, insigne abolicionista e tribuno, quando discursava há quase oitenta anos, em 11 de maio de 1908, no ato de lançamento da pedra inaugural da sede, em Washington, da União Internacional das Repúblicas Americanas – matriz não só da própria OEA, mas também, e reconhecidamente, de todos os organismos políticos intergovernamentais, inclusive a própria Organização das Nações Unidas.

A mensagem que acabamos de escutar e o quadro que contemplamos simbolizam, nas suas distintas formas de expressão e a despeito de sua grande distância no tempo, uma mesma e firme linguagem do Brasil em favor da unidade, do entendimento e da cooperação entre os países das Américas.

Os ideais pan-americanos, dos quais Joaquim Nabuco foi incansável e notável pioneiro, inspiraram princípios e propósitos que nos dias atuais se tomaram postulados básicos da convivência internacional: a promoção da paz e da segurança comuns, o repúdio ao uso da força, a solução pacífica de controvérsias e o primado do Direito Internacional como norma de conduta.

A crença renovada naqueles postulados engendra no presente – onde a realidade é bem mais complexa e problemática que a dos tempos fixados na fotografia de Joaquim Nabuco – um redobrado esforço da comunidade interamericana para a superação dos novos obstáculos políticos e econômicos de variada natureza que hoje se interpõem à busca do bem comum. Esse esforço se vê refletido em iniciativas revitalizadoras como a reforma da Carta da OEA proposta pelo Protocolo de Cartagena das Índias de 1985, que esperamos entre o quanto antes em vigor, e no qual se consagram a democracia representativa como conceito político diretor, o princípio da não-intervenção nos assuntos internos dos Estados, o direito ao desenvolvimento integral, principalmente nas suas vertentes econômico-social e técnico-científica, e a promoção mais incisiva dos direitos humanos.

Como é do conhecimento de todos, o Brasil tem tido papel de relevo no processo de revitalização do sistema interamericano e tanto o Presidente Tancredo Neves quanto o Presidente José Sarney já enaltecem, na sede da

OEA, a missão da Organização. Para citar apenas um exemplo de nosso decidido engajamento nos esforços encaminhados à valorização da OEA, ainda há menos de um ano sediamos, no Rio de Janeiro, importante Conferência Interamericana sobre o atualíssimo problema do combate ao tráfico ilícito e ao consumo de drogas, cujas conclusões contribuirão substantivamente para as medidas que deverão ser adotadas em âmbito universal na Conferência Internacional sobre a mesma matéria que deverá realizar-se dentro de mais alguns meses em Viena. É para nós motivo de desvanecimento, por outro lado, que tenha cabido também a um brasileiro presidir há já três anos a aquele processo de revitalização.

Ao agradecer a amabilidade da oferta, pela OEA, do retrato de Joaquim Nabuco – que o Itamaraty acolherá como estímulo para a preservação e reforço dos ideais que encarnou –, desejaria terminar lembrando algumas das palavras que proferiu no momento mesmo em que sua imagem era fixada, palavras que poderiam ser tomadas como síntese da interação das forças complementares da tradição e da renovação no Continente, que hoje comemoramos com justo orgulho: “Senhores, jamais houve paralelo à cena que esta cerimônia nos apresenta, de nações de línguas diversas, construindo juntas uma casa para suas comuns deliberações. É tanto mais impressionante, quanto esses países, com todas as diferenças possíveis que existem entre eles, pelo tamanho e população, firmaram sua união na base da mais absoluta igualdade. Aqui o voto do menor contrabalança o voto do maior. Tantos Estados soberanos não poderiam ter-se atraído mutuamente e tão espontaneamente, como por uma força irresistível, se não existisse, encimando cada consciência nacional, o sentimento de um destino comum a toda a América...”. E este é o sentimento que neste dia auspicioso nos une a todos.

mensagem do secretário geral da oea no “dia das américas”

**Mensagem do Secretário Geral da OEA, Embaixador
João Clemente Baena Soares, por ocasião das
comemorações do “Dia das Américas”.**

“Comemoramos hoje mais um aniversário da assinatura, em Bogotá, da Carta da Organização dos Estados Americanos, evento que assinalou um marco na História das Relações interamericanas.

Todavia, já transcorreu quase um século desde que representantes de 18 países regionais concordaram, em Washington, em estabelecer a União Panamericana e, em 1948, ao que é hoje a OEA.

Celebramos hoje estes acontecimentos históricos quando o hemisfério se encontra num clima de múltiplas dificuldades. Encontramos ante um dramático paradoxo de que um satisfatório avanço da vocação democrática na América Latina é posto em sério perigo por um acúmulo de adversidades, das quais o peso insustentável da dívida externa, a que se juntam injustos obstáculos do comércio exterior, é um dos mais visíveis.

Frente a esta realidade que nos enche de preocupação, chegou o momento de adotar ações concretas que se inspirem nos resultados do sistema interamericano.

Se antes fomos capazes de resolver de maneira eficiente nossos prementes problemas, ainda mais com razão, devemos sê-lo hoje. Temos os mecanismos idôneos para isso na OEA, foro por excelência das Américas.

Na OEA estão os principais países devedores e o principal credor. Na OEA temos os mecanismos para lutar contra o flagelo das drogas

e o terrorismo. E na OEA podemos robustecer os esforços para buscar uma saída pacífica e negociada para o problema centro-americano, baseado nas justas aspirações de todos os povos dessa região.

Faço votos para que com a vontade política

dos governos e o apoio dos povos saibamos responder com valentia, sabedoria e realizações aos enormes desafios que enfrentamos.

Expresso aos povos e governos das Américas meus melhores desejos de paz, justiça e progresso”.

brasil condecora desmond tutu

Discurso pronunciado pelo Ministro das Relações Exteriores, Senhor Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da solenidade de condecoração do Arcebispo Desmond Tutu com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, dia 20 de maio.

Excelentíssimo Reverendíssimo

Arcebispo Desmond Tutu,

Em nome do povo e do Governo brasileiros, apresento as mais calorosas boas-vindas a Vossa Excelência Reverendíssima, à sua esposa e à distinta comitiva que os acompanha.

É uma grande honra para nós recebê-lo no Brasil. Sua visita nos oferece a oportunidade de expressar-lhe o elevado respeito e a profunda admiração que sentimos por Vossa Excelência Reverendíssima e por sua obra de líder espiritual e político, obra que se inspira fundamentalmente na defesa dos ideais da liberdade, da dignidade humana, da igualdade de direitos, da democracia, da paz e da justiça.

Seu empenho em prol de uma causa plenamente legítima e justa, tanto do ponto de vista moral quanto político – a luta contra o **apartheid** – demonstra a firmeza de suas convicções e a coragem de suas atitudes.

Não obstante o vigor com que essa luta é empreendida, nela sobressaem o equilíbrio, a lucidez e o discernimento próprios de um autêntico líder que hoje ocupa posição ímpar na campanha destinada a promover o fim das estruturas de iniquidade e violência institucionalizadas na África do Sul.

Sua participação nessa luta, Senhor Arcebispo, ultrapassa os limites de seu próprio país e

do continente africano e mostra, com nitidez, a transcendência de seu papel de batalhador incansável pelo triunfo da razão sobre a insensatez, da tolerância sobre a prepotência.

Vossa Excelência Reverendíssima tem dado ao mundo um exemplo de dedicação e de conduta modelar na defesa dos direitos humanos e na tentativa de erradicação do racismo e de todas as formas de discriminação. A causa dos mais desprotegidos sempre o atraiu, desde o início de suas atividades pastorais em Benoni, seus estudos teológicos na Grã-Bretanha, sua atuação como Secretário Geral do Conselho Sul-Africano de Igrejas, até sua sagração como Arcebispo da Cidade do Cabo.

Vossa Excelência Reverendíssima conseguiu, assim, sensibilizar o povo e as autoridades de diversos países para a gravidade da situação na África do Sul, bem como fazê-los apreciar a solidez de suas posições em favor do fortalecimento da paz e da solidariedade entre os povos.

Por todas essas razões, a meritória e justa concessão do Prêmio Nobel da Paz a Vossa Excelência Reverendíssima, em 1984, marcou o reconhecimento da comunidade internacional pela árdua luta que vem desenvolvendo ao longo de toda a sua vida, no sentido de combater as injustiças inerentes à discriminação racial.

Senhor Arcebispo,

Na avaliação do Governo brasileiro, o conteúdo do programa de reformas do **apartheid** que vem sendo posto em prática na África do Sul é superficial, insuficiente e tardio. Em qualquer país, o ideal democrático só se materializa através da participação integral do povo no processo político.

É com essa convicção que nós, brasileiros, acreditamos no êxito dos esforços internacionais pela completa erradicação do **apartheid**, que, além de basear-se em condenáveis sentimentos de superioridade racial e na utilização de meios policiais de coação, busca perpetuar um estado de flagrante violação dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Foi justamente por esse motivo que a comunidade internacional declarou o **apartheid** um crime contra a humanidade.

O Brasil tem condenado firmemente a persistência desse regime, coerente com os próprios valores que influíram na formação do seu povo. Nossa posição é clara e inalterável. Vossa Excelência Reverendíssima a conhece em profundidade e, estou certo, tem podido comprovar pessoalmente nesta visita a arraigada vocação anti-racista do povo brasileiro.

O respeito aos valores culturais, a tolerância religiosa e a convivência fraterna entre todos quantos habitam o solo brasileiro fundamentam-se num autêntico, profundo sentimento nacional. De nossas raízes históricas e culturais nasceu o credo universalista e democrático que, acima das leis e das políticas dos Governos, anima espontaneamente esse sentimento maior na alma brasileira.

O pluralismo – político, religioso, étnico e social – constitui uma marca do povo brasileiro e o nosso maior orgulho é, justamente, o de ter construído a unidade dentro desse pluralismo.

É com esse espírito de unidade que o Brasil acolhe a visita de Vossa Excelência Reverendíssima, numa viva demonstração do apoio

que emprestamos à luta contra o racismo na África do Sul, da solidariedade plena e definitiva que emana naturalmente de convicções e sentimentos arraigados, indestrutíveis.

Consideramos, ademais, que o **apartheid** é o fator responsável pelas tensões hoje predominantes na África Austral. Enquanto ele perdurar, a paz e o desenvolvimento dos povos da região estarão ameaçados.

O Brasil decidiu sistematizar, através de Decreto Presidencial de agosto de 1985, medidas restritivas que já vinha informalmente adotando em seu relacionamento com a África do Sul. Tais medidas compreendem a proibição de intercâmbio cultural, artístico ou esportivo, a proibição de exportação de armas e a proibição de vendas de petróleo e combustíveis derivados.

Durante a Conferência sobre Sanções contra a África do Sul realizada em Paris, em junho último, com o patrocínio da ONU, a delegação brasileira votou a favor da adoção de sanções econômicas mandatórias e globais contra o regime apartista.

As posições que temos assumido em relação ao **apartheid** refletem o sincero desejo do Governo e do povo brasileiros no sentido de que sejam reconhecidos à população negra sul-africana seus plenos direitos, e, desta forma, criadas as condições para a formação de um Governo realmente representativo e democrático na África do Sul.

Para que a paz volte a reinar na África do Sul, é essencial o empenho de líderes como Vossa Excelência Reverendíssima, que, com denodo e, ao mesmo tempo, espírito de diálogo, procura insistentemente caminhos não-violentos para a solução da crise.

É minha firme convicção, Senhor Arcebispo, que seus objetivos serão transformados em realidade no futuro próximo e que a África do Sul, libertada do **apartheid**, poderá, então, ser integrada sem reservas à comunidade das nações.

Ao condecorá-lo com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, o Presidente Sarney desejou expressar todo o reconhecimento e o apreço do povo brasileiro pela contribuição de Vossa Excelência Reverendíssima para um mundo pacífico e mais justo, onde prevaleçam a harmonia e a concórdia entre os homens.

É, pois, com grande prazer que lhe imponho neste momento as insígnias dessa condecoração, ao mesmo tempo em que formulo a Vossa Excelência Reverendíssima e à Senhora Tutu os melhores votos de felicidade pessoal e de completo êxito em sua nobre causa.

dia do diplomata

formatura da turma de 1986 do curso de preparação
à carreira de diplomata do instituto rio-branco

Discurso pronunciado dia 13 de maio de 1987, pelo Presidente José Sarney na cerimônia de formatura dos alunos da turma de 1986 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio-Branco.

Revivo hoje antiga tradição: os novos diplomatas, no dia de sua formatura, recebem do Presidente da República estímulo e esclarecimento sobre as diretrizes de política externa que lhes caberá executar, guiados pelas competentes chefias do Itamarati.

Esta casa é habitada pela História. História que é memória viva. Que conserva o ensinamento do passado e se projeta, sem timidez, ao encontro de seu destino.

Esta continuidade toma corpo nos princípios e exemplos que legaram do Itamarati seus maiores, dentre os quais ressalta a figura do Rio-Branco. Ele trouxe para a República o que de melhor havia na diplomacia imperial — o profundo conhecimento histórico e geográfico do País — e lhe acrescentou elementos inovadores inerentes ao espírito de sua época.

Os princípios recolhidos dos ilustres precursores da diplomacia brasileira são sobejamente conhecidos e podem-se resumir em alguns enunciados fundamentais: vocação para as soluções pacíficas, a boa convivência e o primado do Direito.

Alicerçada nesses princípios tradicionais, a política externa brasileira tem sabido atualizar seus horizontes temáticos. Aplicando a fatos novos princípios inarredáveis, ela tem sabido interpretar nosso estilo enquanto Nação. Com constância, prudência e criatividade, tem-se projetado de maneira natural.

O diplomata brasileiro representa Nação sem inimigos. A paz toma nossa atividade diplomática um incessante abrir caminhos, um incansável construir relacionamentos.

Ao meu governo coube momento particularmente rico e desafiante das relações internacionais do Brasil. Digo isto com a serenidade dos que conhecem o seu dever, não carecendo de incentivo outro para cumpri-lo.

Na Nova República, nossa política externa ganhou em coerência, dinamismo, eficácia, transparência e independência.

Não se vinculando a blocos nascidos em contexto geográfico e político distinto do nosso, o Brasil luta para que sejam superados progressivamente os antagonismos ideológicos e os impasses políticos entre Leste e Oeste, bem como o grau excessivo de polarização que ainda se registra nas relações internacionais. Consoante com essas mudanças, redefinimos o nosso papel no cenário internacional. Queremos contribuir para que o século XXI não repita o quadro de guerras, de fome e de opressão que vem marcando este século.

Lutamos por uma ordem política internacional mais democratizada. E também por uma revisão da atual ordem econômica, flagrantemente injusta e prejudicial aos países que lutam por seu desenvolvimento e pelas condições mínimas de bem-estar para seus povos. Uma

ordem que leva à depreciação dos preços dos produtos primários, ao protecionismo praticado nos mercados com maior capacidade de importação e à asfixia através da transferência reversa de capitais não é apenas injusta. É ilógica. É inviável.

Sabemos que a situação internacional é decisiva para a tarefa gigantesca de nosso país de completar seu desenvolvimento e acabar com a fome e a miséria de seu povo. A política externa brasileira está comprometida com nossa política de crescimento e com a luta contra o desemprego.

Não podemos ser passivos, o que não quer dizer que busquemos a via da confrontação.

Mas a ausência de confrontação ou o reconhecimento da interdependência não devem implicar a dependência em relação aos atuais centros de poder político e aos polos econômicos mundiais. Não podemos permitir que a realidade do congelamento de poder político e econômico invada a razão política e comprometa nossa independência, segurança, dignidade, cultura ou identidade nacional.

Se, de um lado, não podemos nos afastar dos mais importantes polos de irradiação econômica e científico-tecnológica, sob pena de nos condenarmos ao atraso e à vulnerabilidade, de outro, devemos ter o cuidado de preservar nossa autonomia quanto a decisões essenciais para nosso futuro como Nação.

O Brasil nunca aspirou e nem aspira ao poder ofensivo, pois não pode nem deseja impor sua vontade a outros. Mas certamente já tem e pretende conservar suficiente poder de evitar que a vontade alheia lhe seja imposta; poder, portanto, de afirmação de sua autonomia, de seu estilo de vida, de suas leis internas, e dos princípios e prioridades de sua atuação externa.

Esta é a visão que fazemos valer no nosso comportamento internacional, no tratamento das mais diferentes questões com que somos confrontados.

Não é objetivo do Brasil tornar-se uma potência militar, pois quem concentra armas concentra perigos, e quem domina pela força tem contra si a revolta dos dominados.

Poder não é apenas força, e esta, sozinha, não comanda a política.

O Brasil age sem medo, pois seu recurso negociador não é a força: seu poder, ao contrário, se assenta no Direito.

Não nos interessa reeditar imperialismo nem exercer hegemonias. País multicultural e com interesses globais, busca o Brasil a interação entre as culturas e aceita a pluralidade de ideologias e sistemas políticos.

Queremos, na realidade, progredir, dentro da paz e da cooperação, através de laços horizontais.

Esta é uma das razões pelas quais, para encontrar nossos próprios caminhos, atribuímos tanta importância à cooperação entre os países em desenvolvimento.

A compreensão da globalidade de nossos interesses nos fez restabelecer as relações diplomáticas com Cuba e abrir novos canais de diálogo político e de cooperação econômica com o Leste europeu. Lançou-nos também a novas frentes de cooperação na Ásia, em especial com o Japão, com a China, a Índia e as Nações da Associação dos Países do Sudeste Asiático.

Nossas políticas latino-americana e africana receberam nova e mais profunda orientação.

O projeto brasileiro, hoje amplamente aceito, de tornar o Atlântico Sul uma zona imune a armas nucleares e aos confrontos das superpotências é o marco da criação de uma ampla região de cooperação.

Nosso processo de integração com a Argentina e o Uruguai, exemplo bem sucedido de cooperação entre países em desenvolvimento e embrião de laços mais estreitos entre todos os países latino-americanos, caminha não com palavras, mas com atos.

Participamos hoje mais diretamente na busca da pacificação, no apoio à autodeterminação e no repúdio à ingerência nos negócios internos dos países centro-africanos.

Temos também repudiado, inclusive através de sanções, a política racista e intervencionista da África do Sul.

Encarando com responsabilidade e confiança o multilateralismo, desejosos de participar ativamente do debate sobre as questões relativas à paz e à segurança internacionais, decidimos apresentar nossa candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Aderimos aos pactos internacionais de direitos humanos e à convenção da ONU contra a tortura.

Em matéria de direitos humanos acreditamos que sua observância em muito contribui para facilitar a verdadeira autodeterminação dos povos. Esta é uma questão que transcende os Estados para tornar-se responsabilidade de todos os homens.

Ocorre que a democracia e o exercício dos direitos humanos muitas vezes sofrem as ameaças advindas de condições econômicas e sociais injustas. Deve existir, assim, uma corresponsabilidade internacional na geração de condições econômicas para que a democracia e os direitos humanos se mantenham vivos.

A ninguém genuinamente interessa que da fome e da miséria levistem o fogo da violência e a poeira da destruição.

Na busca de uma maior equidade nas relações econômicas internacionais, atribuímos grande importância às negociações econômicas em curso, na área de comércio, de serviços ou de finanças.

O diplomata brasileiro deverá estar na dianteira dessas negociações, assumindo um papel criativo e inovador.

Meu Governo tem sabido resistir às fórmulas recessivas impostas de fora; tem podido conduzir soberanamente as negociações relativas a contenciosos comerciais; tem obtido resultados satisfatórios no encaminhamento da questão da informática e tem retomado a autonomia no problema da dívida externa.

As responsabilidades devem ser igualmente compartilhadas pela crise da dívida.

Ela foi desencadeada, em grande medida, porque os países industrializados decidiram adotar uma política recessiva, de aumento das taxas de juros, transferindo, assim, parte substancial do custo do seu ajuste às economias dos países mais pobres.

Queremos a colaboração da poupança externa, necessária para nosso crescimento acelerado, seja sob a forma de créditos, seja como capital de risco. Só não podemos permitir que a contribuição líquida do capital estrangeiro em nossa economia continue negativa.

Já não é somente nossa a idéia de que não se pode sacrificar o crescimento de um país em desenvolvimento para pagar a dívida. Encontra apoio explícito de inúmeros entre os mais eminentes e experimentados estadistas, pensadores e jornalistas norte-americanos, europeus e latino-americanos.

A crise da economia internacional, com seus reflexos em países como o Brasil não esgota nossa agenda diplomática. Parafraseando imagem de uma saudosa figura do Itamaraty, o Chanceler Araújo Castro, existe outro ponto cardinal além do Leste, do Oeste e do Norte: o Sul. É nessa direção que se projetam muitas de nossas mais importantes iniciativas recentes. O âmbito dos países em desenvolvimento oferece espaço livre para a construção de relações de tipo novo, isentas de qualquer assimetria, imunes a veleidades de imposição de dominações ou dependências.

A primazia que o Brasil concede às relações Sul/Sul levou-me a decidir estabelecer, a curto prazo, a Agência Brasileira de Cooperação-ABC. Esta instituição, que deverá funcionar no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, buscará dar melhor operacionalidade e rapidez às nossas ações de cooperação técnica, coordenando adequadamente esforços e definindo atividades e projetos de cooperação internacional prestada por instituições brasileiras.

Não devemos visar a estabelecer ambiciosos programas de ajuda externa, à semelhança dos que praticam os países industrializados. Nosso País não possui os meios para tanto. Realista e desejável é, sim, compartilhar com nossos irmãos da América Latina, do Caribe, da África, do Oriente Próximo e da Ásia, as experiências bem sucedidas e os avanços que os brasileiros obtiveram em setores como a pesquisa agrícola, a formação técnica profissional, o desenvolvimento de fontes renováveis de energia, o combate às moléstias tropicais – sem excluir as tecnologias de ponta, onde existir capacidade de absorção. Assim poderemos dar uma contribuição que seja eficaz para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico dos países amigos, além de compatível com os recursos de que dispomos.

Senhores diplomatas,

O Itamaraty tem estado ativamente presente no diálogo crescente do Estado com a sociedade civil, debatendo temas de política externa com a Constituinte, a imprensa, a universidade, as diversas entidades representativas e associações de classe.

Não queria deixar passar esta oportunidade de agradecer a colaboração dedicada e patriótica que tenho recebido desta casa, a lealdade e o empenho com que têm sido executadas as linhas de ação por mim definidas. Os quadros funcionais do Itamaraty constituem um exemplo de qualidade, profissionalismo e estabilidade.

Por todas essas razões é que hoje tive a grande satisfação de assinar decreto que dá nova organização à estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

Dá-se, assim, sequência ao processo de modernização do Itamaraty, iniciado em julho do ano passado, quando determinei fossem realizados estudos e tomadas diversas medidas para a reorganização do serviço exterior, no contexto geral da reforma administrativa.

Normalizaram-se os quadros da carreira de diplomata, que conquistou regras precisas e

claras, calcadas nos melhores princípios de equidade, privilegiando a igualdade de oportunidades e o mérito profissional. Redistribuíram-se e descentralizaram-se os serviços. Para essa tarefa muito contribuiu o Ministro Abreu Sodré, que com dedicação e espírito público vem servindo o Itamaraty, trazendo para esta Casa a sua larga experiência de administrador político.

A carreira de diplomata retomou a moldura de regras sólidas, que contribuíram para lhe granjear reputação universal, já agora com a incorporação de institutos modernos e concebidos em consonância com os desafios profissionais gerados pela crescente e necessária presença do Brasil na comunidade das nações.

Jovens diplomatas,

Após passarem por concurso de seleção dos mais exigentes, mais dois anos de árduos estudos, iniciam hoje as senhoras e senhores uma carreira de serviços ao Brasil. Este é, pois, um dia de natural orgulho. Felicito-os pela distinção e faço votos para que tenham, ao longo de suas vidas profissionais, o mais merecido êxito.

Ser diplomata é ter no sangue a terra. Sentir, pensando no País, e, onde estiver, fazer chegar um pedaço de todos nós: da Pátria, da História, da cultura.

A tradição desta Casa, a excelente formação profissional com que o Instituto Rio Branco prepara os seus diplomatas, asseguram ao Brasil a continuidade de homens que, pelo conhecimento e pela responsabilidade, estão aptos para a saga da inteligência que é a diplomacia moderna.

discurso do ministro de estado

Discurso pronunciado pelo Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da solenidade comemorativa do Dia do Diplomata, em 13 de maio de 1987.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney;

Excelentíssimo Senhor Doutor Aluizio Alves Filho, Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos da Administração;

Excelentíssimo Senhor Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Secretário Geral das Relações Exteriores;

Excelentíssima Senhora Ministra Thereza Maria Machado Quintella, Diretora do Instituto Rio-Branco;

Senhores Embaixadores;

Senhores Diplomatas;

Meus jovens Formandos;

Minhas Senhoras e meus Senhores.

O Itamaraty novamente se orgulha de receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, na comemoração do Dia do Diplomata.

Como todos os anos, o Chefe da Nação vem presidir a solenidade em que mais uma turma de Diplomatas se incorpora aos quadros desta instituição, sob a evocação da memória e do legado de nosso patrono.

Pela terceira vez, aqui comparece Vossa Excelência com essa finalidade, o que muito sensibiliza a Casa de Rio-Branco. Para mim, pessoalmente, é uma grande alegria, Senhor Presidente, voltar a saudá-lo nesta ocasião, em meu próprio nome e no de todos os que integram a carreira diplomática.

Faço-o também com grande satisfação por estar acompanhado neste momento por dois de meus antecessores, o Senador Affonso Arinos de Mello Franco e o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, homens ilustres que engrandecem o Itamaraty, conduzindo com lucidez e criatividade a diplomacia brasileira. Interpreto sua vinda hoje a esta Casa como um gesto de especial significado, que certifica e homenageia a tradição de continuidade da nossa política externa.

Senhor Presidente,

Sua grata e insigne presença é mais uma prova da atenção que Vossa Excelência dispensa ao Itamaraty, honrando-nos sempre com seu apoio e incentivo.

Hoje, à diferença das cerimônias anteriores, e conforme uma praxe tradicional que houve por bem resgatar na passagem da data magna da diplomacia brasileira, Vossa Excelência nos concederá ainda o privilégio de um pronunciamento, para nós testemunho altamente expressivo da importância que a política externa vem merecendo em sua ação de Governo.

Estabelece a mesma tradição, que além do Primeiro Mandatário, façam uso da palavra o paraninfo dos formandos e um representante da turma. A solenidade traduz, assim, o ambiente de participação restaurado no Brasil democrático que Vossa Excelência preside.

Aos novos Diplomatas, estendo minha calorosa acolhida, felicitando a todos e a cada um pelo êxito nos estudos que concluíram. Estou certo de que, a par do contentamento e da emoção que experimentam nesta hora, juntamente com seus pais, familiares e amigos, ressalta a noção dos desafios e responsabilidades que a carreira lhes reserva.

O Itamaraty se mantém sempre em sintonia com seu tempo. Embora a experiência e a tradição constituam valores inerentes ao nosso trabalho, não deixamos de executá-lo também sob o signo permanente da modernidade e da renovação. Como afirmei um ano atrás, na mesma comemoração do Dia do Diplomata, cumpre a esta Casa ajustar a preciosa herança de Rio-Branco a um país que se transforma a cada momento e a uma conjuntura internacional também em constante mudança.

É significativo, pois, que a celebração de hoje encontre já o Itamaraty na plena vigência das medidas de reestruturação de pessoal e de racionalização administrativa adotadas a partir do ano passado. Fruto de intensas e abrangentes consultas e reflexões internas, além das contribuições decisivas de Vossa Excelência,

Senhor Presidente, e do Congresso Nacional, essa reforma veio abrir uma nova etapa na vida funcional do Ministério das Relações Exteriores.

Desejo realçar, a esse propósito, a importância do Decreto que Vossa Excelência acaba de firmar nesta cerimônia, dispondo sobre a nova organização básica do Ministério das Relações Exteriores, além da Portaria – que também tive o prazer de assinar na mesma oportunidade – alterando o regimento interno do Itamaraty.

A diplomacia brasileira jamais perde a sua marca de notórias tradições e históricos feitos. Mas, da mesma forma, é uma diplomacia moderna, versátil, imaginativa, infensa a imobilismos e visões rígidas. Como nos versos de Fernando Pessoa, uma diplomacia que se sente “nascida a cada momento para a eterna novidade do mundo”.

Não por encontrar-me na chefia desta Casa, desempenhando funções de diplomata, deixo de ser político. O diplomata e o político, como salientei na cerimônia do ano passado, têm muito em comum. Desde que assumi o honroso cargo que Vossa Excelência me confiou, Senhor Presidente, percebo com nitidez as coincidências e as afinidades entre minha vocação original de político e as aptidões exigidas no exercício da diplomacia, atividade à qual me entreguei com o mesmo espírito de missão que orientou toda minha vida pública.

Não desejo fazer aqui – nem seria esta ocasião para tal – um inventário das ações que o Itamaraty vem empreendendo nestes últimos quinze meses, em cumprimento às diretrizes de política externa fixadas por Vossa Excelência. Permito-me, no entanto, fazer duas breves observações, que julgo importantes. A primeira, a de que Vossa Excelência, Senhor Presidente, conforme tive oportunidade de dizer numa recente palestra, é o protagonista central da política externa, não apenas pelo fato de ser seu formulador insubstituível, em virtude de prerrogativa constitucional, mas também pela sua participação direta, pelo seu empenho permanente no próprio cotidiano da

atividade diplomática. Vossa Excelência, de fato, tem revelado dedicação constante, apego pessoal e – permita-me dizê-lo com sinceridade – verdadeiro amor ao trabalho desta Casa. Político como Vossa Excelência, e agora também envolvido, com entusiasmo, na prática diária das relações internacionais, posso bem compreender esses pendores tão autênticos que a vivência das questões de política externa veio acrescentar à sua figura de estadista.

Em segundo lugar, a condição de Ministro que não pertence aos quadros da carreira me deixa inteiramente à vontade para elogiar a nossa diplomacia, credora do respeito e da admiração de toda a Nação e – com prazer dou meu isento testemunho – respeito e admiração de todas as numerosas Chancelarias com as quais tenho tido contacto. O Itamaraty, na verdade, acumula um tesouro histórico de realizações e seu notável acervo de profissionais, sua experiência, seus talentos, têm servido magnificamente ao País. Alegro-me profundamente que minha gestão tenha contribuído para que se fortalecesse o espírito de coesão desta Casa, essencial para o êxito de uma atividade que se revela sempre mais complexa e desafiante. Nessa tarefa, mais do que os êxitos recentes, alenta-me a certeza de que não faltarão à execução da política externa brasileira o apoio e o devotamento de todos os que, no Brasil e no exterior, vêm participando ativamente do nobre, apaixonante e cada vez mais intenso trabalho que compete à diplomacia brasileira, em função dos crescentes interesses e responsabilidades do País no cenário internacional.

Senhor Presidente,

O Brasil, como tem dito Vossa Excelência, é maior do que todos os seus problemas. É precisamente dessa perspectiva que a diplomacia brasileira encara, confiante, seus desafios.

Para vencê-los, não poderíamos ter encontrado estímulo e motivação mais oportunos do que na mensagem dirigida por Vossa Excelência ao Poder Legislativo, no dia primeiro de março, quando interpretou fielmente o senti-

mento do povo brasileiro nesta hora de profundas transformações: “Não nos deixaremos abater pela adversidade, nem seremos vencidos pelo derrotismo. Temos consciência de nossos compromissos e de nossa destinação histórica. Temos todos a exata dimensão de nossa grandeza”. Da mesma convicção e do mesmo ânimo, Senhor Presidente, o Itamaraty está imbuído. Se na obra de nosso patrono, Rio-Branco, marcada pela paciência e tenacidade, buscamos sempre um exemplo e uma fonte de inspiração para nossos passos e atitudes, hoje a palavra firme e determinada de nosso Presidente tem para nós valioso significado.

É por isso que, unidos e solidários, desejamos ouvi-lo. De nossa lealdade, de nossa vocação de serviço à Pátria, Vossa Excelência pode esperar e exigir o melhor.

discurso da paraninfa

Discurso proferido pela Conselheira Heloisa Vilhena de Araújo, paraninfa dos formandos da turma de 1986 do Instituto Rio-Branco

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Excelentíssimo Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores,

Excelentíssima Senhora Diretora do Instituto Rio-Branco,

Meus alunos,

Senhoras e Senhores,

Em momento de alegria, em que recebemos nesta Casa 43 novos jovens diplomatas, muito nos honra, Senhor Presidente, a presença de Vossa Excelência – particularmente em ocasião em que a cerimônia de formatura do Instituto Rio-Branco volta, após muitos anos de interrupção, a seu ordenamento tradicional.

Ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Roberto de Abreu Sodré, e ao Senhor Secretário Geral das Relações Exteriores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, devemos a retomada dessa tradição: refiro-me, em especial, à escolha do patrono e do paraninfo e ao discurso do orador da turma de formandos.

Por ter tido a alegria de encontrar-me na posição de paraninfo da turma de formandos do Instituto Rio-Branco de 1986, vi-me levada a refletir sobre o sentido do paraninfo – o que me levou, em seguida, a pensar sobre a figura do patrono.

Assim, gostaria de falar brevemente sobre os significados dos nomes das figuras tutelares da presente cerimônia: **paraninfo e patrono**. Uma reflexão sobre estes termos parece-me esclarecer aspectos importantes do acontecimento que nos congrega.

Como se sabe, **paraninfo**, do grego, é aquele que está perto (**para**) da ninfa (**nymphé**), que acompanha a ninfa. Por sua vez, **ninfa** significa **noiva**, isto é, a jovem, quase criança ainda, que se encontra no limiar da vida adulta – na Grécia clássica, no limiar da vida de mulher casada, com responsabilidades nas atividades produtivas da comunidade, da **polis**. Daí o nome de **ninfa** para designar, em entomologia, a fase intermediária do desenvolvimento do inseto, entre a **pupa**, a larva, e a **imago**, o estado adulto.

Ainda a respeito das ninfas, agora no registro mitológico, o hino homérico a Afrodite diz que elas “não se alinham nem entre os mortais nem entre os imortais”.

Estas poucas indicações deixam ver que, no estado de ninfa, não parece haver uma definição clara no que se refere à identidade: quem está neste estado é criança/adulto, mortal/imortal. As amarras da infância já foram abandonadas e o porto do estado adulto, ainda não atingido. Este é, assim, um estado da ambigüidade, no limiar de todas as possibilidades de desenvolvimento, no limiar de todos os caminhos. A par de ser um estado de liberda-

de extrema, é também um estado de fluidez alarmante, de perigo, destinado a ser continuamente trabalhado, transformado em movimento ritmado que assegure, ao mesmo tempo, a permanência e a renovação da vida individual e na comunidade. Para a ninfa da mitologia grega, este ritmo é aquele da natureza e do tempo: as ninfas morrem quando morrem as árvores que habitam, transformando-se e revivendo com a vegetação – entram, assim, na cadência renovadora das estações do ano, do verão e do inverno, da mocidade e da velhice, da vida e da morte.

Assim é que a ninfa morre e não morre: ela vai e volta como as estações do ano. Como a vegetação, ela vive, de certo modo, eternamente, ultrapassando sem cessar, ano após ano, a morte e o tempo. Vive na mudança, na renovação.

O paraninfo, nessas circunstâncias é aquele que se põe ao lado da ninfa, que se coloca, assim, no momento de passagem de um estado para outro. Nesta posição, acompanha as transformações dessa liberdade individual, na sua incessante renovação – na sua passagem para novas manifestações numa comunidade adulta, produtiva e criadora.

Nessa travessia estão concentrados, portanto, de maneira fugidia e sutil, todas as possibilidades do mundo – do mundo que está morrendo e do mundo que está nascendo. Concentram-se aí todo o espaço e todo o tempo – espaço e tempo do passado, da vida infantil, e do futuro, da vida adulta. Ponto de resumo da vida e da morte, em que uma se transforma suavemente na outra; em que uma transparece sob a face da outra. É justamente nesse ponto e nesse momento fundamental da existência, que temos nosso encontro marcado: nós, as ninfas e a paraninfa. Por sobre a extensão do tempo e do espaço, por sobre a vida e a morte, tocamos-nos leve e profundamente. A paraninfa reencontra, com vocês, o passado e o futuro: com vocês, multiplico-me por 43, disperso-me no espaço; com vocês, retorno ao início do tempo, abrindo-se diante de mim um novo futuro – o de vocês. Vou e volto com as ninfas. Revivo.

Mas este rito de passagem, que ora cumprimos, é somente a face visível da passagem invisível, levada a cabo diariamente por nós, nos meses de estudo no Instituto Rio-Branco – caminho para a estrada na vida profissional. As aulas marcam, deste modo, os pontos de orientação, balisam o caminho a ser percorrido. Põem em jogo a existência e o passado profissional dos professores, para mapear, de certa forma, as veredas do futuro: indicações somente, pois a construção do caminho próprio é competência de cada um.

A reflexão sobre o significado do termo **paraninfo** nos deu, portanto, o sentido de nossa convivência no Instituto Rio-Branco, da cerimônia que ora transcorre e da nova fase de suas vidas que se inicia.

O **patrono**, por outro lado, é uma figuração dos **lares** romanos, dos antepassados, deuses da Casa, encarregados de velar por seus habitantes, os membros da família.

O patrono toma, assim, posição afastada no tempo – é o antepassado, o mais antigo – e no espaço – é o mais alto. É, por outro lado e paradoxalmente, aquele que está também mais próximo – a origem, o familiar.

Araújo Castro é, portanto, como patrono escolhido por vocês, o **Lar** da turma de 1986 do Instituto Rio-Branco. Resume a Casa. É o deus da Casa. Vemo-lo, assim, à distância, como um ideal a ser atingido. Vemo-lo, também, de perto, como parente, como solo familiar. O patrono surge, pois, simultaneamente como ideal, fim a ser perseguido, e como origem, sustentação, solo e começo de onde partir.

O paraninfo encontra-se, como vimos, no momento intermediário de passagem. O patrono, no início e no fim. O paraninfo oferece uma vida em andamento, concreta, em aberto. O patrono, uma vida acabada, abstraída, apreendida em suas linhas fundamentais.

A mais característica dessas linhas fundamentais na vida de Araújo Castro é, a meu ver, a linha da **coragem**: da mais difícil cora-

gem – a de olhar a verdade, de encarar a realidade em suas possibilidades e limitações. No caso específico de seu trabalho no campo das relações internacionais e da política externa brasileira, é a coragem de admitir os limites da ação diplomática, num mundo em que a mudança é a lei constante e em que não há aquisições permanentes. Estas só permanecem em transformação, por meio de esforço paciente e constantemente renovado. Araújo Castro diz: “...Temos de planejar nossa vida na comunidade das nações com audácia (...) O País cresceu e amadureceu. Está hoje em condições de enfrentar a verdade e de olhar firme a realidade” (Araújo Castro, 1982:213).

Coragem, portanto, que, se leva à modéstia por um lado, leva também, por outro, à ação e à permanente reflexão crítica, diante da recorrência de múltiplos desafios. Coragem que leva, em suma, à maturidade, como transparece, ainda mais uma vez, nestas palavras de Araújo Castro: “...Através da história, nunca deixamos de enfrentar o grande desafio da mudança. Hoje em dia estamos propensos a falar frequentemente da ‘crise’ raramente de mudança, que é natural ao homem e um dos grandes propulsores da história. Na verdade, acolhemos o desafio da mudança, pois estamos certos de que funcionará como um ‘estímulo’ à realização de nossos objetivos nacionais de progresso e desenvolvimento econômico” (Araújo Castro, 1982:291-297).

A maturidade de Araújo Castro transparece em atitudes e formulações próprias, em que estão presentes grandeza de espírito e profunda humanidade, como ao dizer: “...Agiremos sempre sem dogmas e sem idéias preconcebidas, e estamos dispostos a incorporar ao nosso esforço o esforço de outros povos e beneficiar nossa experiência de todos os que queiram trabalhar conosco. Porque o desenvolvimento brasileiro não é apenas uma experiência nacional, mas uma grande experiência humana, que se integra no esforço de toda a humanidade, de que o Brasil não deseja dissociar-se” (Araújo Castro, 1982:268).

Estas são, pois, as linhas marcantes do patrono por vocês escolhido: coragem, modéstia, pensamento crítico, maturidade, grandeza de espírito e humanidade. Estas são qualidades que, colocadas no fim, como meta, deverão orientar o caminho de vocês; são estas mesmas qualidades que, como solo familiar, original, sustentarão vocês desde o começo, desde a partida.

Com votos de felicidades, portanto, dou adeus a meus alunos e boas-vindas a meus colegas.

discurso do orador da turma

Discurso proferido pelo Secretário Cláudio Raja Gabaglia, Orador dos formandos da turma de 1986 do Instituto Rio-Branco.

O Brasil com que nós, jovens diplomatas, deparamos hoje, é bem diferente de 1964, quando aos formandos do Instituto Rio-Branco foi dado falar pela última vez. Pareceria que o Brasil reaprende agora o exercício de liberdade, imbuído de um entusiasmo vigoroso que, contudo, constitui ao mesmo tempo um tatear inspirado, como se tivéssemos a compreensão de que o valor máximo da liberdade é o esforço cotidiano de sua construção.

Uma virtude que o Instituto Rio-Branco sempre procurou manter intacta, ao longo de mais de quarenta anos, é a de refletir as grandes correntes de sociedade, e, ao mesmo tempo, testemunhar a fugacidade dos homens e dos valores sociais. E prova de sua vocação para a diversidade e para o ecumenismo são os inúmeros diplomatas estrangeiros que formou, alguns dos quais estão hoje aqui conosco.

É com justificada alegria que verificamos a realização de um trabalho concreto visando a mudanças que possam aperfeiçoar ainda mais o cunho autenticamente profissionalizante do curso, sem abdicar, porém, da flexibilidade nos métodos, da ampla participação dos alunos no encaminhamento das sugestões. Neste sentido, saudamos as muitas iniciativas que objetivam o aprimoramento do sistema de classificação vigente, contribuindo para a for-

mação espontânea de um espírito de cooperação entre os alunos, espírito este que, acreditamos, é apanágio da profissão que escolhemos.

Deste espírito cooperativo, tivemos estimulante exemplo no Estatuto dos Diplomatas, que recentemente entrou em vigor. Fruto do empenho conjugado do Ministro Roberto de Abreu Sodré, de nosso Secretário Geral, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e de tantos de nossos colegas, ele constitui para nós, jovens diplomatas, uma esperança de que não faltará objetividade na delimitação das remoções ao exterior, e de que critérios de justiça não serão esquecidos no encaminhamento das promoções. Cremos que não seríamos fiéis a nossa vocação se não nos dispuséssemos a zelar para que os princípios que inspiraram este Estatuto não sejam relegados no futuro.

E nossa vocação, Senhor Presidente, impõe-nos muitas vezes sacrifícios, aqui, no cotidiano rigoroso da Secretaria de Estado, ou no exterior, quando não raro, diante dos desafios que culturas estranhas acarretam para nós e nossas famílias, precisamos valer-nos de reservas insuspeitadas de intuição e uma boa medida de renúncia pessoal. Intensos, por formação profissional, ao comodismo e ao privilégio, vimos dando nossa contribuição ao esforço de recuperação econômica do Brasil. É para nós confortador verificar o empenho de Vossa Excelência na dignificação do funcionário público, em todos os seus aspectos: tanto em seu nível de profissionalização, quanto na sua realidade salarial. E já que podemos contar com sua compreensão, evidenciada na meritória Reforma Administrativa proposta por Vossa Excelência, escusamo-nos por recordar a sabedoria do Padre Antonio Vieira, que tantas vezes foi motivo de reflexão e de crescimento espiritual para Vossa Excelência: "Se a causa fora nossa e eu viera a rogar só por nosso remédio, pedira favor e misericórdia. Mas como a causa, Senhor, é mais Vossa que nossa, e como venho a requerer por parte de Vossa honra e glória, e pelo crédito de Vosso nome, razão é que peça só razão, justo é que peça só justiça".

Senhor Presidente, já disse alguém, com propriedade e elegância, que a diplomacia é a arte de pescar tranquilamente num mar revolto. É penoso para nós, que apenas iniciamos nossa carreira, admitir que esta imagem, no que ela traduz possibilidades de construção inerentes à diplomacia, talvez não valha mais. Hoje, é vacilante a crença no mérito intrínseco das instituições e dos mecanismos internacionais votados ao entendimento entre os povos e à promoção do desenvolvimento. Todavia, alguns organismos – notadamente as Nações Unidas – transcendem de muito o melancólico espetáculo de sua própria insuficiência, e constituem o supremo testemunho de que determinados valores devem permanecer de pé. Se, como querem alguns, com uma ponta de ironia, é função permanente da diplomacia a de conferir realismo à moralidade, então somos obrigados a reconhecer que os diplomatas nada têm a fazer em um mundo sem valores.

E por valores não entendemos, certamente, o recurso abusivo a ideologias destinadas a justificar práticas hegemônicas. Temos a impressão de que a retórica ideológica cada vez menos se preocupa em sequer aparentar os princípios estéreis que lhe servem de fachada. Talvez a razão disto esteja em que, se os valores autênticos cedem terreno universalmente à lógica da força, até mesmo a racionalização vazia deixa de ter maior importância.

E é intuitivo que o diplomata, até ou sobretudo quando defende os interesses concretos de seu país, necessita de valores. Em um mundo em que imperam os interesses particulares, soluções imediatistas são tidas como grandes vitórias; e não poderia ser de outro modo, visto que não há espaço para transformações estruturais, até porque não há valores substantivos que as possam inspirar. Sempre que valores e virtudes deixaram de ser abstrações, o homem aprimorou sua civilização: e para isto existe a diplomacia, para emprestar significado e utilidade ao que muitos prefeririam manter como abstrações. Para isto existimos. E no entanto, estamos cientes de que nossas possibilidades de construir estão limitadas. Há muito a remendar no barco do mundo antes que possamos começar a pescar.

Um grande pescador foi o patrono de nossa turma, Araújo Castro. Por uma destas ironias afortunadas que não raro marcam no espírito dos homens a estranheza diante do destino, foi Araújo Castro o paraninfo da turma de 1964. Ao reconhecer sua permanência, não o fazemos apenas porque ele renovou o pensamento desta casa, ou porque haja contribuído para formar alguns de nossos melhores quadros, ou ainda porque houvesse antecipado a dissipação de tantas esperanças. Por desapiedada que fosse a visão que o animava, ela jamais deixou de ser profundamente construtiva, ela jamais prescindiu de uma fé sincera nas possibilidades do homem.

É esta confiança, a de que ainda há lugar para a criatividade, que hoje nos sustenta. Na realidade, é no esforço isolado de determinadas nações, ou de grupos restritos de nações, que identificamos a razão de ser da própria diplomacia. Que dizer, por exemplo, das significativas mudanças experimentadas pelo Brasil no relacionamento com alguns de seus vizinhos? Seria simplismo de nossa parte pensar que houve, de fato, valores que inspiraram este perceptível progresso? Falar em democracia, com a convicção de que a democracia, por sua própria natureza, desarma, que a democracia suscita a descoberta dos interesses comuns, facilita o sepultamento das rivalidades, e promove a amizade e a concórdia?

Talvez a paz e a democracia estejam ainda mais próximas do que possamos imaginar. A paz, sem democracia, é o silêncio dos cemitérios. A paz, com a democracia, é a construção permanente até quando existem divergências.

Esta construção, cabe a nós intentá-la, agora, na comparativa modéstia de nossas tarefas, e mais tarde, se porventura tivermos a oportunidade de transformar algo no mundo. Pois parte do prazer da pesca está na perseverança, e muito de seu mérito está em confiar.

Felizes fomos nós, que pudemos nos inspirar no exemplo das pessoas que agora homenageamos. Os funcionários do Instituto Rio-Branco. Nosso Diretor durante os dois anos do curso, Embaixador Lauro Escorel, exemplo de retidão e de dignidade pessoal. Nossa Paraninfa, a Conselheira Heloisa Vilhena de Araújo, que nos mostrou o quanto o elevado sentido de profissionalismo pode ser perfumado por uma tão grande humanidade. Um profissionalismo que nunca abdicou da eficiência, nem transigiu com os princípios; uma humanidade que se filtra, luminosa, para além da natural modéstia que a caracteriza. O Ministro José Francisco Rezek, a elevada cultura a serviço da generosidade e do idealismo. O Conselheiro Ricardo Drummond, prova viva de o quanto a competência, temperada pela dedicação exemplar, é capaz de contagiar os que começam. Não é pouco o que devemos a estas pessoas. Elas nos mostraram virtudes e valores.

E a Vossa Excelência, Presidente José Sarney, que nos honrou com sua atenção, restanos pedir-lhe que ao cabo deste seu dia, naquela hora solitária em que o homem público se rende à vocação maior do homem de letras, não deixe de registrar, em seus apontamentos ou em suas reflexões, este fato pouco importante, mas não de todo desprezível: o de que foi exorcizado o fantasma das vinte turmas do Instituto Rio-Branco que se formaram em silêncio.

conferência internacional sobre o uso indevido e tráfico de drogas

Discurso proferido pelo Ministro da Justiça, Senhor Paulo Brossard de Souza Pinto, Chefe da Delegação Brasileira à Conferência Internacional sobre o Uso Indevido e Tráfico de Drogas, em Viena, em 23 de junho de 1987.

Senhor Presidente,

Desejo, antes de tudo, em nome do Governo brasileiro, congratulá-lo bem como os demais membros da Mesa, por sua eleição. Estou seguro de que sob a experiente e equilibrada condução de Vossa Excelência nossos trabalhos chegarão a bom termo.

Desejo também utilizar esta oportunidade para felicitar a Secretária Geral desta Conferência, Senhora Tamar Oppenheimer, e seus colaboradores, pela cuidadosa organização do evento e preparação da documentação.

Senhor Presidente,

O Brasil considera-se um país afetado pelo crescimento do uso indevido e do tráfico ilícito de drogas tanto dentro de nossas fronteiras quanto em nível internacional. Diversos aspectos do problema se fazem sentir em nosso país. Em primeiro lugar, somos um país onde, embora em níveis menos alarmantes do que em outras áreas, o **consumo** de drogas ilícitas vem aumentando nos últimos anos; em segundo, nosso território serve como **rota de trânsito** para a droga traficada de regiões produtoras para os grandes centros consumidores mundiais; em terceiro, existem no Brasil **cultivos ilícitos**, embora de proporções ainda limitadas e voltados sobretudo para o mercado interno, mas que podem eventualmente ampliar-se devido ao deslocamento de produtores de países vizinhos. Essa **nova** condição de país afetado de maneira triplíce nos tem levado a empreender uma reflexão cuidadosa

sobre o problema das drogas, suas causas imediatas e profundas e a maneira mais adequada de combatê-lo.

Dessa forma, o princípio básico a orientar nossas ações tem sido o de que o problema tem de ser focado em toda a sua flexibilidade, e combatido por meio de atividades concertadas e harmônicas em três vertentes fundamentais: a prevenção do uso indevido, a repressão ao tráfico, e a recuperação de viciados. Temos igualmente nos pautado pela premissa de que toda medida que vise a reduzir o uso indevido de drogas deve, para que seja eficaz, levar na devida consideração o contexto sócio-econômico e cultural da região afetada, bem como, na medida do possível, as causas que estariam motivando tal fenômeno. Não se pode, por exemplo, pretender almejar bons resultados de uma ação exclusivamente repressiva, que ignore o contexto sócio-econômico da região afetada. O mesmo se aplica a programas preventivos de redução da demanda.

Senhor Presidente,

O Governo do Presidente José Sarney atribui alta prioridade e sentido ético ao combate ao abuso de drogas e ao tráfico de entorpecentes e substâncias psicotrópicas. Dentro de minhas responsabilidades como Ministro de Estado da Justiça, vejo a questão do combate às drogas inserida dentro de amplo contexto, no qual estão contempladas outras políticas, de caráter também prioritário, tais como, por exemplo, as de combate à violência, de prote-

ção dos direitos humanos e de assistência à infância desvalida. Existe um limite para a eficácia das ações coercitivas ou persuasivas; esse limite, no caso das drogas, é justamente uma função do conhecimento – ou da ignorância – das realidades sócio-econômicas e culturais, bem como das causas fundamentais do fenômeno.

Esse último ponto – as causas fundamentais do fenômeno das drogas – começa, muito oportunamente, a merecer atenção de parte da comunidade internacional. Consideramos genuinamente encorajador o fato de o último relatório de um dos mais respeitados e isentos organismos das Nações Unidas – o Órgão Internacional de Controle de Entorpecentes – bem como o projeto de Plano Abrangente Multidisciplinar elaborado sob a competente coordenação da Senhora Tamar Oppenheimer reconhecer que ainda muito pouco se sabe sobre as complexas causas fundamentais desse mal. Como essas iniciativas parecem indicar, a busca das causas não é algo que se deve menoscar ou ignorar sob a alegação de que levaria a um infundável debate em nível abstrato, cujo resultado prático seria o atraso das iniciativas ora em andamento; ao contrário, talvez o próprio temor de se olhar de frente essas mesmas causas tenha sido um fator muito importante no crescimento do abuso de drogas nos últimos anos. Afinal, todo o arcabouço jurídico, bem como os mecanismos institucionais de que dispomos – e que estamos procurando aperfeiçoar – claramente não foram suficientes para impedir a ampliação do abuso em escala mundial.

Senhor Presidente,

A grande participação dos Estados nesta Conferência nos confirma que a questão das drogas, além de universal, não poderia constituir tema mais atual. Este conclave sem dúvida representa a expressão política mais marcante da louvável resposta internacional ao crescimento do uso indevido e do tráfico ilícito de drogas. É, a nosso ver, necessário aproveitar esse momento de notável convergência de propósito da comunidade internacional no que diz respeito a este tema para dar impulsos

decisivos a duas das principais iniciativas que ora se desenvolvem no âmbito das Nações Unidas nesta área: a negociação de uma Convenção contra o Tráfico Ilícito; e a elaboração do Plano Abrangente Multidisciplinar, que será objeto de consideração por este foro.

Convém sublinhar, nesse contexto, nossa convicção de que, para o pleno alcance dos objetivos finais dessas nobres iniciativas, os documentos em negociação devem, em primeiro lugar, refletir o enfoque equilibrado que se vem firmando como a maneira correta de tratar dessas questões tanto interna quanto internacionalmente. Em segundo, devem ser redigidos com o devido cuidado para que não se impute a um Estado ou grupo de Estados a totalidade da responsabilidade pelo problema das drogas, reconhecendo o princípio da responsabilidade compartilhada entre os diversos Estados, em uma questão que se caracteriza antes de tudo pela universalidade.

Essas premissas constituem o fulcro de um dos mais importantes documentos aprovados nos últimos anos sobre esse tema e que contou com o consenso de todos os países-membros da Organização dos Estados Americanos: o Programa de Ação adotado pela Conferência Especializada Interamericana sobre o Tráfico de Drogas, que se celebrou no Rio de Janeiro, em abril de 1986, a qual tive a honra de presidir.

Senhor Presidente,

Quero registrar a satisfação com que o Governo brasileiro acolhe o início da cooperação com o Fundo das Nações Unidas para o Controle do Abuso da Droga (UNFDAC), formalizada em fevereiro último nesta cidade, por meio de Memorandum de Entendimento. A colaboração do UNFDAC permitirá ao órgão competente do Governo brasileiro nesta área, o Conselho Federal de Entorpecentes, executar diversos projetos e dar seguimento ao sério e decidido esforço que tem empreendido na luta contra o uso indevido e o tráfico de drogas. O Conselho Federal de Entorpecentes continuará agindo movido pelas premissas básicas de equilíbrio e harmonia em suas

ações, bem como de respeito às condições sócio-econômicas e culturais das regiões afetadas, e contará doravante não somente com o apoio do UNFDAC mas também com os recursos proporcionados pelo confisco dos próprios bens apreendidos de traficantes, por força de legislação específica aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Senhor Presidente da República em dezembro de 1986. Essa lei, tenho a satisfação de sublinhar, permite a aplicação imediata em meu país de um dos objetivos sugeridos pelo projeto de Plano Abrangente e Multidisciplinar a ser examinado por esta Conferência.

Senhor Presidente,

Hoje, mais do que nunca, está claro que ne-

nhuma nação é imune ao abuso de drogas e que, a despeito das reiteradas iniciativas nacionais e internacionais, o problema vem crescendo e adquirindo contornos mais alarmantes ano após ano. Temos, entretanto, a certeza de que, se seguirmos os princípios de equilíbrio entre as diferentes formas de combate às drogas, da responsabilidade compartilhada entre os Estados; da consideração dos contextos sócio-econômicos e culturais dos povos afetados; e sobretudo se mostrarmos à nossa juventude que estamos obtendo êxito em nossa tarefa maior de construirmos um mundo melhor e mais justo, nossos esforços serão coroados de sucesso.

60º aniversário da federação nacional de cafeicultores da colômbia

Palestra proferida pelo Ministro Roberto de Abreu Sodré dia 26 de junho em Medellín, na Colômbia, por ocasião do Simpósio Internacional Comemorativo do 60º Aniversário da Federação Nacional de Cafeicultores da Colômbia.

Foi com satisfação e entusiasmo que aceitei o amável convite da Federação Nacional dos Cafeicultores da Colômbia para participar do "Simpósio Internacional de Medellín", que marca a celebração dos sessenta anos da entidade.

Desejo, em primeiro lugar, estender minhas sinceras homenagens a esta modelar organização que, pela constância e seriedade de seu trabalho, tem desempenhado papel dos mais relevantes na vida econômica colombiana e mantido um frutífero relacionamento com suas congêneres dos países produtores, entre os quais o Brasil.

A EDECAFE é uma jovem de 60 anos, pois constitui exemplo raro de instituição que se renova permanentemente e se mantém dinâmica ao saber acompanhar, com notável maestria, a evolução tanto da economia cafeeira interna quanto do mercado internacional.

Lá do Brasil, onde tivemos um arcabouço institucional cafeeiro fundado na primazia do Estado, olhamos com admiração – e, por que não confessar, com uma certa inveja sadia – a trajetória da Federação, nascida nesta cidade como iniciativa dos próprios produtores, desejosos de se defender em conjunto das vicissitudes a que estavam submetidos no comércio mundial do grão. Pessoa jurídica de direito privado, de então aos dias de hoje, a Federação permanece fiel ao pensamento de seus fundadores, numa rara simbiose com o Governo.

Permitam-me, como testemunho dessa admiração que vem de longa data, assinalar brevemente alguns aspectos que reputo expressivos nesta imensa e exitosa construção histórica:

- o sentido democrático de uma estrutura que tem por base os Comitês Municipais e que se vai estreitando, sem perda de representatividade, através dos Comitês Departamentais e do Comitê Nacional, para culminar no Congresso Nacional de Cafeicultores, celebrado a cada dois anos;

- a eficiente integração dos interesses do Governo e da classe produtora no Comitê Nacional;

- a extraordinária maturidade que permitiu à Federação contar com apenas três Gerentes Gerais nos últimos 50 anos – sendo eles personalidades da estatura de um Manuel Mejía e de um Arturo Gómez, para não fazer um elogio a meu amigo Jorge Cárdenas, aqui presente, que tão brilhantemente segue a tradição de seus predecessores;

- e, finalmente, a amplitude dessa organização, que vai do Fundo Nacional do Café ao Banco Cafetero, da Frota Gran Colombiana às companhias de armazéns, de seguros, de poupança e de inversão agrícola, terminando por identificar-se com grandes segmentos da economia do país.

Ao relacionar essas facetas mais marcantes da Federação, devo dizer que, no Brasil, estamos aprendendo com nossos irmãos colombianos. O sopro renovador da Nova República chegou ao café – e estamos cuidando de reformar o IBC para torná-lo mais eficiente, mais leve do ponto de vista administrativo, mais preparado para acolher os sentimentos e os ensinamentos emanados do setor privado. No contexto desse movimento rejuvenescedor, estamos criando um Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, calcado em parte no Fundo Nacional do Café; estamos reestruturando a Fundação do Café para transferir ao setor empresarial as funções de assistência técnica e pesquisa agrônômica, antes conduzidas pelo IBC; e, acima de tudo, estabelecemos o Conselho Nacional de Política Cafeeira, onde traçaremos juntos, Governo e iniciativa privada, os rumos futuros da cafeicultura nacional.

Permito-me, por outro lado, destacar a presença neste evento de renomadas personalidades que vieram enriquecer, com seus abalizados conhecimentos dos problemas econômicos, o debate sobre os múltiplos aspectos da produção e comercialização do café. Refiro-me, inicialmente, a Sua Excelência o Senhor Virgílio Barco, que nos deu a honra de abrir este seminário, e, também aos eminentes conferencistas cuja participação empresta inegável brilho a este encontro.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Feliz por reencontrar-me neste país amigo encaro como um privilégio poder falar aqui sobre tema ao qual estou pessoalmente ligado e cuja relevância tenho bem presente em minha condição de cafeicultor. Também como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, tenho dedicado profunda atenção e grande parte do meu tempo às questões relativas à economia internacional, em geral, e aos produtos de base, como o café, em particular.

O Brasil sempre participou ativamente dos esforços empreendidos pelas nações produtoras de bens primários em prol da estabilidade no mercado internacional. O café, em especial, dada sua importância como fonte de divisas,

representa um capítulo de grande relevo na luta dos países produtores pela valorização de suas exportações agrícolas.

Entre os produtos de base, talvez seja aquele que mais se caracteriza pela nítida dicotomia entre, de um lado, produtores em desenvolvimento e, de outro, consumidores industrializados. Assim, como a segunda matéria prima mais importante nas trocas mundiais, superado apenas pelo petróleo, o café está no centro da clivagem Norte-Sul.

Sua importância para o mundo em desenvolvimento não vem unicamente do fato de que as exportações globais do produto representam mais de 10 bilhões de dólares anuais, correspondendo a parcela muito significativa do poder de compra externo desse segmento da economia mundial.

Notável também é a circunstância de que produzem café mais de cinquenta nações em todos os Continentes, muitas das quais dependentes do produto para levar adiante seus projetos de emancipação política e de bem-estar social. Se em algumas nações, por exemplo, o café constitui hoje virtualmente a única fonte de divisas, para muitos países da África e da América Latina, dentre os quais o próprio Brasil, o produto continua a ser um de seus principais sustentáculos econômicos, como fonte de renda e emprego no campo, como gerador das receitas cambiais que vão alimentar a importação e permitir que o país esteja em condições de honrar seus compromissos financeiros internacionais.

Ao discorrer sobre a importância do café no desenvolvimento econômico e social dos países produtores, desejo, nesta oportunidade, dar meu testemunho pessoal sobre a experiência brasileira, por si só já suficientemente rica e complexa, destacando o papel determinante que o café desempenhou em nosso progresso.

Ao longo dos 50 a 60 anos em que se deu a gigantesca expansão da lavoura do café no Brasil – isto é, de 1870-80 a 1930 – o complexo cafeeiro manteve-se como o gran-

de elemento propulsor do desenvolvimento econômico e social, seja direta seja indiretamente.

Entre os efeitos diretos e imediatos, valeria desde logo lembrar o rápido deslocamento da fronteira agrícola, com o desbravamento e incorporação de grandes espaços de terras virgens à agricultura nacional. As crescentes distâncias entre as zonas de produção e os pontos de embarque do produto exigiram, por outro lado, a implantação de importante rede de ferrovias, que contribuiu grandemente para integrar o território e facilitar a movimentação de homens e mercadorias. Na sua faceta mais óbvia, qual seja sua participação no comércio exterior brasileiro, o café foi a grande fonte de divisas com que contou o Brasil para atender às suas necessidades de importação.

Mas é impossível compreender toda a dimensão da cafeicultura na história econômica e social do Brasil sem aludir à questão da mão-de-obra, das condições de trabalho e da própria mobilidade dessa mão-de-obra nas terras progressivamente ocupadas pela lavoura. Organizada inicialmente sobre bases escravistas, a cultura do café viu-se confrontada com crescente escassez de mão-de-obra servil – em razão da proibição do tráfico de escravos a partir de 1850 – e tornou-se o primeiro setor de peso da agricultura brasileira a converter-se gradualmente ao emprego do trabalho assalariado. Os mais progressistas dentre os representantes da lavoura cafeeira não tardariam a perceber as desvantagens de se preservar uma sociedade escravocrata ao lado de um sistema de trabalho livre e converteram-se em aliados da campanha abolicionista que culminou com a proscrição da escravatura no Brasil em 1888. A expansão da lavoura, por outro lado, não poderia prescindir de mão-de-obra e não foi outra a razão que levou o país a praticar desde o último quartel do século dezenove até o início dos anos trinta generosa política de imigrantes, permitindo que alguns milhões de braços, sobretudo da Europa mediterrânea, imigrassem ao território brasileiro.

Ao introduzir em grande escala o trabalho agrícola assalariado, o café criou na agricultura

brasileira a figura até então rarefeita do “trabalhador-consumidor”. Em razão das próprias modalidades de remuneração, o “colono do café” sentiu-se estimulado a participar da expansão da zona pioneira – pois cresciam seus rendimentos na formação de novos cafezais – bem como a dedicar-se a outros cultivos (arroz, feijão e milho) no espaço intercalar entre os pés de café, com bons resultados, e em áreas vazias.

É sabido que o trabalhador não se demorava na fazenda, na condição de colono, preferindo, tão logo acumulado algum pecúlio, seja lançar-se na atividade agrícola de pequena propriedade, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da policultura, seja, mais comumente, deslocar-se para a cidade, onde participou de forma decisiva, particularmente em São Paulo, para a formação da classe média urbana.

Convém ter em mente que embora o imigrante tenha desempenhado papel de relevo nesse processo, também nele se inseriu o trabalhador brasileiro, seja na tarefa de desmata, seja em vários outros trabalhos da lavoura. Na verdade o conjunto dos assalariados que passou a depender diretamente do café incluía ferroviários, ensacadores, portuários, empregados de casa de comércio e dos bancos, que desde o início ajudaram a compor a massa de pequenos consumidores aos quais se destinou a produção das primeiras indústrias leves de transformação brasileira.

A crise de 29 e seu impacto no café trouxeram transformações estruturais na economia brasileira, constituindo o início dos anos trinta o período em que novo impulso foi dado à industrialização, tendência que se acentuou mais tarde quando a eclosão da Segunda Guerra Mundial veio a perturbar as correntes de comércio. Mas ainda assim o café continuou a desempenhar papel fundamental, tanto na formação do Produto Interno Bruto quanto na pauta exportadora brasileira. Sem dúvida, uma das principais contribuições do café para o desenvolvimento da economia brasileira foi o fato de ter sido responsável pela geração de excedentes de capital para a industrialização do país.

Nestes últimos trinta anos as vicissitudes do mercado internacional e a evolução da economia brasileira deram à cafeicultura uma nova configuração. Alterou-se profundamente a estrutura agrária em que está assentada essa lavoura no Brasil, hoje distribuída por algo em torno de 320 mil proprietários. Esse número de cafeicultores deu ao café um sentido altamente social, de uma exploração familiar, pois a média de cultivadores da rubiácea é hoje uma área de 13 hectares. Na verdade 70% das propriedades tem até 10 hectares, predominando uma estrutura produtiva apoiada na mão-de-obra familiar. De significativa importância na evolução da economia cafeeira foi, portanto, a passagem da grande propriedade produtora à pequena propriedade, com o que se ampliou, em larga medida, a participação de camadas da população no esforço produtivo da agricultura.

No plano externo, reduziu-se, é claro, a participação do café na receita de exportação, não porém como decorrência de qualquer processo debilitador da cafeicultura, mas como resultado da maior diversidade de produtos que compõem nossa pauta exportadora. Sua vitalidade, ainda assim, expressa-se no fato de responder por mais de 10% do total das exportações brasileiras e de constituir-se no seu item singular de maior valor.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Brasil prepara-se para colher este ano uma das maiores safras de café dos últimos anos, o que diz bem do vigor que anima a cafeicultura nacional e da importância que lhe atribuímos no processo de desenvolvimento do país. Empenhamo-nos a cada dia para que se ampliem, se diversifiquem e se consolidem as bases da economia brasileira, de modo a assegurar a todos melhores e mais justas condições de vida. O café teve papel pioneiro na ampliação do espaço econômico brasileiro e preserva hoje funções de relevo nas vertentes interna e externa de nossa economia. O Brasil deseja continuar a crescer nos múltiplos e variados setores em que se desdobra a atividade econômica e comercial, sem que isso implique qualquer perda de substância ou de vitalidade do café e de sua expressão no comércio mundial.

Ressalta, nesse contexto, o interesse permanente do Brasil em trocar experiências e promover a unidade de ação com os demais países produtores a respeito da economia cafeeira. A necessidade de criarmos condições para estabilizar os preços internacionais do produto é um objetivo que nos aproxima e incentiva nossa maior cooperação e entendimento. Somos nações que, em meio a uma conjuntura internacional adversa, não podemos prescindir das receitas originárias das exportações do café. As disparidades que marcam a economia mundial nos dias de hoje acentuaram ainda mais esse imperativo, sobretudo em vista de estarem os países produtores, entre os quais o Brasil, seriamente afetados por problemas de endividamento externo.

Seria ilusório, portanto, acreditar que, pelo fato de o Brasil ter diversificado sua economia de exportação, o café tenha reduzido sua importância como fator gerador de riqueza.

As reivindicações dos países produtores por um ordenamento estável do mercado cafeeiro e pela remuneração adequada de suas exportações devem, nesse sentido, encaminhar-se para um diálogo construtivo com as nações consumidoras.

A necessidade desse diálogo desde cedo despertou a consciência dos países diretamente interessados no comércio internacional do grão, fato que contribuiu para a negociação, em 1962, do primeiro Acordo Internacional do Café. O Brasil e a Colômbia, ao lado de outros países produtores, trabalharam, então, ombro a ombro, sem esmorecimento, para convencer nossos parceiros produtores e consumidores da conveniência de um instrumento capaz de sustentar e estabilizar as cotações em épocas de excesso de oferta. O Acordo internacional do Café constituiu, na verdade, um modelo próximo à meta perseguida pelos países em desenvolvimento para sensibilizar as nações industrializadas em relação às dificuldades próprias dos mercados de produtos de base.

Ao longo desses últimos 25 anos, colhendo muitos êxitos e algumas frustrações, conti-

nuamos a trabalhar unidos em prol da OIC – que, para nosso orgulho, é tão eficazmente dirigida pelo brasileiro Alexandre Beltrão. Mesmo agora, quando a instituição atravessa mais um momento delicado em sua existência, não tem faltado ao Brasil e à Colômbia, e a outros países-membros, a noção de que é ela o foro privilegiado para o trato das questões cafeeiras em nível mundial. Mas também não nos tem faltado a lúcida compreensão de que o futuro da Organização estará ameaçado na hipótese de a unidade de países produtores vier a ser desfeita.

O Brasil continua a hipotecar apoio à OIC e, fiel à sua tradição diplomática, marcada pela busca do entendimento, não se eximirá de dialogar com as nações exportadoras e importadoras com vistas à solução equânime das dificuldades com que ora nos confrontamos. Só não se pode pedir que um país com mais de 4 bilhões de pés de café plantados em 350 mil propriedades rurais, que começa a colher uma safra de cerca de 35 milhões de sacas, empenhado em alcançar crescentes superávits comerciais a fim de saldar seu compromisso externos, concorde em reduzir permanentemente sua parcela do mercado em fun-

ção de dados estatísticos que não retratam adequadamente sua realidade cafeeira.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A conjugação de esforços entre as nações produtoras e exportadoras de bens agrícolas faz parte de um luta maior em prol do crescimento econômico e do bem-estar social, objetivos vitais para a estabilidade política dos países em desenvolvimento. Para tanto, o caminho da cooperação Sul-Sul impõe-se naturalmente. O Brasil e a Colômbia têm-se empenhado firmemente nesse sentido, dando exemplo de uma cooperação de fundamental importância na defesa dos interesses da cafeeicultura.

Alegra-me que essa vontade de cooperação e diálogo seja reafirmada expressivamente neste momento em que comemoramos o aniversário da exemplar Federação Nacional dos Cafeicultores da Colômbia. Ao renovar, em nome do Governo brasileiro, as cordiais felicitações pela passagem desta significativa data, quero, por fim, expressar minha confiança ilimitada nos benefícios de nossa atuação conjunta e solidária no plano econômico internacional.

Brasil condecora o embaixador da Noruega

Discurso pronunciado pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Doutor Roberto de Abreu Sodré, por ocasião da Cerimônia de Imposição de Insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul a Sua Excelência o Senhor Per C. Proitz, Embaixador da Noruega.

Senhor Embaixador,

A homenagem que prestamos hoje a Vossa Excelência se reveste de expressivo significado sentimental. Durante os anos que lhe coube desempenhar, por diversas vezes, funções diplomáticas no Brasil, Vossa Excelência soube, como poucos, consolidar os firmes laços de simpatia e amizade que, desde a infância, mantivera com o povo e a terra brasileira.

Aos oito anos Vossa Excelência iniciava aqui sua vida escolar. Voltaria mais três vezes ao Brasil, primeiro como Vice-Cônsul na Legação norueguesa no Rio de Janeiro, posteriormente como Primeiro-Secretário, e finalmente como Chefe da Missão em Brasília. Foram, ao todo, 19 anos em que se aprofundaram as raízes plantadas no Brasil.

Cumprida essa extensa trajetória, Vossa Excelência hoje personifica, de forma singular, as estreitas relações que meu país mantém com o Reino da Noruega.

Sua ligação com o Brasil, Senhor Embaixador, me anima a citar Ibsen, o grande dramaturgo norueguês, que ao regressar à Escandinávia após 27 anos de vida na Itália e na Alemanha, escrevia a um amigo: "aqui, perto dos fiordes

é a minha terra natal, mas... onde é a minha pátria? " É claro que Vossa Excelência, digno representante diplomático de seu país, sempre esteve imune a esse tipo de dúvida, mas suponho que alguma vez lhe ocorrerá indagação semelhante à de Ibsen, tão antigos e profundos seus vínculos com o Brasil e tão vivas as lembranças que certamente levará dos amigos que aqui deixa.

Senhor Embaixador,

A vivência no Brasil o tornou grande conhecedor da alma e da realidade brasileiras. Foi, portanto, com grande alegria que acolhemos a decisão de seu Governo de designá-lo, em 1981, Embaixador do Reino da Noruega no Brasil.

A missão de Vossa Excelência foi coroada de êxito. Estou seguro de que as qualidades que o distinguem e os especiais vínculos que de longa data mantém conosco impulsionaram sua atuação de tal maneira que as relações entre o Brasil e a Noruega se caracterizam hoje por um novo dinamismo. Para tanto, o concurso e empenho de Vossa Excelência foram decisivos.

Nestes últimos anos, a Comissão Mista Brasil-Noruega, foro de alto nível para o incentivo da cooperação econômica, industrial e técnica, reuniu-se em diversas oportunidades, com resultados concretos e auspiciosos para ambos os países. Com satisfação, constatamos que os investimentos noruegueses começam a desempenhar um papel de crescente relevo no processo do nosso desenvolvi-

mento. Almejamos que estas inversões sejam cada vez mais expressivas, assim como os níveis de nosso comércio bilateral. Novas áreas de complementaridade foram identificadas principalmente nos setores de energia, navegação e piscicultura.

Orgulhamo-nos hoje da participação da BRASPETRO em projetos noruegueses de prospecção de petróleo no Mar do Norte. Essas e outras realizações conjuntas nos dão a convicção de que prosseguiremos nosso diálogo criativo, construído sobre sólidas bases de cooperação e amizade.

Senhor Embaixador,

A partida de Vossa Excelência nos traz fortes sentimentos de nostalgia. Mas nos alegra saber que teremos doravante na Noruega este grande amigo do Brasil, cuja experiência será sempre para nós de grande valia.

Ademais de sua bem sucedida missão, quero aqui exaltar a amabilidade e a simpatia de Vossa Excelência, que conquistaram a todos quantos tiveram o privilégio de conhecê-lo. Foi-nos também muito grata a convivência com a Senhora Proitz, que deixa saudades no Brasil pela sua nobre, inteligente e suave personalidade.

Como testemunho do reconhecimento do Governo brasileiro pelo valioso trabalho de Vossa Excelência, Senhor Embaixador, em prol do fortalecimento das relações de amizade e cooperação entre o Brasil e a Noruega, o Senhor Presidente da República, José Sarney, houve por bem condecorá-lo com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. É para mim uma grande honra e particular satisfação impor-lhe, neste momento, as insígnias de tão justa e merecida condecoração.

designação de embaixadores brasileiros

José Guilherme Alves Merquior, para Embaixador no **México**, em 1º de abril de 1987.

Sérgio Paulo Rouanet, para Embaixador na **Dinamarca**, em 6 de abril de 1987.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Germán Rodríguez Fonnegra, da **Colômbia**;
John Peter Bell, do **Canadá**;
Chitmansing Jesseramasing, **Maurício**, em 5 de maio de 1987.

Brasil e Espanha assinam convênios de cooperação técnica

Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para realização de estudo de revitalização da cidade de João Pessoa, Paraíba.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino da Espanha,
(doravante denominados Partes),

Louvando-se no espírito de amizade e cooperação expressa no Acordo Cultural realizado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, firmado em Madri a 25 de junho de 1960;

Conscientes de que as realizações entre seus povos devem encontrar caminhos de atualização e desenvolvimento que estejam de acordo com as necessidades e as possibilidades de um maior intercâmbio cultural;

Considerando que a Parte espanhola, através do Departamento de Cooperação Cultural, do Instituto de Cooperação Ibero-Americano (ICI), vem promovendo nos últimos anos um programa de revitalização nos Centros Históricos da Ibero-América, com a intenção de proceder à recuperação das raízes culturais comuns;

Convencidos de que o estudo conjunto dessas raízes comuns constitui uma via importante de informação, entendimento e conhecimento recíproco, assim como uma contribuição considerável ao resgate e à valorização do patrimônio edificado e urbanizado ibero-americano de importância e características reconhecidas;

Tendo em mente que o Governo da República Federativa do Brasil está especialmente interessado na conservação e manutenção de seu patrimônio artístico-histórico e de suas raízes, em especial no Estado da Paraíba, e que as características da cidade de João Pessoa acham-se submetidas a um perigoso processo de substituição e de deterioração;

Resolvem cooperar na realização conjunta do Estudo para Revitalização da Cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, e

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

A Parte brasileira designa como executora do presente Convênio o Ministério da Cultura, através da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (doravante denominado "SPHAN"), e a Parte espanhola designa, com a mesma finalidade, o Departamento de Cooperação Cultural do Instituto de Cooperação Ibero-Americana (doravante denominado "ICI").

ARTIGO II

1. As Partes Contratantes criarão uma Equipe de Trabalho responsável pela elaboração do estudo para Revitalização da Cidade de João Pessoa (doravante denominado "Estudo"), no Estado da Paraíba.

2. O Estudo deverá ser realizado num prazo de seis meses.

ARTIGO III

1. A Equipe de Trabalho será composta por um Arquiteto-Diretor espanhol; um Arquiteto-Diretor brasileiro; dois Arquitetos bolsistas brasileiros; um Arquiteto urbanista brasileiro; um Engenheiro especialista em meio ambiente (estudo de áreas ecológicas); uma equipe sócio-econômica brasileira (estudo sócio-econômico); um Historiador; um Assessor legal especializado em legislação brasileira; dois Desenhistas; uma Secretária, um Fotógrafo (estúdio fotográfico) e um Tradutor.

2. Os membros da Equipe de Trabalho apresentarão as seguintes características profissionais:

- a) Arquitetos-Diretores: Arquitetos especializados em temas de reabilitação urbana, serão responsáveis pela metodologia, alcance, conteúdo e realização do trabalho, e deverão coordenar, programar e supervisionar os restantes membros da equipe;
- b) Arquitetos bolsistas especialistas, das últimas turmas de formandos, com demonstrado interesse por temas de reabilitação e restauração. Deverão realizar os trabalhos indicados pelos arquitetos diretores (entrevistas, levantamentos, planos etc);

- c) Sociólogos e Economistas especialistas, com experiência em trabalhos de Sociologia e Economia urbana e regional. Deverão realizar os estudos sócio-econômicos da população, de acordo com os seus critérios e com os dos Arquitetos-Diretores;
- d) Engenheiros especialistas em meio ambiente, versados em temas de conservação da natureza.

ARTIGO IV

Caberá à Parte brasileira:

- a) Indicar o Arquiteto-Diretor brasileiro que será responsável pelo Estudo com o Arquiteto-Diretor espanhol;
- b) Indicar o Engenheiro especialista em meio ambiente que deverá realizar o estudo das áreas ecológicas, de acordo com o programa estabelecido pelos Diretores da equipe;
- c) Fornecer Assessoria Legal especializada em legislação brasileira;
- d) Indicar dois Desenhistas, que trabalharão em regime de tempo integral durante o período de duração do Estudo;
- e) Indicar uma Secretária, que trabalhará em regime de tempo integral durante o período de duração do Estudo;
- f) Indicar o Tradutor, que trabalhará em regime de tempo integral durante o período de duração do Estudo;
- g) Indicar um Historiador;
- h) Indicar um Arquiteto-Urbanista;
- i) Fornecer o escritório instalado e equipado para a realização do trabalho durante o período de realização do Estudo.

ARTIGO V

1. Caberá à Parte espanhola:

- a) Cobrir todos os gastos do Arquiteto-Diretor espanhol;
- b) Fornecer bolsas de estudo a dois Arquitetos a serem designados pelo Governo do Estado da Paraíba e pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba, com a aprovação do ICI, no valor de 50 mil pesetas mensais, em regime de tempo integral, durante seis meses; essas bolsas deverão cobrir os gastos de permanência e manutenção, sendo da livre disponibilidade dos dois bolsistas;
- c) Oferecer 300 mil pesetas para estudo sócio-econômico que vier a ser proposto pelos Arquitetos-Diretores, e que será realizado pelo Sociólogo e pelo Economista da equipe;

d) Oferecer 300 mil pesetas para o estúdio fotográfico, de acordo com os critérios do Arquiteto-Diretor espanhol;

e) Oferecer 200 mil pesetas para gastos com material especializado em desenho, de acordo com os critérios do Arquiteto-Diretor espanhol.

2. As dotações mencionadas no parágrafo 1, acima, corresponderão ao equivalente em cruzados.

ARTIGO VI

As contribuições espanholas serão remetidas à Embaixada da Espanha no Brasil para a adequada alocação e utilização pelo Arquiteto-Diretor espanhol, com o conhecimento de Sua Excelência o Senhor Embaixador da Espanha.

ARTIGO VII

A Parte brasileira concederá todas as possíveis facilidades, tais como isenções fiscais, alfandegárias, etc., à entrada no território brasileiro da equipe do trabalho destinada à realização conjunta do Estudo.

ARTIGO VIII

Ao término dos seis meses previstos para a realização do Estudo, os resultados do trabalho serão publicados, determinando-se de comum acordo as suas características e o seu financiamento.

ARTIGO IX

A propriedade do trabalho realizado corresponderá, por igual, a SPHAN e ao ICI, não podendo ser utilizado para fins diversos daqueles de sua aplicação direta na cidade por uma das Partes, individualmente, sem o conhecimento expresso da outra, tal como em conferências, reportagens, exposições, etc.

ARTIGO X

O presente Convênio poderá ser modificado ou ampliado em suas características gerais ou particulares, de comum acordo entre as Partes, por via diplomática.

ARTIGO XI

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura podendo ser denunciado, mediante notificação, com uma antecedência de um mês.

Feito em Brasília, aos 09 dias do mês de abril de 1987, em dois originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo do Reino da Espanha,

Ad referendum:

Francisco Fernandez Ordoñez

Ajuste complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a realização de programa de especialização em engenharia de irrigação.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino da Espanha,

Animados do desejo de ampliar a cooperação técnica, com base no Artigo I do Convênio Básico de Cooperação Técnica, assinado em Brasília, em 1 de abril de 1971;

Reconhecendo a importância da cooperação na área de irrigação, e

Considerando a implantação, pelo Governo da República Federativa do Brasil, do Programa Nacional de Irrigação (doravante denominado "PRONI"),

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Realizar um programa de especialização de técnicos em engenharia de irrigação, destinado a profissionais brasileiros de nível superior (doravante denominado "o Programa").

O Programa pretende especializar no Brasil 480 técnicos, em quatro Cursos a cada ano, celebrados simultaneamente em Universidades em diversos pontos do Brasil.

ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil designa como entidade responsável pela execução do presente Ajuste Complementar o Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação; e o Governo do Reino da Espanha designa, com a mesma finalidade, o Ministério de Assuntos Exteriores, por meio do Instituto de Cooperação Ibero-Americana (doravante denominado "ICI") da Secretaria de Estado da Cooperação Internacional e para a Ibero-América (SECIPI), e o Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação, por meio do Instituto Nacional de Reforma e Desenvolvimento Agrário (doravante denominado "IRYDA").

ARTIGO III

O gerenciamento dos cursos será exercido por dois diretores, um designado pela Parte brasileira, e outro pela Parte espanhola.

A Parte espanhola colocará à disposição do Programa um quadro docente de profissionais e técnicos em número suficiente para o desenvolvimento de suas atividades. Os especialistas espanhóis serão selecionados entre os mais destacados no campo de irrigação. A seleção será comunicada à Parte brasileira com 20 dias de antecedência em relação às datas de início dos Cursos.

O Governo brasileiro, a fim de complementar as atividades docentes, selecionará, nos departamentos especializados das Universidades ou dos organismos técnicos de irrigação, professores e especialistas em número adequado às necessidades do Programa.

ARTIGO IV

Os técnicos brasileiros que alcançarem notas de destaque no sistema de avaliação de cada curso visitarão algumas das realizações na área de irrigação, desenvolvidas na Espanha.

ARTIGO V

Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. Colocar à disposição do Programa:

- a) um diretor;
- b) um coordenador técnico;
- c) dois coordenadores de estudos em cada sede;
- d) professores titulares para lecionarem matérias específicas;
- e) um professor associado para cada área didática em que lecionarem professores espanhóis;
- f) laboratórios e locais para se ministrarem aulas teóricas e práticas, e
- g) meios de transporte e material didático.

2. Proporcionar ao pessoal espanhol:

- a) uma remuneração semanal em cruzados aos professores dos cursos e,
- b) assistência médica, farmacêutica e hospitalar durante sua estada no Brasil.

3. Proporcionar ao pessoal brasileiro:

- a) salários e remunerações mensais aos professores;
- b) bolsas para os alunos, de acordo com as normas vigentes;
- c) diárias e deslocamento interno aos professores;
- d) deslocamento interno dos alunos nas viagens de prática;
- e) remuneração mensal aos coordenadores dos cursos;
- f) deslocamento interno dos diretores, coordenadores e professores;
- g) passagens aéreas de ida e volta, entre o Brasil e a Espanha, para os alunos selecionados a que se refere o Artigo IV acima.

ARTIGO VI

Ao Governo do Reino da Espanha caberá:

1. Colocar à disposição do Programa:

- a) um diretor adjunto;
- b) um coordenador técnico;
- c) dois professores para cada área didática que se leciona;
- d) material didático e informativo e documentação;

2. Proporcionar ao pessoal espanhol:

- a) os honorários que percebem na Espanha;

- b) passagens aéreas de ida e volta, entre o Brasil e a Espanha;
 - c) passagens aéreas internas no Brasil, e
 - d) diárias.
3. Proporcionar ao pessoal brasileiro:
- a) diárias em pesetas aos técnicos que visitarem as regiões irrigadas espanholas;
 - b) deslocamento interno aos técnicos a que se refere o item (a) acima, assim como assistência médica, farmacêutica e hospitalar durante sua estada na Espanha.

ARTIGO VII

As obrigações financeiras da Parte brasileira, decorrentes do Artigo V acima serão cobertas pelo orçamento do PRONI e de organismos e instituições com que haja convênio a respeito, sem recurso a crédito orçamentários suplementares.

ARTIGO VIII

As obrigações financeiras da Parte espanhola, decorrente do Artigo VI acima, serão cobertas da seguinte maneira:

1. A cargo do orçamento do ICI as partidas correspondentes ao Artigo VI, alínea 2, itens (b), (c) e (d) e alíneas 3, item (a).
2. A cargo do orçamento do IRYDA, as partidas correspondentes ao Artigo VI, alínea 1, item (d) e alínea 3, item (b).
3. A cargo do orçamento dos organismos e entidades a que pertencem os professores, as despesas decorrentes do Artigo VI, alínea 2, item (a).
4. Todos os gastos especificados nas alíneas 1, 2 e 3 acima serão atendidos com recursos dos orçamentos ordinários das instituições espanholas envolvidas, sem recorrer a créditos extraordinários ou suplementares.

ARTIGO IX

Anualmente serão estabelecidos, de comum acordo entre as Partes, os programas de atividades e os compromissos orçamentários deles decorrentes.

O programa de atividades e o orçamento para 1987 constituem os Anexos I e II ao presente Ajuste Complementar.

ARTIGO X

O presente Ajuste Complementar se aplicará provisoriamente a partir de sua assinatura, entrando em vigor quando a Parte espanhola notificar sobre o cumprimento dos seus requisitos internos à Parte brasileira, e terá vigência de quatro anos, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as Partes.

Feito em Brasília, aos 09 dias do mês de abril de 1987, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo do Reino da Espanha,
Ad referendum:

Francisco Fernandez Ordoñez

Brasil e Alemanha assinam protocolos sobre cooperação financeira

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República Democrática Alemã.

Desejosos de fortalecer a cooperação entre ambos os países no campo da ciência e da tecnologia, com base nos princípios do respeito à soberania e da não-ingeração nos assuntos internos,

Considerando o mútuo benefício que o desenvolvimento das relações científicas e tecnológicas poderá trazer para ambos os países,

Convém no seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes promoverão o desenvolvimento da cooperação científico-tecnológica entre os dois países com base no interesse e benefício mútuos, igualdade e reciprocidade, em setores a serem estabelecidos por via diplomática.

ARTIGO II

A cooperação científico-tecnológica a que se refere o presente Acordo será desenvolvida, especialmente, através de:

- a) intercâmbio de delegações de cientistas e representantes de organizações industriais e comerciais interessadas nessa cooperação;
- b) intercâmbio de informações e documentação científica e tecnológica;
- c) organização de seminários, simpósios e conferências;
- d) investigação conjunta de questões científicas e técnicas com vistas à utilização prática ulterior dos resultados obtidos;
- e) intercâmbio de resultados de pesquisa e experiências, inclusive de licenças e patentes, entre institutos, universidades, companhias e outros organismos;
- f) outras formas de cooperação científica e tecnológica a serem acordadas pelas Partes Contratantes.

ARTIGO III

As Partes Contratantes poderão concluir Ajustes Complementares ao presente Acordo, com base nos quais se desenvolverá a cooperação entre os organismos, instituições e companhias competentes de ambos os países.

Cada Ajuste Complementar estabelecerá as condições em que se realizará a cooperação, determinará os limites de responsabilidade de cada um dos organismos, instituições e companhias interessados no projeto específico, bem como fixará o número de cientistas e especialistas necessários para a execução dos projetos indicados.

Os citados Ajustes Complementares serão negociados por via diplomática e aprovados por troca de notas.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes convêm na criação, no âmbito da Comissão Mista Brasil-República Democrática Alemã, de uma Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnológica, que terá a incumbência de tratar dos assuntos relacionados com a execução do presente Acordo, especialmente pelo exame e elaboração dos programas destinados à consecução de seus objetivos, pela avaliação periódica dos resultados da cooperação científica e tecnológica, e pela formulação de recomendações para ambos os Governos.

ARTIGO V

A menos que o Ajuste Complementar disponha de forma inversa, cada organismo, instituição ou companhia arcará com as despesas decorrentes de sua participação nas atividades de cooperação previstas no presente Acordo, de conformidade com as leis vigentes em cada país.

ARTIGO VI

Cada Parte Contratante informará a outra, por via diplomática, dos organismos que, por seu lado, terão o encargo da execução do presente Acordo, e o programa de atividades decorrentes.

Os referidos organismos deverão submeter à Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnológica os resultados dos seus trabalhos e suas propostas para o desenvolvimento ulterior da cooperação. A Subcomissão deverá submeter à Comissão Mista os mencionados resultados e propostas.

Nos intervalos entre as reuniões da Comissão Mista e da Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnológica, os contactos entre os organismos executivos, no quadro do presente Acordo, serão assegurados por via diplomática.

ARTIGO VII

Os cientistas e especialistas enviados por uma das Partes à outra, para os fins de que trata o Artigo II do presente Acordo, submeter-se-ão às disposições da legislação nacional do país receptor e não poderão dedicar-se a qualquer atividade alheia a suas funções sem a autorização prévia de ambas as Partes.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes tomarão todas as medidas cabíveis para o cumprimento do disposto no presente Acordo, e, para

tanto, proporcionarão as facilidades necessárias, de conformidade com as leis vigentes em cada país.

ARTIGO IX

Cada Parte Contratante informará a outra, por nota, do cumprimento dos requisitos legais internos necessários à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da segunda notificação.

O presente Acordo terá a vigência de cinco anos e será renovado automaticamente, por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes notifique a outra de sua decisão de denunciá-lo. Neste caso, a denúncia surtirá efeito noventa dias após a data do recebimento da notificação.

O término do presente Acordo não afetará o cumprimento de Ajustes Complementares em vigor, que serão implementados até sua conclusão, a menos que ambas as Partes decidam de forma diversa.

Feito na cidade de Brasília, aos 22 dias do mês de novembro de 1984, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e alemã, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Ramiro Saraiva Guerreiro

Pelo Governo da República Democrática Alemã

Wilhelm Bastian

PROTOCOLO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha,

Dentro do espírito das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha;

No desejo de consolidar e intensificar tais relações amistosas, através de uma Cooperação Financeira igualitária;

Conscientes de que a manutenção destas relações constitui a base do presente Protocolo;

No intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na República Federativa do Brasil;

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República Federativa do Brasil ou a outros mutuários a serem escolhidos conjuntamente por ambos os Governos, contratar um empréstimo até o montante total de DM 19.200.000 (dezenove milhões duzentos mil marcos alemães) para o projeto "Banco do Desenvolvimento BNDES IX/PROMICRO" (PN 85.6576.4).

ARTIGO II

A utilização do empréstimo, mencionado no Artigo I, bem como as condições da sua concessão, serão estabelecidas pelo contrato a ser concluído entre o mutuário e o "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Frankfurt/Main, contrato esse que estará sujeito às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha.

O Governo da República Federativa do Brasil, desde que não seja ele próprio o mutuário, garantirá, ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Frankfurt/Main, todos os pagamentos em marcos alemães a efetuar em cumprimento dos compromissos dos mutuários, decorrentes do contrato a ser concluído de acordo com o parágrafo I deste Artigo.

ARTIGO III

O "Kreditanstalt für Wiederaufbau" estará isento de todos os impostos e demais gravames fiscais a que possa estar sujeito na República Federativa do Brasil com relação à conclusão e execução do contrato referido no Artigo II.

ARTIGO IV

No que diz respeito ao transporte de bens e pessoas e após entendimentos com os órgãos brasileiros e alemães competentes,

- a) no caso de transporte aéreo, uma Parte Contratante não excluirá nem dificultará a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com serviços de linha regular da outra Parte Contratante, e concederá as autorizações necessárias para a realização dos referidos transportes,
- b) no caso de transporte marítimo, serão aplicados os dispositivos do Acordo sobre Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em 4 de abril de 1979, bem como os do respectivo Protocolo Adicional da mesma data.

ARTIGO V

Para os fornecimentos e serviços, relativos a projetos financeiros pelo empréstimo, deverão ser abertas concorrências públicas internacionais, salvo quando estiver disposto diversamente no respectivo contrato.

ARTIGO VI

O Governo da República Federal da Alemanha atribui especial importância a que, nos fornecimentos e serviços resultantes da concessão do empréstimo, sejam, de preferência, utilizadas as possibilidades econômicas do "Land" de Berlim.

ARTIGO VII

Com exceção das disposições do Artigo IV, relativas ao transporte aéreo, o presente Protocolo aplicar-se-á também ao "Land" de Berlim, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República Federativa do Brasil uma declaração em contrário, dentro de três meses após a entrada em vigor do presente Protocolo.

ARTIGO VIII

O presente Protocolo entrará em vigor na data da assinatura.

Feito em Brasília, aos 11 dias do mês de maio de 1987, em dois originais, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República Federativa da Alemanha
Walter Gorenflös

PROTOCOLO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha,

No espírito das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha;

No desejo de consolidar e intensificar tais relações amistosas, através de uma Cooperação Financeira igualitária;

Conscientes de que a manutenção destas relações constitui a base do presente Protocolo;

No intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na República Federativa do Brasil;

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República Federativa do Brasil ou a outros mutuários a serem escolhidos conjuntamente por ambos os Governos, contratar um empréstimo até o montante total de DM 10.000.000 (dez milhões de marcos alemães) junto ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau" (Instituto de Crédito para a Reconstrução), Frankfurt/Main, para o projeto "Saneamento Básico no Espírito Santo" (PN 85.6542.1).

ARTIGO II

A utilização do empréstimo, mencionado no Artigo I, bem como as condições da sua concessão, serão estabelecidas pelo contrato a ser concluído entre os mutuários e o "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Frankfurt/Main, contrato esse que estará sujeito às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha.

O Governo da República Federativa do Brasil, desde que não seja ele próprio o mutuário, garantirá, ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Frankfurt/Main, todos os pagamentos em marcos alemães a efetuar em cumprimento dos compromissos dos mutuários, decorrentes do contrato a ser concluído de acordo com o parágrafo I deste Artigo.

ARTIGO III

O "Kreditanstalt für Wiederaufbau" Frankfurt/Main, estará isento de todos os impostos e demais gravames fiscais a

que possa estar sujeito na República Federativa do Brasil com relação à conclusão e execução do contrato referido no Artigo II.

ARTIGO IV

No que diz respeito ao transporte de bens e passageiros e após entendimentos com os órgãos brasileiros e alemães competentes,

- a) no caso de transporte aéreo, uma Parte Contratante não excluirá nem dificultará a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com serviços de linha regular da outra Parte Contratante, e concederá as autorizações necessárias para a realização dos referidos transportes;
- b) no caso de transporte marítimo, serão aplicados os dispositivos do Acordo sobre Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em 4 de abril de 1979, bem como os do respectivo Protocolo Adicional da mesma data.

ARTIGO V

Para os fornecimentos e serviços, relativos a projetos financiados pelo empréstimo, deverão ser abertas concorrências públicas internacionais, salvo quando, em caso especial, estiver disposto diversamente.

ARTIGO VI

O Governo da República Federal da Alemanha atribui especial importância a que, nos fornecimentos e serviços resultantes da concessão do empréstimo, sejam, de preferência, utilizadas as possibilidades econômicas do "Land" de Berlim.

ARTIGO VII

Com exceção das disposições do Artigo IV, relativas ao transporte aéreo, o presente Protocolo aplicar-se-á também ao "Land" de Berlim, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República Federativa do Brasil uma declaração em contrário, dentro de três meses após a entrada em vigor do presente Protocolo.

ARTIGO VIII

O Presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 11 dias do mês de maio de 1987, em dois originais, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República Federal da Alemanha

Walter Gorenflös

PROTOCOLO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha,

No espírito das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha;

No desejo de consolidar e intensificar tais relações amistosas, através de uma Cooperação Financeira igualitária,

Conscientes de que a manutenção destas relações constitui a base do presente Protocolo,

No intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na República Federativa do Brasil,

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República Federativa do Brasil ou a outros mutuários a serem escolhidos conjuntamente por ambos os Governos, contratar um empréstimo até o montante total de DM 19.500.000 (dezenove milhões, quinhentos mil marcos alemães) junto ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau" (Instituto de Crédito para a Reconstrução), Frankfurt/Main, para o projeto "Saneamento Básico no Espírito Santo" (PN 85.6542.5).

ARTIGO II

A utilização do empréstimo, mencionado no Artigo I, bem como as condições da sua concessão, serão estabelecidas pelo contrato a ser concluído entre os mutuários e o "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Frankfurt/Main, contrato este que estará sujeito às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha.

O Governo da República Federativa do Brasil, desde que não seja ele próprio o mutuário, garantirá, ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Frankfurt/Main, todos os pagamentos em marcos alemães a efetuar em cumprimento dos compromissos dos mutuários, decorrentes do contrato a ser concluído de acordo com o parágrafo I deste Artigo.

ARTIGO III

O "Kreditanstalt für Wiederaufbau" Frankfurt/Main, estará isento de todos os impostos e demais gravames fiscais a que possa estar sujeito na República Federativa do Brasil com relação à conclusão e execução do contrato referido no Artigo II.

ARTIGO IV

No que diz respeito ao transporte de bens e passageiros e após entendimentos com os órgãos brasileiros e alemães competentes,

- a) no caso de transporte aéreo, uma Parte Contratante não excluirá nem dificultará a participação, com igualdade de direitos, das empresas de trans-

porte com serviços de linha regular da outra Parte Contratante, e concederá as autorizações necessárias para a realização dos referidos transportes e;

- b) no caso de transporte marítimo, serão aplicados os dispositivos do Acordo sobre Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em 4 de abril de 1979, bem como os do respectivo Protocolo Adicional da mesma data.

ARTIGO V

Para os fornecimentos e serviços, relativos a projetos financiados pelo empréstimo, deverão ser abertas concorrências públicas internacionais, salvo quando, em caso especial, estiver disposto diversamente.

ARTIGO VI

O Governo da República Federal da Alemanha atribui especial importância a que, nos fornecimentos e serviços resultantes da concessão do empréstimo, sejam, de preferência, utilizadas as possibilidades econômicas do "Land" de Berlim.

ARTIGO VII

Com exceção das disposições do Artigo IV, relativas ao transporte aéreo, o presente Protocolo aplicar-se-á também ao "Land" de Berlim, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República Federativa do Brasil uma declaração em contrário, dentro de três meses após a entrada em vigor do presente Protocolo.

ARTIGO VIII

O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 11 dias do mês de maio de 1987, em dois originais, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República Federal da Alemanha
Walter Gorenflös

PROTOCOLO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha,

No espírito das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha,

No desejo de consolidar e intensificar tais relações amistosas, através de uma Cooperação Financeira igualitária,

Conscientes de que a manutenção destas relações constitui a base do presente Protocolo,

No intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na República Federativa do Brasil,

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República Federativa do Brasil ou a outros mutuários, a serem escolhidos conjuntamente por ambos os Governos, contratar um empréstimo até o montante total de DM 19.500.000 (dezenove milhões, quinhentos mil marcos alemães) junto ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau" (Instituto de Crédito para a Reconstrução), Frankfurt/Main, para o projeto "Abastecimento de Energia Elétrica na Região do São Francisco/Bahia Ocidental" (PN 86.6566,5).

ARTIGO II

A utilização do empréstimo, mencionado no Artigo I, bem como as condições de sua concessão, serão estabelecidas pelo contrato a ser concluído entre os mutuários e o "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Frankfurt/Main, contrato este que estará sujeito às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha.

O Governo da República Federativa do Brasil, desde que não seja ele próprio o mutuário, garantirá, ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Frankfurt/Main, todos os pagamentos em marcos alemães e efetuar em cumprimento dos compromissos dos mutuários, decorrentes do contrato a ser concluído de acordo com o parágrafo I deste Artigo.

ARTIGO III

O "Kreditanstalt für Wiederaufbau" Frankfurt/Main, estará isento de todos os impostos e demais gravames fiscais a que possa estar sujeito na República Federativa do Brasil com relação à conclusão e execução do contrato referido no Artigo II.

ARTIGO IV

No que diz respeito ao transporte de bens e passageiros e após entendimentos com os órgãos brasileiros e alemães competentes,

- a) no caso de transporte aéreo, uma Parte Contratante não excluirá nem dificultará a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com serviços de linha regular da outra Parte Contratante, e concederá as autorizações necessárias para a realização dos referidos transportes e,

- b) no caso de transporte marítimo, serão aplicados os dispositivos do Acordo sobre Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em 4 de abril de 1979, bem como os do respectivo Protocolo Adicional da mesma data.

ARTIGO V

Para os fornecimentos e serviços, relativos a projetos financiados pelo empréstimo, deverão ser abertas concorrências

públicas internacionais, salvo quando, em caso especial, estiver disposto diversamente.

ARTIGO IV

No que diz respeito ao transporte de bens e pessoas e após entendimentos com os órgãos brasileiros e alemães competentes,

- a) no caso de transporte aéreo, uma Parte Contratante não excluirá nem dificultará a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com serviços de linha regular da outra Parte Contratante, e concederá as autorizações necessárias para a realização dos referidos transportes;
- b) no caso de transporte marítimo, serão aplicados os dispositivos do Acordo sobre Transporte Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em 4 de abril de 1979, bem como os do respectivo Protocolo Adicional da mesma data.

ARTIGO V

Para os fornecimentos e serviços, relativos a projetos financeiros pelo empréstimo, deverão ser abertas concorrências públicas internacionais, salvo quando, em caso especial, estiver disposto diversamente.

ARTIGO VI

O Governo da República Federal da Alemanha atribui especial importância a que, nos fornecimentos e serviços resultantes da concessão do empréstimo, sejam, de preferência, utilizadas as possibilidades econômicas do "Land" de Berlim.

ARTIGO VII

Com exceção das disposições do Artigo IV, relativas ao transporte aéreo, o presente Protocolo aplicar-se-á também ao "Land" de Berlim, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República Federativa do Brasil uma declaração em contrário, dentro de três meses após a entrada em vigor do presente Protocolo.

ARTIGO VIII

O presente Protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 11 dias do mês de junho de 1987, em dois originais, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Paulo Tarso Flecha de Lima

Pelo Governo da República Federal da Alemanha
Walter Goenflos

PROTOCOLO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA SOBRE COOPERAÇÃO FINANCEIRA.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha,

No espírito das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha,

No desejo de consolidar e intensificar tais relações amistosas, através de uma Cooperação Financeira igualitária,

Conscientes de que a manutenção destas relações constitui a base do presente Protocolo,

No intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na República Federativa do Brasil,

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República Federativa do Brasil ou a outros mutuários a serem escolhidos conjuntamente por ambos os Governos, contratar um empréstimo até o montante total de DM 15.000.000 (quinze milhões de marcos alemães) junto ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau" (Instituto de Crédito para a Reconstrução), Frankfurt/Main, para o projeto "Saneamento Básico no Ceará" (PN 86.6509.3).

Além disso, será concedida uma contribuição de financiamento da ordem de até DM 900.000, (novecentos mil marcos alemães) para medidas de acompanhamento. Esta contribuição de financiamento será transformada em empréstimo se não for utilizada para tais fins.

ARTIGO II

A utilização do empréstimo, mencionado no Artigo I, bem como as condições da sua concessão, serão estabelecidas pelo contrato a ser concluído entre os mutuários e o "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Frankfurt/Main, contrato este que estará sujeito às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha.

O Governo da República Federativa do Brasil, desde que não seja ele próprio o mutuário, garantirá, ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Frankfurt/Main, todos os pagamentos em marcos alemães a efetuar em cumprimento dos compromissos dos mutuários, decorrentes do contrato a ser concluído de acordo com o parágrafo I deste Artigo.

ARTIGO III

O "Kreditanstalt für Wiederaufbau" Frankfurt/Main, estará isento de todos os impostos e demais gravames fiscais a que possa estar sujeito na República Federativa do Brasil com relação à conclusão e execução do contrato referido no Artigo II.

ARTIGO IV

No que diz respeito ao transporte de bens e passageiros e após entendimentos com os órgãos brasileiros e alemães competentes,

- a) no caso de transporte aéreo, uma Parte Contratante não excluirá nem dificultará a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com serviços de linha regular da outra Parte Contratante, e concederá as autorizações necessárias para a realização dos referidos transportes;
- b) no caso de transporte marítimo, serão aplicados os dispositivos do Acordo sobre Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em 4 de abril de 1979, bem como do respectivo Protocolo Adicional, da mesma data.

ARTIGO V

Para os fornecimentos e serviços, relativos a projetos financiados pelo empréstimo, deverão ser abertas concorrências públicas internacionais, salvo quando, em caso especial, estiver disposto diversamente.

ARTIGO VI

O Governo da República Federal da Alemanha atribui especial importância a que, nos fornecimentos e serviços resultantes da concessão do empréstimo, sejam, de preferência, utilizadas as possibilidades econômicas do "Land" de Berlim.

ARTIGO VII

Com exceção das disposições do Artigo IV, relativas ao transporte aéreo, o presente Protocolo aplicar-se-á também ao "Land" de Berlim, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República Federativa do Brasil uma declaração em contrário, dentro de três meses após a entrada em vigor do presente Protocolo.

ARTIGO VIII

O presente Protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 11 dias do mês de junho de 1987, em dois exemplares originais, nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Paulo Tarso Flecha de Lima

Pelo Governo da República Federal da Alemanha
Walter Gorenflos

brasil-benin protocolo aditivo de cooperação técnica

PROTOCOLO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DO BENIN

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular do Benin,
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando as potencialidades de desenvolvimento da cooperação técnica entre os dois países, e

Considerando o espírito do Acordo de Cooperação Técnica, firmado em Cotonou, em 07 de novembro de 1972,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Altas Partes Contratantes estabelecerão um Programa de Cooperação Técnica com visitas a dar continuidade sistemática, por intermédio de projetos específicos, ao intercâmbio de experiências em áreas consideradas relevantes por ambos os países.

ARTIGO II

O Programa de Cooperação Técnica mencionado no Artigo I do presente Protocolo Aditivo deverá integrar-se ao âmbito geral da política do Governo da República Popular do Benin nos campos industrial, agrícola, científico, técnico e de administração pública, e será implementado por meio de projetos específicos, para os quais as instituições competentes dos dois Governos prestarão sua estreita colaboração.

ARTIGO III

Para assegurar a execução de cada projeto, as Altas Partes Contratantes designarão, de comum acordo e por via diplomática, agentes executores específicos.

ARTIGO IV

Os agentes executores, designados na forma do Artigo III do presente Protocolo Aditivo, elaborarão Planos de Operações que definirão, de modo preciso e para cada caso, as obrigações que lhes serão atribuídas na preparação e coordenação dos projetos que os dois Governos decidirem implementar.

ARTIGO V

O presente Protocolo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois anos, ao fim dos quais será automaticamente prorrogado por igual período, a menos que uma das Altas Partes Contratantes manifeste, por via diplomática, sua decisão de não renová-lo, seis meses antes de sua expiração.

ARTIGO VI

A denúncia do presente Protocolo Aditivo não afetará a implementação dos programas e projetos em execução ainda não concluídos, salvo se ambas as Altas Partes Contratantes convierem em contrário.

Feito em Brasília, aos 26 dias do mês de maio de 1987, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e francesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República Popular do Benin
Guy Landry Hazoume

brasil e portugal assinam acordo de intercâmbio cultural

ACORDO DE INTERCÂMBIO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, ATRAVÉS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO E A BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Portuguesa,

No propósito de estreitar os laços de amizade que os une e intensificar a cooperação mútua afim de incrementar as relações culturais e compreensão tradicionalmente cultivada entre os dois países, e,

CONSIDERANDO:

- a) as implicações na transferência de informação, sua interdependência e transnacionalidade;
- b) a existência nas bibliotecas brasileiras e portuguesas, notadamente as nacionais, de acervos documentais do maior interesse para a cultura de cada um dos países e para a cultura comum de língua portuguesa;
- c) a importância da difusão e a veiculação externa de toda a matéria documental de que dispõem as Bibliotecas Nacionais do Rio de Janeiro e Lisboa, especialmente no que concerne a vultos da história pátria e a cultura de língua portuguesa;
- d) a oportunidade de enriquecimento dos respectivos acervos, nomeadamente a nível da bibliografia brasileira sobre Portugal e autores portugueses e da bibliografia portuguesa sobre o Brasil e autores brasileiros;
- e) a relevância da qualificação de recursos humanos para atendimento específico de toda área, especialmente tendo em vista a preservação da memória nacional, resolveram concluir o presente Acordo relativamente ao estabelecimento de plano regular de intercâmbio nas áreas de atuação de suas Bibliotecas Nacionais.

ARTIGO I

As Bibliotecas Nacionais Brasileira e Portuguesa se comprometem a adotar procedimentos técnicos e normas de compatibilidade nos seus respectivos processos de informatização por forma a garantir a permuta de registros bibliográficos e o futuro acesso direto às respectivas bases de dados.

ARTIGO II

Será estabelecido um plano regular do intercâmbio de microformas (microfilmes, microfichas, etc.) dos respectivos acervos, incluindo livros, periódicos, manuscritos e materiais especiais.

ARTIGO III

Na área cultural fica previsto um conjunto de exposições biblió-iconográficas relativas a fatos e personalidades brasileiras e portuguesas, prevendo-se já a organização de mostra alusiva ao quinto centenário da descoberta do Brasil.

ARTIGO IV

Serão realizadas permutas regulares de obras das bibliografias correntes brasileira e portuguesa de interesse mútuo, sendo que essa permuta, com relação ao Brasil se condiciona ao recebimento em duplicata de tais obras.

ARTIGO V

Os Países Contratantes se comprometem a intercambiar assistência técnica em conservação e restauração de livros, gravuras, estampas, fotografias, manuscritos e cartografia, podendo ampliar esse campo de ação de comum acordo.

ARTIGO VI

O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura, terá uma duração de 3 (três) anos e será prorrogado automaticamente por iguais períodos, a menos que uma das Partes manifeste por nota diplomática a sua decisão de não o renovar, com antecedência de 6 (seis) meses da data de sua expiração.

Feito no Rio de Janeiro, aos 03 dias do mês de abril de 1987, em duas vias originais, na língua portuguesa.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Joaquim Salles de Oliveira Itapary Filho

Maria Alice Guidice Barroso

Pelo Governo da República Portuguesa

Maria Tereza Pinto Basto Gouveia

Adriano de Carvalho

Manoel Vilaverde de Cabral

protocolo aditivo cooperação técnica e científica: brasil-côte d'ivoire

PROTOCOLO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA CÔTE D'IVOIRE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Côte d'Ivoire

(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando as prioridades atribuídas pelo Governo da Côte d'Ivoire ao desenvolvimento da agropecuária e à valorização e à diversificação tanto de sua produção quanto de suas exportações;

Considerando o espírito do Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado em Abidjan, em 27 de outubro de 1972;

Considerando que a vasta experiência brasileira no domínio agropecuário já é do conhecimento do Governo ivoariano,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes estabelecerão um Programa de Cooperação Técnica com vistas a dar continuidade sistemática, por intermédio de projetos específicos, ao intercâmbio de experiências em áreas consideradas relevantes para ambos os países no domínio agropecuário.

ARTIGO II

O Programa de Cooperação Técnica acima mencionado deverá integrar-se ao âmbito geral da política agrícola e pecuária do Governo da República da Côte d'Ivoire, e será implementado por meio de projetos específicos, para os quais as instituições competentes dos dois Governos prestarão sua estreita colaboração.

ARTIGO III

Para assegurar a execução de cada projeto, as Altas Partes Contratantes designarão de comum acordo executores específicos, devendo tal notificação ser cursada por via diplomática.

ARTIGO IV

Os agentes executores, designados na forma do Artigo III, assinarão acordos que definirão, de modo preciso e para cada caso, as obrigações que lhes serão atribuídas na preparação e coordenação dos projetos que os dois Governos decidirem implementar.

ARTIGO V

As Altas Partes Contratantes somarão esforços com vistas a assegurar as melhores condições de financiamento para os projetos referidos no Artigo I.

ARTIGO VI

O presente Protocolo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois anos, ao fim dos quais será automaticamente prorrogado por períodos de um ano, a menos que uma das Partes Contratantes manifeste, por via diplomática, sua decisão de não renová-lo, seis meses antes da data de sua expiração.

ARTIGO VII

A denúncia do presente Protocolo Aditivo não afetará a implementação dos programas e projetos em execução ainda não concluídos, salvo se ambas as Altas Partes Contratantes convierem em contrário.

Feito em Brasília, aos 12 dias do mês de maio de 1987, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e francesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Roberto de Abreu Sodré

Pelo Governo da República da Côte d'Ivoire

Simeon Aké

registro de assentamentos de atos multilaterais dos quais o brasil é parte ocorridos no segundo trimestre do ano de 1987.

- 1) Estatuto Orgânico da Comissão Sul-Americana para a Luta Contra Febre Aftosa e Ata do Reconhecimento da Comissão Sul-Americana para a Luta Contra Febre Aftosa – COSALFA – Na Qualidade de “Comissão Permanentemente Institucionalizada a Nível Sub-Regional”. 1985

Paraguai – RATIFICOU

- 2) Convenção de Aviação Civil Internacional (Ato da Conferência Internacional de Aviação Civil) – 1944

Ilhas Cook – ADERIU

- 3) Tratado sobre a Antártica. – 1959

Rep. Coreia – Coreia, Rep. Dem. e Grécia – ADERIRAM

- 4) Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves. 1970.

Brunei-Darussalam – ADERIU

- 5) Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos Contra a Segurança da Aviação Civil – 1971.

Brunei-Darussalam – ADERIU

- 6) Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais. – 1972

Argentina – ADERIU

- 7) Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Destruição. – 1972

Belize e Coreia, RD – ADERIRAM

- 8) Convenção Interamericana sobre Obtenção de Provas no Exterior. 1975.

Argentina – RATIFICOU

- 9) Protocolo Modificativo da Convenção Internacional para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Conhecimento de 25/08/24. Tal como Emendada pelo Protocolo de Modificação de 23/2/68. – 1979.

França – RATIFICOU

- 10) Acordo entre a Argentina, Brasil e Uruguai para a Coordenação de Designações e Uso dos Canais de Radio-difusão em frequência Modulada na Faixa de Ondas Métricas (88-108 MHz) – 1980.

Argentina – RATIFICOU

- 11) Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos "Protocolo de Cartagena das Índias". OEA – 1985.

Honduras – RATIFICOU

- 12) Convenção sobre a Organização Hidrográfica Internacional.

Papua Nova Guiné – ADERIU

**atos bilaterais do Brasil
com a Venezuela, assinados no
segundo trimestre de 1987, e que
ainda não se encontram em vigor.**

- 01 – Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes de Substâncias Psicotrópicas.

Celebrado em Brasília, a 3 de junho de 1987.

- 01 – Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20.02.1987, na área das Comunicações.

Celebrado em Brasília, a 3 de junho de 1987.

reunião de chanceleres em bariloche comunicado de imprensa

Comunicado de Imprensa divulgado em 16 de abril de 1987,
com relação à Reunião de Chanceleres em Bariloche.

Los Ministros de Relaciones Exteriores de Argentina, Brasil, Colombia, México, Panamá, Perú, Uruguay y Venezuela celebraron en San Carlos de Bariloche del 14 al 16 de abril la primera reunión del mecanismo permanente de consulta y concentración política, constituido en la reunión de Río de Janeiro, en diciembre de 1986.

I. Los ministros subrayaron que el fortalecimiento de la democracia y el desarrollo de la región exige esquemas innovadores que concentren el esfuerzo en proyectos específicos, encarados con flexibilidad, realismo y criterio práctico, para impulsar, a partir de los mismos, la red de intereses comunes que profundice y acelere el proceso de integración y cooperación reactivando el sistema institucional existente.

II. Recordaron que este foro cumple dos funciones:

- 1) efectuar consultas recíprocas.
- 2) concertar acciones conjuntas.

III. En consecuencia, los Cancilleres intercambiaron información y realizaron consultas sobre los siguientes temas.

- a. Restricciones impuestas al comercio.
- b. Las relaciones con los países industrializados.
- c. Los efectos sociales, económicos y políticos de la condicionalidad impuesta por los organismos financieros internacionales.
- d. La agenda de los Organismos Internacionales.
- e. La situación de los refugiados en centroamérica.
- f. La ampliación de los mandatos del SELA.
- g. La relevancia de la próxima reunión del Consejo Interamericano Económico y Social (CIES).

IV. Asimismo los Cancilleres acordaron concertar esfuerzos en las siguientes áreas:

1. Consenso de Cartagena.

Los Cancilleres intercambiaron experiencias e impresiones sobre el estado actual del problema de la deuda en la Región

y en particular, tomaron nota de los resultados de las recientes reuniones de los Comités Interino y de Desarrollo del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (BIRF), donde los Ministros de Economía y Finanzas latinoamericanos y de otros países en desarrollo hicieron presente sus puntos de vista sobre la evolución reciente y las perspectivas del problema del endeudamiento externo de la Región.

Al reconocer la persistencia y aun el agravamiento de algunos de los términos del problema, los Cancilleres reafirmaron la necesaria acción del Consenso de Cartagena y a través del mismo, la presencia de la Región en los foros regionales y mundiales donde se analice el tema.

En términos específicos se acordó en recomendar a todos los Gobiernos miembros del Consenso:

- a) La inmediata convocatoria de una reunión a nivel técnico del Consenso.
- b) Que al evaluar la situación actual por parte del Consenso, se preste especial atención a la posibilidad de ampliar sus competencias a temas vinculados a la deuda, el comercio y el financiamiento.
- c) Que se considere la realización de gestiones conjuntas ante terceros países o grupos de países, en particular las Comunidades Europeas.
- d) En ese sentido solicitaron al Secretario pro-tempore del Consenso, la realización de consultas con todas las partes del consenso con vistas a hacer presente los puntos de vista del Consenso sobre la Deuda, el Comercio y el Financiamiento, a la próxima Cumbre de países desarrollados que tendrá lugar en Venecia en el próximo mes de junio.

2. El desarrollo tecnológico

En vista de la creciente brecha tecnológica existente entre los países industrializados y los países en desarrollo, se convino en la promoción de una relación asociativa en algunas áreas específicas.

Por ello, los Ministros resolvieron,

- a) Promover, conjuntamente con los órganos competentes de sus gobiernos, la constitución de una Comisión ad-hoc en materia científica-tecnológica.
- b) La Cancillería Argentina tomara a su cargo la organización de la reunión de la Comisión ad-hoc a realizarse en agosto en Buenos Aires para definir el funcionamiento y los proyectos conjuntos factibles.

3. Parlamento Latinoamericano

Al manifestar su aprecio por la labor realizada y las iniciativas tomadas por el Parlamento Latinoamericano y como consecuencia de las solicitudes de sus legisladores, se decidió impulsar deliberaciones entre los poderes ejecutivos y legislativos de cada país para realizar una reunión de las Cancillerías a fin de examinar el proceso de institucionalización del Parlamento Latinoamericano.

4. Aspectos jurídicos de la integración

Se coincidió en la necesidad de coordinar y profundizar los esfuerzos para la armonización de las legislaciones nacionales, a fin de que no obstaculicen los emprendimientos conjuntos y favorezcan además la actividad integradora de los sectores públicos y privados.

Como consecuencia de esa necesidad se decidió el establecimiento de una Comisión ad-hoc, para que;

- 1) Identifique las principales áreas y realice el inventario del derecho comunitario en la región y del derecho internacional privado convencional.
- 2) Organice un estudio comparativo de la legislación nacional básica y estudie la posibilidad de adopción de legislación homogénea o de acuerdos multilaterales en materia de integración.

5. Seguridad Alimentaria

Frente a situaciones de extrema gravedad que demanden la solidaridad regional para cubrir una situación de emergencia alimentaria excepcional, los Ministros decidieron impulsar la formalización de un Tratado de Asistencia Regional para Emergencias Alimentarias (TAREA) cuyo objetivo sería el de movilizar la cooperación regional para aliviar situaciones de crisis alimentaria.

En tal sentido coincidieron en promover una reunión para tratar el tema a la que asistiran representantes de cada país a nivel técnico. Dicha reunión tendrá lugar en Brasilia el mes de julio próximo.

6. Proyecto sobre lucha contra la Pobreza Absoluta

Los Ministros expresaron su apoyo a la iniciativa del Presidente de Colombia de emprender un programa intensivo para luchar contra la pobreza absoluta en América Latina y el Caribe.

Con este propósito acordaron la asistencia de representantes de nivel ministerial a la reunión preparatoria que habrá de celebrarse en Bogotá en el mes de mayo.

Los Ministros dejaron constancia de su agradecimiento al gobierno de Argentina y, en particular, al Presidente Raúl Alfonsín por las atenciones y facilidades brindadas que hicieron posible la reunión.

Asimismo, resolvieron que la próxima reunión ministerial tendrá lugar en Brasil en agosto de 1987, no de 1987.

Há 15 anos, nesta data de 5 de junho, encerrava-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que reuniu em Estocolmo representantes de quase todos os países do mundo, no interesse de promover a cooperação internacional para a preservação da natureza.

Naquela época, verificou-se um distanciamento entre os pontos de vista dos países industrializados e dos países em desenvolvimento quanto à ação a seguir para garantir às gerações futuras a herança de um planeta livre de flagelos ambientais e intacto em sua capacidade produtiva.

Hoje, encontradas convergências de posição, os países industrializados reconhecem que a maior das poluições ambientais é a chamada "poluição da pobreza".

abreu sodré manifesta solidariedade ao governo de moçambique

Telegrama enviado dia 29 de maio, pelo Ministro Roberto de Abreu Sodré ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Senhor Pascoal Manoel Macumbi, por ocasião do ataque conduzido por comandos sul-africanos à cidade de Maputo.

"Ao tomar conhecimento do ataque conduzido por comandos sul-africanos contra a cidade de Maputo, desejo expressar a Vossa Excelência o total apoio e solidariedade do Governo e do povo brasileiro à República Popular de Moçambique, diante de um injustificável ato de violência que contraria de maneira flagrante os mais elementares princípios de convivência internacional que devem existir entre dois países vizinhos e soberanos.

Mais alta consideração,"

Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil,

Roberto de Abreu Sobré

falecimento do primeiro ministro do Líbano

Mensagens enviadas no dia 1º de junho de 1986 pelo Presidente da República e pelo Ministro das Relações Exteriores, respectivamente, ao Presidente da República Libanesa, Cheik Amine Gemayel, e ao Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Senhor Fouad Turk, por ocasião do falecimento do Primeiro-Ministro do Líbano, Rachid Karamé.

"Mes compatriotes et moi-même avons appris la triste nouvelle du décès de Son Excellence Monsieur Rachid Karamé, Premier-Ministre. Veuillez agréer, Excellence, nos condoléances et nos profonds sentiments de sympathie, qui s'adressent, pareillement, aux autorités de la République et à la famille du Premier-Ministre Rachid Karamé.

Président de la République Fédérative du Brésil

José Sarney"

"Profondement ému par le décès de Son Excellence le Premier-Ministre Rachid Karamé, je vous adresse ainsi qu'à vos compatriotes l'expression de mes condoléances attristées auxquelles s'associe le peuple brésilien.

Ministre des Relations Extérieures

Roberto de Abreu Sobré"

dia mundial do meio ambiente

Mensagem do Presidente José Sarney por ocasião do "Dia Mundial do Meio Ambiente", em 5 de junho de 1987.

Há 15 anos, nesta data de 5 de junho, encerrava-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que reuniu em Estocolmo representantes de quase todos os países do mundo, no interesse de promover a cooperação internacional para a preservação da natureza.

Naquela época, verificou-se um distanciamento entre os pontos de vista dos países industrializados e dos países em desenvolvimento quanto à ação a seguir para garantir às gerações futuras a herança de um planeta livre de flagelos ambientais e intacto em sua capacidade produtiva.

Hoje, encontradas convergências de posição, os países industrializados reconhecem que a maior das poluições ambientais é a chamada "poluição da pobreza".

A pobreza constitui uma das principais causas dos problemas ambientais que atingem nosso planeta, principalmente nos países em desenvolvimento, onde a premente necessidade de crescimento econômico pode levar ao esgotamento de recursos naturais essenciais ao futuro das novas gerações. Não por acaso, o tema escolhido pelas Nações Unidas para a comemoração, em 1987, do Dia do Meio Ambiente, é "Moradia para os Desabrigados e o Meio Ambiente". Pobreza e devastação ambiental são dois fenômenos de tal forma vinculados que se torna inócua qualquer tentativa de proteger a natureza sem atender às necessidades básicas, físicas e espirituais do Homem.

Nesse sentido, a opção preferencial do meu Governo pelas questões sociais constitui base necessária e imprescindível para uma política consistente e de efetiva proteção ao meio ambiente.

governo brasileiro doa alimentos ao suriname

Uma aeronave Boeing 707 partiu no dia 25 de maio, para Paramaribo, com carregamento de produtos alimentícios doados pelo Governo brasileiro ao povo surinamense, que se defronta atualmente com séria escassez de alimentos. A doação, embora de volume relativamente pequeno, inclui gêneros de primeira necessidade, em especial açúcar, leite em pó, batata, cebola, óleo de soja, massas, sardinhas e conservas de carne. No Suriname, a distribuição deverá ser feita a escolas, creches, orfanatos, hospitais e outras instituições capazes de fazer chegar os alimentos às parcelas mais carentes da população surinamense.

O Governo brasileiro vem acompanhando com grande interesse o processo de normalização democrática que se iniciou no Suriname. A doação de alimentos que está sendo feita pode ser vista sobretudo como um ato simbólico da amizade que o Brasil tem pelo povo surinamense e da confiança que deposita em sua capacidade de superar as dificuldades com que ora se defronta, construindo um futuro de prosperidade e desenvolvimento.

brasil repudia ataque sul-africano a maputo.

Diante da notícia de mais uma invasão de comandos sul-africanos, desta vez tendo como alvo Maputo, a capital da República Popular de Moçambique, o Brasil manifesta o seu veemente repúdio à violação da soberania e da integridade territorial daquele país com o qual mantemos laços de fraternal amizade. Trata-se de um ato de agressão que contraria os mais elementares princípios de convivência internacional que devem existir entre dois países vizinhos e soberanos.

A persistência deste comportamento agressivo por parte da África do Sul justifica a crescente apreensão do Governo bra-

sileiro com o agravamento dos problemas regionais, o qual resulta, em última análise, da sobrevivência do anacrônico e injustificável regime do **apartheid**.

brasil e mongólia estabelecem relações diplomáticas

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Mongólia, desejosos de estreitar os laços de amizade e cooperação entre os povos dos dois países, baseados no pleno respeito pela soberania nacional, igualdade e interesse mútuo, resolveram estabelecer relações diplomáticas, em nível de Embaixada, aos 18 de junho de 1987.

xiv reunião das partes consultivas do tratado da antártida

Foi realizada no Rio de Janeiro (Hotel Copacabana Pálace) reunião informal preparatória da décima-quarta reunião das partes consultivas do Tratado da Antártida, prevista para outubro de 1987, também no Rio de Janeiro. Participaram da reunião 18 países que são partes consultivas do Tratado e, na condição de observadores, 17 países que não são partes consultivas.

A sessão foi aberta às 10:00 horas do dia 04 de maio de 1987, pelo Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações do Ministério das Relações Exteriores. As reuniões das partes consultivas do Tratado da Antártida, que entrou em vigor em 1961, se realizam de dois em dois anos, e se dedicam ao fortalecimento da cooperação internacional no que diz respeito a assuntos antárticos.

visita do presidente de cabo verde, aristides pereira

discursos do presidente josé samey e do presidente de cabo verde, aristides pereira, no palácio do itamaraty, em brasília.

3

comunicado conjunto brasil-cabo verde

comunicado conjunto assinado entre o presidente da república federativa do brasil, josé samey e o presidente da república de cabo verde aristides pereira.

5

protocolo de intenções brasil-cabo verde

protocolo de intenções assinado entre o presidente da república federativa do brasil, josé samey e o presidente da república de cabo verde, aristides pereira.

8

memorando de entendimento brasil-cabo verde

memorando de entendimento entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república de cabo verde.

9

felipe gonzález no brasil

discurso pronunciado pelo presidente do governo espanhol, felipe gonzález, perante a assembléia nacional constituinte.

11

discurso do presidente brasileiro

discurso pronunciado pelo presidente josé samey, por ocasião da assinatura do comunicado conjunto firmado entre o brasil e a espanha.

15

discurso do presidente espanhol

discurso pronunciado pelo presidente do governo espanhol, felipe gonzález, por ocasião da assinatura do comunicado conjunto firmado entre brasil e espanha.

18

comunicado conjunto brasil espanha

comunicado conjunto brasil-espanha firmado pelos presidentes da república federativa do brasil e do governo espanhol.

21

ministro dos negócios estrangeiros da espanha visita brasília

discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, por ocasião da visita do senhor francisco fernandez ordoñez, ministro dos negócios estrangeiros da espanha, no palácio do itamaraty.

25

visita do chanceler do côte d'ivoire ao brasil

discurso do ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, por ocasião da visita do chanceler da côte d'ivoire.

29

a iv reunião da comissão mista brasil-côte d'ivoire

discurso pronunciado pelo senhor ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, por ocasião da abertura dos trabalhos da iv reunião da comissão mista brasil-côte d'ivoire.

30

abreu sodré em lima

discurso pronunciado pelo senhor ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, por ocasião de sua visita oficial ao peru.

33

comunicado de imprensa

comunicado de imprensa divulgado em lima, durante a visita oficial do ministro roberto de abreu sodré.

34

105

inauguração da nova sede do centro de informações da onu, no palácio do itamaraty.	
discurso pronunciado pelo ministro de estado das relações exteriores, roberto de abreu sodré, por ocasião da cerimônia de inauguração da nova sede do centro de informações da onu, no palácio do itamaraty, no rio de janeiro.	35
chanceler brasileiro visita o egito	
discurso pronunciado pelo ministro roberto de abreu sodré, durante almoço oferecido em sua homenagem pelo vice primeiro ministro e ministro dos negócios estrangeiros da república árabe do egito, senhor ahmed esmat abdel meguid.	37
instituída a comissão mista brasileiro-egípcia de coordenação	
alocução pronunciada no cairo, pelo ministro roberto de abreu sodré por ocasião da troca dos instrumentos de ratificação de acordo que instituiu a comissão mista brasileiro-egípcia de coordenação.	40
comunicado de imprensa	
comunicado sobre a visita oficial do ministro das relações exteriores ao cairo.	41
no brasil o ministro das relações exteriores da venezuela	
discurso pronunciado pelo ministro das relações exteriores, roberto de abreu sodré, no itamaraty, por ocasião do jantar oferecido ao ministro das relações exteriores da venezuela, senhor simón alberto consalvi.	45
comunicado conjunto brasil-venezuela	
comunicado conjunto brasil-venezuela ao término da visita oficial do ministro das relações exteriores da venezuela, senhor simón alberto consalvi.	47
itamaraty comemora o "dia das américas"	
discurso pronunciado pelo ministro de estado, interino, das relações exteriores, embaixador paulo tarso flecha de lima, por ocasião das comemorações do "dia das américas", no palácio do itamaraty.	53
mensagem do secretário geral da oea no dia das américas	
mensagem do secretário geral da oea, embaixador joão clemente baena soares, por ocasião das comemorações no "dia das américas".	54
brasil condecora desmond tutu	
discurso pronunciado pelo ministro das relações exteriores, senhor roberto de abreu sodré, por ocasião da solenidade de condecoração do arcebispo desmond tutu com a grã-cruz da ordem nacional do cruzeiro do sul.	57
dia do diplomata	
discurso pronunciado pelo presidente josé sarney na cerimônia de formatura dos alunos da turma de 1986 do curso de preparação à carreira de diplomata, do instituto rio-branco.	61
discurso do ministro de estado	
discurso pronunciado pelo ministro das relações exteriores, roberto de abreu sodré, por ocasião da solenidade comemorativa do dia do diplomata.	64
discurso da paraninfa	
discurso proferido pela conselheira heloisa vilhena de Araújo, paraninfa dos formandos da turma de 1986 do instituto rio-branco.	67
discurso do orador da turma	
discurso proferido pelo secretário cláudio raja gabaglia, orador da turma de 1986 do instituto rio-branco.	69

conferência internacional	
conferência internacional sobre o uso indevido e tráfico de drogas.	73
palestra proferida pelo ministro roberto de abreu sodré	
palestra proferida pelo ministro roberto de abreu sodré, por ocasião do simpósio internacional do 60º aniversário da federação nacional de cafeicultores da colômbia.	77
relações diplomáticas	
brasil condecora o embaixador da noruega	
discurso pronunciado pelo senhor ministro de estado das relações exteriores, doutor roberto de abreu sodré, por ocasião da cerimônia de imposição de insígnias da grã-cruz da ordem nacional do cruzeiro do sul a sua excelência o senhor per c. proitz, embaixador da noruega.	83
designação de embaixadores brasileiros	84
entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	84
tratados, acordos, convênios	
brasil e espanha assinam convênios de cooperação técnica	85
brasil e alemanha assinam protocolos sobre cooperação financeira	88
brasil e benin assinam protocolos aditivo de cooperação técnica	94
brasil e portugal assinam acordo de intercâmbio cultural	95
brasil-côte d'ivoire assinam acordo de cooperação técnica e científica	95
comunicados e notas	
reunião de chanceleres em bariloche comunicado de imprensa	99
mensagem	
abreu sodré manifesta solidariedade ao governo de moçambique	101
falecimento do primeiro ministro do líbano	101
dia mundial do meio ambiente	101
notícias	
governo brasileiro doa alimentos ao suriname	103
brasil repudia ataque sul-africano a maputo	103
brasil e mongólia estabelecem relações diplomáticas	103
	107



CDO
Impresso na AGV